

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

TATIANA MACHIAVELLI CARMO SOUZA

**INTERSUBJETIVIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL
– A Experiência do Estágio Supervisionado em Serviço Social no
Centro Jurídico Social da Faculdade de História, Direito e Serviço
Social da Unesp/Franca**

FRANCA/SP

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TATIANA MACHIAVELLI CARMO SOUZA

INTERSUBJETIVIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL
– A Experiência do Estágio Supervisionado em Serviço Social no
Centro Jurídico Social da Faculdade de História, Direito e Serviço
Social da Unesp/Franca

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: – Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Co-orientadora: Profa. Dra. Cléria Maria Lobo Bittar Pucci Bueno.

FRANCA/SP

2009

TATIANA MACHIAVELLI CARMO SOUZA

**INTERSUBJETIVIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL
– A Experiência do Estágio Supervisionado em Serviço Social no
Centro Jurídico Social da Faculdade de História, Direito e Serviço
Social da Unesp/Franca.**

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: – Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profa. Dra. Cirlene A. Hilário da Silva Oliveira / UNESP-Franca

Vice-Presidente: _____
Profa. Dra. Cléria Maria Lobo Bittar Pucci Bueno / UNIFRAN

1º Examinador: _____
Profa. Dra. Mariângela Rodrigues A. Andrade / UNESP-Franca

2º Examinador: _____
Prof. Dr. Tales Vilela Santeiro / UNIFRAN

Franca (SP), ____ de _____ de 2009.

*Aos estagiários do Centro Jurídico Social:
aos que já se foram e aos que virão.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, bendita seja a vida!

Ao Léo, esposo amoroso que soube suportar minhas ausências e contradições.

Aos meus queridos pais, Sandra e José Reinaldo, porto seguro nos momentos de aflição, e às minhas divertidas irmãs, Talita e Maria Eliséia.

A Profa. Dra. Cirlene A. Hilário da Silva Oliveira, mestre amiga e dedicada, acreditou no possível quando todos diziam ser impossível.

A Profa. Dra. Cléria Maria Lobo Bittar Pucci Bueno, pelo amparo e generosidade em acolher-me nos meus constantes questionamentos.

A diretoria do Centro Jurídico Social, agradeço o constante apoio.

A Nayara Hakime Dutra Oliveira, assistente social do Centro Jurídico Social, amiga de toda vida.

A equipe do Centro Jurídico Social: Rosenete Gonçalves Rosa, Leiliane Fritz Siqueira Veronez, Maria Bernadete Saldanha Lopes, Denise Monteiro Silveira e Ana Rita Alves de Moraes – obrigada pelo respeito e atenção.

Aos estagiários de Serviço Social e Direito do Centro Jurídico Social, vocês sonharam este sonho comigo!

A Profa. Dra. Ana Cristina Nassif, pelas alegrias, lamentos e partilhas. Quero-te muito bem!

A CAPES, por fomentar este trabalho e a realização de muitos ideais.

A Thais Aveiro, amiga que rompe distâncias, pelas leituras, sugestões e correções.

A UNESP/Franca, especialmente ao Departamento de Pós-Graduação, na figura de todos os profissionais, alunos e professores, trabalho e luta em prol de um mundo melhor.

*Quando eu soltar a minha voz por favor entenda
Que palavra por palavra eis aqui uma pessoa se entregando
Coração na boca, peito aberto, vou sangrando...
São as lutas dessa nossa vida que eu estou cantando
Quando eu abrir minha garganta, nessa força tanta
Tudo que você ouvir esteja certa que estarei vivendo
Veja o brilho dos meus olhos e o tremor nas minhas mãos
E o meu corpo tão suado transbordando toda raça e emoção
E se eu chorar e o sal molhar o meu sorriso
Não se espante
Cante
Que o teu canto é a minha força pra cantar
Quando eu soltar a minha voz, por favor, entenda
É apenas o meu jeito de viver
O que é amar*

(Gonzaguinha, Sangrando)

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. **Intersubjetividade na Formação Profissional** – a experiência do estágio supervisionado em Serviço Social no Centro Jurídico Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp/Franca. 2009. 194 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo conhecer os mecanismos pelos quais o sujeito (re)constitui sentidos subjetivos, partindo da compreensão das relações intersubjetivas, no processo de formação profissional. Buscamos, assim, compreender a tessitura subjetiva do estagiário de Serviço Social da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social – Unesp/Franca, sabendo-se que a subjetividade é aspecto da identidade que está sempre em constantes transformações e evolução. Com o intuito de estabelecermos relação entre intersubjetividade e formação profissional em Serviço Social, utilizamos a matriz da Psicologia Sócio-histórica, partindo da visão de homem enquanto ser social, bem como os fundamentos e princípios da epistemologia qualitativa. Participaram deste estudo 15 estagiários de Serviço Social da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Unesp/Franca, sendo 7 do período matutino e 8 do período vespertino. Foram utilizados como instrumentos no processo de construção da informação questionários de pré e pós-intervenção e entrevistas semi-estruturadas, áudio-gravadas. As informações foram transcritas e analisadas sob a ótica da formação discursiva, sistematizando três categorias: “centralidade da formação profissional”, “relacionamento interpessoal e convivência com a diversidade” e “desenvolvimento e crescimento pessoal”. No que se refere à intersubjetividade no contexto da formação profissional em Serviço Social, podemos afirmar: 1) é elemento integrador das dimensões subjetivas e objetivas, superando o modelo da fragmentação da educação; 2) acarreta salto qualitativo no processo educativo, uma vez que propicia o desenvolvimento de características importantes ao desenvolvimento integral do ser humano; 3) há evolução na qualidade do relacionamento entre os sujeitos envolvidos no processo educativo; 4) possibilita a tessitura de sentidos subjetivos no contexto de aprendizagens; 5) permite ao estudante reconhecer-se em sua singularidade e complexidade, favorecendo sua formação integral.

Palavras-chave: intersubjetividade. subjetividade. formação profissional. educação. Serviço Social.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo Souza. **Intersubjectivity in the professional training** – the experience of supervised training in the Center for Social and Legal Assistance in the University of History, Law and Social Work of Unesp/Franca. 2009. 194 p. Master's thesis (Master in Social Work) – Faculty of History, Law and Social Work, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

ABSTRACT

This study aimed to understand the mechanisms by which a person builds up/rebuilds his subjective senses, from the comprehension of the intersubjective relations onwards, in the process of professional training. Therefore, we seek to understand the subjective texture of a person as a trainee of Social Work of the Center for Social and Legal Assistance – Unesp / Franca, knowing that the subjectivity is an aspect of the identity that is always in constant change and evolution. In order to establish a relationship between intersubjectivity and training in Social Works, we used the tools of the Socio-historical Psychology, based on the vision that this theory presents the man as a social being, as well as the foundations and principles of the qualitative epistemology. A group of 15 trainees from the Social Work of the Center for Social and Legal Assistance of the University of History, Social Work and Law – Unesp / Franca took place in this research; from this group, 7 were doing their traineeship in the morning and 8 in the afternoon. We used as instruments in the process of building the information, questionnaires for pre and post-intervention and interviews semi-structured, audio-recorded. The information was transcribed and analyzed from the perspective of discursive formation, reaching three categories: "centrality of vocational training", "interpersonal relationships and living with diversity" and "development and personal growth." Regarding intersubjectivity in the context of professional training in Social Works, we can say: 1) it is an element that integrates subjective and objective dimensions, overcoming the fragmentation of the education model; 2) entails a qualitative leap in the educational process, once it provides the development of features which are important to the development of full human being; 3) there are positive changes in the quality of the relationship between the ones involved in the educational process; 4) enables the construction of subjective meanings in the context of learning; 5) allows the student to recognize his uniqueness and complexity, favoring full training.

Key-words: intersubjective. subjective. professional formation. education. Social Work.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|------------|
| Gráfico 1: Idade dos participantes..... | 106 |
| Gráfico 2: Participantes que realizavam atividade profissional..... | 107 |
| Gráfico 3: Sexo dos participantes..... | 108 |
| Gráfico 4: Ano de conclusão do Ensino Médio | 108 |
| Gráfico 5: Realização de curso preparatório para vestibular | 109 |
| Gráfico 6: Tempo de estágio no CJS | 109 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------------|--|
| ABESS | Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social |
| ABEPSS | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social |
| CEDEPSS | Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social |
| CFESS | Conselho Federal de Serviço Social |
| CJS | Centro Jurídico Social |
| CRESS | Conselho Regional de Serviço Social |
| ENESSO | Entidade Nacional dos Estudantes de Serviço Social |
| FORGRAD | Fórum Brasileiro de Pró-Reitores de Graduação |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| PROAC | Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| A pesquisa qualitativa: algumas considerações | 17 |
| | |
| CAPÍTULO 1 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 26 |
| 1.1 Educar cidadãos: o cenário da formação profissional na contemporaneidade | 27 |
| 1.1.1 <i>Delineando os significados da educação.....</i> | 27 |
| 1.1.2 <i>Formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade</i> | 34 |
| 1.2 O estágio supervisionado no contexto educativo | 47 |
| 1.2.1 <i>Políticas de estágio no Brasil.....</i> | 47 |
| 1.2.2 <i>A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social.....</i> | 53 |
| | |
| CAPÍTULO 2 INTERSUBJETIVIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: RELAÇÃO POSSÍVEL? | 66 |
| 2.1 O homem como ser social..... | 67 |
| 2.2 Princípios da Psicologia Social Sócio-histórica..... | 72 |
| 2.3 Um caminho para a intersubjetividade..... | 81 |
| 2.3.1 <i>A subjetividade e seus significados</i> | 83 |
| 2.3.2 <i>O campo da intersubjetividade: desvendando as relações.....</i> | 88 |
| | |
| CAPÍTULO 3 PESQUISA: PENSANDO E VIVENDO EMOÇÕES..... | 96 |
| 3.1 Lócus da pesquisa: a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social | 97 |
| 3.2 Procedimentos metodológicos: o percurso da pesquisa qualitativa..... | 101 |
| 3.3 Conhecendo os participantes: cidadãos estagiários..... | 105 |
| 3.4 Desvendando caminhos: pensando e vivendo emoções | 111 |
| 3.4.1 <i>Categoria: Centralidade da formação profissional.....</i> | 112 |
| 3.4.2 <i>Categoria: Relacionamento interpessoal e convivência com a diversidade</i> | 118 |
| 3.4.3 <i>Categoria: Desenvolvimento e crescimento pessoal.....</i> | 122 |

| | |
|-----------------------------------|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 126 |
|-----------------------------------|------------|

| | |
|-------------------------|------------|
| REFERÊNCIAS..... | 131 |
|-------------------------|------------|

APÊNDICES

| | |
|--|------------|
| Apêndice A - Programa de Intervenção: Pensando e Vivendo Emoções..... | 140 |
|--|------------|

| | |
|--|------------|
| Apêndice B - Carta de Autorização | 151 |
|--|------------|

| | |
|---|------------|
| Apêndice C - Termo de Consentimento..... | 152 |
|---|------------|

| | |
|--|------------|
| Apêndice D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido | 153 |
|--|------------|

| | |
|--|------------|
| Apêndice E - Questionário de Pré-Intervenção..... | 155 |
|--|------------|

| | |
|---|------------|
| Apêndice F - Questionário de Pós-Intervenção | 157 |
|---|------------|

| | |
|---|------------|
| Apêndice G - Roteiro de Entrevista | 159 |
|---|------------|

ANEXOS

| | |
|---|------------|
| Anexo A - Regulamento Interno do Centro Jurídico Social..... | 161 |
|---|------------|

| | |
|--|------------|
| Anexo B - Regulamento Interno dos Estagiários | 179 |
|--|------------|

INTRODUÇÃO

*Eu escrevo sem esperança de que o que eu escrevo altere qualquer coisa.
Não altera em nada...
Porque no fundo a gente não está querendo alterar as coisas.
A gente está querendo desabrochar de um modo ou de outro...*

Clarice Lispector

A história da humanidade tem nos revelado a cisão entre as dimensões objetiva e subjetiva. Nossa experiência reitera esta informação, especialmente quando nos referimos ao processo educacional do Ensino Superior. Almejamos com esse trabalho desabrochar novas possibilidades de aprendizagens frente ao contexto universitário, especialmente a graduação em Serviço Social. Suscitamos, aqui, o papel das aprendizagens cognitivas, expressas em teorias e instrumentais, bem como das aprendizagens emocionais, salientadas no autoconhecimento e crescimento interpessoal. Somos audaciosos em acreditar que futuras transformações, no panorama educacional brasileiro, serão possíveis a partir da superação do modelo educativo cindido entre vivências objetivas e subjetivas.

Dessa forma, a construção desta pesquisa perpassou a compreensão da educação enquanto etapa e processo importante ao desenvolvimento do estudante. Acreditamos que a coerência de ações educativas se faz na consideração e integração de todas as facetas da existência humana. Buscamos, então, conhecer o processo de formação profissional em Serviço Social, diante das novas demandas e exigências contemporâneas da profissão.

Anteriormente à discussão acerca da formação profissional em Serviço Social, julgamos importante relatar como se deu o processo de aproximação com essa profissão. O primeiro contato com a Unesp/Franca ocorreu durante o período de graduação da pesquisadora, por meio de dois momentos de estágio na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (CJS); o primeiro, em julho de 2000, já o segundo, em julho do ano seguinte. Nessa situação, diversas experiências profissionais foram desenvolvidas e aprendidas, especialmente na convivência interdisciplinar entre o Serviço Social, o Direito e a Psicologia. Alguns anos mais tarde, em 2005, foi-nos apresentado o convite para integrar a equipe técnica do CJS no caráter de psicóloga colaboradora. As vivências antecedentes somadas a constantes questionamentos acerca da formação profissional, conduziram-nos ao desenvolvimento de atividades junto aos estagiários da unidade auxiliar.

Nesse contexto, a interface entre Psicologia e Serviço Social, experimentadas no cotidiano de trabalho, possibilitou a compreensão da importância de atividades que aliem esses dois campos de saber na promoção do homem em toda sua totalidade.

A trajetória profissional do Serviço Social demonstra a centralidade do estágio supervisionado, ressaltando-o como locus gerador de aprendizagens teórico, técnicas e metodológicas. Para a compreensão da pertinência desse recurso, discorreremos sobre as atuais políticas de estágio no Brasil e como o estágio em Serviço Social se insere neste cenário.

No descortinar das relações intersubjetivas no processo de formação profissional, fez-se importante caracterizar o estagiário como ser histórico e social. A teoria da subjetividade mostrou-nos como a presença inexorável do outro (re)constitui o sujeito em seus pensamentos, valores, crenças, emoções.

Optamos, então, por apresentar este trabalho conversando sobre a história da pesquisa. A pesquisa é um processo de lançar-se de forma minuciosa na procura de pistas e indícios, na tentativa de descortinar uma determinada realidade. É nesse processo que o pesquisador encontra uma maneira particular de apreender esta realidade e pensar sobre ela.

Esse trabalho não apresenta a verdade, mas a nossa forma de interpretar uma pequena esfera da relação intersubjetividade e formação profissional. Há aqui intenso esforço de indagação e compreensão sobre fenômenos complexos. Nesse percurso, arrestamo-nos em experiências, em modos particulares de conceber e de sentir. Há, contudo, a constante perspectiva de estabelecer relações entre eventos singulares e o contexto histórico-social mais amplo.

Compreendemos o contexto da formação superior como locus constituinte de vivências subjetivas, sabendo-se que a subjetividade é aspecto da identidade que está sempre em constantes transformações e evolução. Dessa maneira, tivemos como objetivo conhecer os mecanismos pelos quais o sujeito (re)constrói sua subjetividade, enquanto estagiário de Serviço Social da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social – Unesp/Franca, partindo da compreensão da constituição das relações intersubjetivas.

No percurso traçado, a fim de desvendarmos a tessitura intersubjetiva que nasce na relação dialética e inseparável entre o mundo social e exterior com o mundo subjetivo e interior, buscamos conhecer os princípios norteadores do processo educativo. A educação, enquanto atividade processual, permite ao ser humano adquirir conhecimentos e experiências necessários à vida em coletividade e, enquanto tal, visa conduzir o homem à emancipação, por meio da autonomia e da liberdade.

Nesse sentido, é esperado que no decorrer da formação profissional, o estudante de Serviço Social desenvolva habilidades e competências técnicas e teórico-metodológicas que o habilite a realizar atuações profissionais condizentes com a natureza da profissão.

O estudo bibliográfico da trajetória profissional do Serviço Social revela as exigências impostas aos assistentes sociais na contemporaneidade, apontando para a necessidade de profissionais críticos e criativos frente ao mundo globalizado e capitalista. É nesse momento, frente às demandas por uma formação amplamente alicerçada e marcada por características relacionais junto ao ser humano, que acreditamos que os aspectos operativos, técnicos e metodológicos não contemplam todas as dimensões humanas – física, intelectual, social, afetivo/emocional, cultural.

A necessidade da formação profissional em Serviço Social que considere a dimensão humana subjetiva faz-se importante no desenvolvimento das diversas capacidades humanas, especialmente no compromisso do crescimento do homem enquanto sujeito autônomo, capaz de fazer escolhas e criar possibilidades.

A observação, as leituras e experiências da pesquisadora revelam que o processo de aprendizagem no Ensino Superior é balizado pela hegemonia dos aspectos intelectuais, que priorizam a individualidade. Contrariando essa tendência, buscamos mostrar nesta pesquisa a possibilidade e a importância de uma abordagem na qual a dimensão subjetiva seja reconhecida e efetivada no processo de construção do conhecimento, especialmente no cenário da formação profissional em Serviço Social.

Buscamos conhecer também as atuais políticas de estágio no Brasil em decorrência da importância deste enquanto instrumento de aprendizagens profissionais. O estágio supervisionado é caracterizado como componente do projeto pedagógico do curso de Serviço Social. Como forma de vinculação entre educação

formal, mundo do trabalho e prática social, o estágio supervisionado em Serviço Social tem centralidade no processo de formação profissional.

O estágio apresenta a função de contribuir para que o estagiário aproprie-se do significado social da profissão e da construção de sua identidade profissional, individual e coletiva, nesse sentido, caracteriza-se como contexto apropriado para a reflexão e a discussão das questões objetivas e subjetivas como aspectos constituintes da identidade.

Para estabelecermos uma relação entre intersubjetividade e formação profissional em Serviço Social, utilizamos a matriz da Psicologia Sócio-histórica (González Rey, Vygotsky, Bock), partindo da visão que esta teoria apresenta a respeito do homem enquanto ser social. Nessa vertente, as construções sociais e psíquicas se efetivam na reciprocidade desta inter-relação, sendo que é a presença do outro que possibilita o processo de humanização. Falamos, então, do ser humano, em suas características sociais e psicológicas, como uma construção social. É no âmago das interações sociais, que o mundo interno, expresso na e pela subjetividade, se constitui. Dessa maneira, é na produção e reprodução da trama social, que as relações intersubjetivas acontecem.

Sabemos que a categoria intersubjetividade é complexa. Acreditamos que compreendê-la, especialmente junto ao panorama da formação profissional em Serviço Social, permitirá o encaminhamento e desenvolvimento de ações que nos conduzirão à conscientização social e a práticas transformadoras frente aos processos educacionais do Ensino Superior.

A pesquisa qualitativa: algumas considerações

Compreender a pesquisa qualitativa, na atualidade, é tarefa difícil. Tal fato se deve pela diversidade de tendências existentes nas ciências naturais, e mesmo nas ciências sociais, em significar a pesquisa qualitativa. Dessa forma, nesse trabalho, optamos por compreendê-la sob a ótica da Epistemologia Qualitativa, que tem seu referencial na metodologia da Pesquisa Social, desenvolvida por teóricos como Minayo e González Rey.

A pesquisa qualitativa tem o intuito de romper com o caráter opressivo característico do positivismo. Esse entendimento transcende o princípio de que pesquisar é aplicar uma seqüência de instrumentos, em uma série de procedimentos estatísticos. Argumentando essa idéia, González Rey (2005a) aponta que romper com o positivismo implica propor um debate teórico-metodológico, onde a postura reflexiva permita conhecer os limites e contradições da pesquisa científica.

Na pesquisa social qualitativa, a categoria “histórico” se faz presente. Essa idéia traz consigo a concepção de que o objeto de pesquisa é fruto de determinado tempo e espaço, assim como as instituições e grupos sociais que a constitui são mutáveis e estão em constante transformação. Sob o signo das contingências históricas, tal metodologia não se restringe a uma disciplina, pois envolve diferentes áreas do conhecimento.

Nesse sentido, diante das contradições e dos conflitos históricos, busca-se superar os limites da ciência, não na negação da importância dos dados estatísticos/numéricos, mas no entendimento de que o universo de valores, crenças, significados, atitudes, aspirações são melhor compreendidos por outras metodologias. Diante de aspectos ditos “qualitativos” há que se desenvolverem novas maneiras criativas de desvendar a realidade, uma vez que a proposta quantitativa se mostra ineficaz no conhecimento de tais aspectos.

Segundo Minayo (2000), mais que afirmar a qualidade contra a quantidade, busca-se descortinar as relações sociais, na tentativa de compreender seus aspectos estruturais e a visão que os atores sociais projetam dessas e nessas relações. Nesse sentido, a realidade social é sempre mais rica que qualquer aproximação a ela realizada e a pesquisa constitui-se num diálogo que vai sendo construído entre pesquisador e sujeitos estudados.

É certo que o acesso que temos da realidade, repleta de contradições e complexidades, é parcial e limitado. As nossas práticas, em nenhum momento, alcançam a realidade tal como ela existe.

Dessa forma, a epistemologia qualitativa mostra-se como uma possibilidade de conhecer a realidade, uma vez que tem caráter construtivo

interpretativo¹, ou seja, mediante a perspectiva qualitativa, compreendemos o conhecimento como uma produção e não como uma mera apropriação da realidade.

Pensar o conhecimento como uma construção implica compreender a subjetividade do pesquisador como uma dimensão intimamente dependente da pesquisa. O pesquisador nessa abordagem não é apenas executor de procedimentos e técnicas, mas é sujeito com qualidades importantes no entrelaçamento de múltiplos aspectos da pesquisa, exercendo com graciosidade sua capacidade criadora e transformadora. Nas palavras de Minayo (2000, p. 23, destaque do autor):

Se a teoria, se as técnicas são indispensáveis para a investigação social, a capacidade criadora e a experiência do pesquisador jogam também um papel importante. Elas podem relativizar o instrumental técnico e superá-lo pela arte. Esta qualidade pessoal do trabalho científico, verdadeiro artesanato intelectual que traz a marca do autor, nenhuma técnica ou teoria pode realmente suprir. [...] E em parte é a capacidade de perceber através das questões específicas levantadas, as correlações multilaterais e sempre mutáveis que cercam a realidade objetiva, dentro dos limites da “consciência possível”. Trata-se de um imbricamento entre a habilidade do produtor, sua experiência e ser rigor científico.

Na abordagem qualitativa, privilegia-se a subjetividade, reconhecendo que o pesquisador, mais que participar do processo de pesquisa, interfere nele. O pesquisador torna-se um sujeito que está intimamente ligado à trama da pesquisa, interferindo, modificando e produzindo material de maneira inacabada e permanente.

Complementando essa idéia, González Rey (2005a, p. 81) aponta:

A pesquisa qualitativa também envolve a imersão do pesquisador no campo de pesquisa, considerando este como o cenário social em que tem lugar o fenômeno estudado em todo o conjunto de elementos que o constitui, e que, por sua vez, está constituído por

¹ Cabe aqui uma diferenciação entre os termos construção e interpretação: “[...] ao estabelecermos essa distinção entre ambos os termos, a construção pode não estar associada, de modo imediato e intencional, a nenhum referencial empírico; a categoria de sujeito, por exemplo é uma construção por trás da qual há múltiplos referenciais empíricos na história do pesquisador, mas que não se afunilam na representação intencional no momento de construir a categoria. Portanto, a categoria tem um caráter especulativo que, em seu momento atual, tem como fundamento somente a construção teórica de quem a defende. A construção é um processo eminentemente teórico.” (GONZÁLEZ REY, 2005a, p. 7).

ele. O pesquisador vai construindo, de forma progressiva e sem seguir nenhum outro critério que não seja o de sua própria reflexão teórica, os distintos elementos relevantes que irão se configurar no modelo do problema estudado.

Nesse sentido, temos que a pesquisa qualitativa não é neutra ou isenta da subjetividade do pesquisador e dos participantes, mas carrega a intencionalidade que todos os sujeitos envolvidos no processo congregam.

O modelo científico natural exerceu suprema hegemonia sobre as ciências, de forma geral. Uma vez existente este paradigma dominante, com características profundamente enraizadas, compreender a questão da subjetividade e, por conseguinte, conceber uma representação diferente das relações pessoais demonstra-se em rompimento com esse pensamento. Sabemos que os aspectos objetivos têm sido amplamente trabalhados e discutidos, em detrimento dos aspectos subjetivos. Esse cenário é reforçado pela lógica atual, uma vez que vivemos em um contexto marcado pela cisão entre objetividade e subjetividade.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTTI, 1991, p.79).

Compreendemos que o vínculo existente entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito se expressa na relação indivíduo-sociedade, sendo que a construção subjetiva ocorre por meio do processo de apropriação do significado social; isto é, a subjetividade é constituída por meio de mediações sociais.

Buscando compreender as relações sociais, no âmbito da intersubjetividade, utilizamos, nesse trabalho técnicas que auxiliaram na compreensão da temática, como a entrevista e o questionário.

A entrevista constitui-se numa técnica de coleta de dados que supõe o contato face a face entre a pessoa que recolhe informações e a que fornece, possuindo formato flexível, que implica na participação do entrevistador, que a conduz de acordo com os desdobramentos da situação que se apresentam no momento.

De acordo com Minayo (1994), a entrevista pode fornecer dados de duas naturezas: dados objetivos e dados subjetivos. Os dados objetivos são aqueles que poderiam ser obtidos em outras fontes, como censos, registros civis, entre outros. Já os materiais de caráter subjetivo retratam o indivíduo em suas atitudes, valores e opiniões e só podem ser conseguidos pela contribuição dos participantes. Dessa forma, a entrevista caracteriza-se não somente por instrumento de fornecimento de informações, mas também, de interação social.

O privilégio obtido na utilização da entrevista, enquanto técnica de coleta de informações, é do predomínio da palavra enquanto expressão da subjetividade humana. Cada momento histórico e cada grupo podem ser representados por determinado repertório lingüístico, sendo que o processo comunicativo apresenta-se como fenômeno produtor e reproduzidor das condições sociais de vida.

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (MINAYO, 2000, p. 109-110, destaque do autor).

Pelo uso da palavra, conflitos e contradições são refletidos e expressos e contribuem para a compreensão do homem e da sociedade. Nesse sentido, a fala “de um” é representativa da fala “de muitos” e exprime a realidade objetiva no âmago das relações intersubjetivas.

A natureza da entrevista diz respeito também ao caráter relacional de interação e troca da mesma. Essa não é, contudo, uma relação horizontal, ao contrário, o entrevistador tem domínio e controle da situação, colocando o entrevistado numa posição de desigualdade. Na pesquisa qualitativa, espera-se que o pesquisador tenha consciência desta assimetria e a assuma criticamente (MINAYO, 2000).

Relativamente ao questionário, trata-se de modalidade de entrevista que, por meio do conjunto de perguntas elaboradas, reúne informações acerca daquilo que se pretende conhecer. Utilizando-se o questionário podemos reunir

elementos como percepções, crenças e opiniões dos indivíduos e/ou objetos, pessoas e eventos presentes em seu ambiente.

[...] o questionário representa um sistema de indutores pensados em seu conjunto para facilitar a expressão da maior quantidade de informação possível por parte do sujeito, que é obtida por meio de perguntas que possam ter um caráter complementar na expressão da informação sobre o estudado (GONZÁLEZ REY, 2005a, p. 55).

O autor afirma ainda que o questionário considera a subjetividade do pesquisador e do pesquisado, pois não anula a carga subjetiva tanto de quem formula as perguntas como de quem as responde.

No desvelamento das informações obtidas utilizamos o processo de análise de discurso, que tem por objetivo básico compreender as formas de produção social de sentido, isto é, buscar os significados impressos nos discursos.

Para compreender a fala de alguém, não basta entender suas palavras; é preciso compreender seu pensamento (que é sempre emocionado), é preciso apreender o *significado da fala*. O significado é, sem dúvida, parte integrante da palavra, mas é simultaneamente, ato do pensamento, é um e outro ao mesmo tempo, porque é a unidade do pensamento e da linguagem (BOCK et al., 2007b, p. 130, destaque do autor).

A análise de discurso compreende que, por meio da palavra, podemos apreender aspectos constitutivos da subjetividade, uma vez que a palavra expressa pelo sujeito é sua maneira singular de expressar/codificar suas experiências. Assim, cabe ao pesquisador desvendar o sentido constituído pelo sujeito. Nessa modalidade de análise, busca-se a reflexão sobre as condições de produção e significação de discursos. Aqui, o discurso pode ser concebido como a linguagem em interação.

Na perspectiva discursiva, o fundamental é a questão do sentido veiculada à categoria história; há o intuito de explicar e interpretar como os objetos simbólicos produzem sentidos.

De acordo com Minayo (2000, p. 211-212), a análise de discurso tem como pressupostos básicos:

(1) O sentido de uma palavra, de uma expressão ou de uma proposição não existe em si mesmo, mas expressa posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico no qual as expressões e proposições são produzidas; (2) Toda formação discursiva dissimula (pela transparência do sentido que nela se constitui) sua dependência das formações ideológicas.

Buscamos, com a utilização da análise de discurso enquanto proposta crítica de problematização da realidade estudada, configurar a subjetividade humana como constituição social e histórica, revelando a intersecção entre sujeito e discurso. Dessa maneira, a análise do discurso mostra-se como uma maneira de compreender a linguagem como espaço marcado pelo debate e conflito.

A compreensão da temática proposta envolve a sistematização de categorias de análise. Essa formação é processual e não intencional e dá-se pela articulação de discursos que, em primeiro momento, podem parecer desconexos.

Para destacar a importância das categorias na metodologia qualitativa, Duarte (2002, p. 152) ressalta que a organização das mesmas conduz à compreensão da problemática levantada de forma não linear:

Assim, fragmentos de discursos, imagens, trechos de entrevistas, expressões recorrentes e significativas, registros de práticas e de indicadores de sistemas classificatórios constituem traços, elementos em torno dos quais construir-se-ão hipóteses e reflexões, serão levantadas dúvidas ou reafirmadas convicções. Aqui, como em todas as etapas de pesquisa, é preciso ter olhar e sensibilidade armados pela teoria, operando com conceitos e constructos do referencial teórico como se fossem um fio de Ariadne², que orienta a entrada no labirinto e a saída dele, constituído pelos documentos gerados no trabalho de campo.

A exploração dos dados qualitativos permite estabelecer similaridades e diferenças entre os discursos, convergindo as idéias e as concepções suscitadas em categorias. A sistematização de categorias é, assim, processo de construção de informações realizada na tentativa de entrelaçar dados empíricos e fontes teóricas.

² A autora faz referência à lenda de Ariadne (mitologia grega) com a finalidade de exemplificar a resolução do problema de pesquisa de maneira sistemática e exaustiva, a utilização desse método implica em seguir vestígios e pistas. No mito, Ariadne ajuda Minos a encontrar a solução do labirinto com um fio.

Partindo, então, da perspectiva da epistemologia qualitativa, estruturamos essa dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, buscamos conhecer os princípios norteadores da educação no panorama da formação profissional em Serviço Social. Tratando-se a educação de processo que visa o desenvolvimento e transformação do homem, acreditamos que a formação profissional deva considerar o ser humano em sua totalidade. Dessa maneira, buscamos apresentar concepções de educação que consideram a dialética entre o mundo social e o individual. Temos que os processos educativos carregam a potencialidade de gerar mudanças no curso de vida, já que também por meio da educação a sociedade questiona valores, transforma ideologias e revê comportamentos.

Nesse primeiro momento da pesquisa, ainda construímos apontamentos acerca da formação profissional em Serviço Social. O processo de formação profissional encontra-se intimamente vinculado ao cenário educativo e, nas suas especificidades, acarreta transformações de ordem objetiva e subjetiva no estudante de Serviço Social. Sabemos, assim, que a formação profissional congrega elementos históricos, teóricos, políticos, técnicos, operativos e também subjetivos. No recorte realizado na pesquisa, almejamos compreender as características do estágio supervisionado no processo de formação profissional, acreditando ser este lócus fecundo para o desvendamento do papel e significado das relações intersubjetivas.

Já no segundo capítulo, indagamos a possibilidade de refletir sobre o elo entre intersubjetividade e formação profissional. Utilizamos as bases e pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica na compreensão do homem como ser social, bem como no estudo e diferenciação entre subjetividade e relações intersubjetivas. Acreditamos que a presença do outro, isto é, a experiência partilhada com o outro é imprescindível ao processo de humanização e à constituição do mundo interior, que ora denominamos subjetividade. Na complexidade da formação subjetiva, que somente se dá com a inserção na realidade social, o ser humano constitui valores, significados e emoções que podem ser reeditados e reelaborados nas diversificadas experiências humanas.

Investigamos, no segundo capítulo, a atmosfera das relações intersubjetivas que se concretiza no encontro singular entre os sujeitos e propicia a

formação de conteúdos relacionais que interagem entre si. Na experiência com o outro, há possibilidades de construção e reconstrução subjetiva. Apresentamos, assim, um olhar sobre a constituição humana e social que rompe com a fragmentação homem-sociedade e supera o subjetivismo individualista ou objetivismo abstratos.

Findando o trabalho, no último capítulo, relatamos o processo de construção da pesquisa partindo da caracterização da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social e dos participantes. Discutimos o contexto do estágio como espaço privilegiado para a articulação entre emoção-razão, já que nesse cenário o estagiário precisa aliar os conhecimentos teórico-metodológicos e técnico-operativos, adquiridos no processo de formação profissional, às emoções suscitadas na prática profissional. Desse modo, ressaltamos a importância de compreender o estudante, no processo educativo, em suas múltiplas dimensões.

CAPÍTULO 1 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

É preciso romper com a estagnação e realizar a travessia, pois é no meio da travessia que o real se dispõe para a gente.

Guimarães Rosa

1.1 Educar cidadãos: o cenário da formação profissional na contemporaneidade

1.1.1 Delineando os significados da educação

Falar em formação profissional, em nossa compreensão é pensar em educação, especialmente diante de seus muitos significados. A significação do termo educação é tarefa complexa e indefinida, uma vez que não há perfeito acordo sobre a etimologia da palavra e há grande diversidade de significados.

A palavra educação tem suas raízes no latim, no verbo “*educare*”, na soma do termo “*e*” (para fora) e “*ducare, dúcere*” (conduzir, levar, guiar), significando literalmente “conduzir para fora”. Partindo da etimologia, poderíamos destacar na educação o papel de conduzir, preparar o indivíduo para o mundo. Segundo Martins (2005, p. 33) “[...] etimologicamente, poderíamos afirmar que educação, do verbo educar, significa “trazer à luz a idéia” ou filosoficamente fazer a criança passar da potência ao ato, da virtualidade à realidade.” Desde já, ressaltamos uma concepção de educação relacionada ao desenvolvimento integral do ser humano, onde as várias dimensões da vida humana – ética, cognitiva, emocional, moral, social, cultural – sejam contempladas.

Percebemos, então que o significado da palavra “educação” se difere de “instrução”. Enquanto a educação se refere ao processo de desenvolvimento, à evolução de qualidades motoras, intelectuais, psicológicas e morais, a instrução diz respeito ao ato de preencher, ajuntar, adestrar.

O Ministério da Educação, através do Plano de Desenvolvimento de Educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008)³, estabelece enlace entre educação e desenvolvimento, tornando a primeira uma modalidade essencial para o crescimento econômico e social brasileiro. Dessa forma,

[...] reconhece na educação uma face do processo dialético que se estabelece entre socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008, p. 5).

Saviani (1984, p. 51) compreende a educação enquanto processo e como tal “[...] se apresenta como uma comunicação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana, numa situação histórica determinada.” Como aspecto fundamental, a educação trata-se de processo que se desenvolve historicamente, num tempo dinâmico e num espaço que sofre transformações constantes. É por meio desse processo que determinado grupo aprende a maneira de ser, pensar e agir neste mesmo grupo. Nesse sentido, a educação configura-se como dimensão básica e necessária da vida individual e coletiva, uma vez que ao assimilar, reproduzir e reinterpretar dado modo de existir, o ser humano concretiza certa visão de homem/mundo.

Indo ao encontro deste pensamento, Gadotti (1995, p. 24) define educação da seguinte maneira:

Educação e processo de hominização são a mesma coisa. Por isso, educação não é apenas conscientização. É consciência das determinações – inserção num processo histórico – e ação histórica, isto é, capacidade de se impor, de se autodeterminar.

[...] a educação é um processo contraditório de elementos subjetivos e objetivos, de forças internas e externas. Se a educação fosse um processo espontâneo, natural e não cultural, não haveria necessidade de se organizar esse processo.

³ Por tratar-se de um documento denso, sugerimos buscar maiores informações em “O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008).

Segundo o autor, a educação traz consigo a possibilidade da transformação e da reprodução, traz as escolhas da mudança ou da repetição, traz a possibilidade de configurar novo horizonte ou de propagar o que já esteve no passado. Partindo dessa concepção, temos que a educação é a dimensão na qual a sociedade se questiona a respeito de si mesma, do papel que deve ter e do lugar que deve ocupar. A educação tem o poder de promover mudanças, de romper com posturas, superar prejulgamentos, transcender, assim, é tarefa especificamente humana.

A Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), em seu Artigo 1º, reitera que a “[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”; devendo a educação escolar vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

De acordo com Libâneo (1991, p. 23), a educação é uma exigência para a vida em sociedade, já que por meio da educação o homem adquire conhecimentos e experiências culturais necessários à vida em coletividade.

Educação é um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento onilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas – físicas, morais, intelectuais, estéticas – tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais. A educação corresponde, pois, a toda modalidade de influências e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social e do caráter, implicando em uma concepção de mundo, ideais, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação frente a situações reais e desafios da vida prática.

Compreendemos que todo processo educativo contem em si uma finalidade. Os propósitos intencionais devem estar voltados ao desenvolvimento do ser humano, bem como de toda sociedade. Toda prática educativa interfere no desenvolvimento individual e social. Dessa forma, é certo que não podemos dissociar educação de sociedade, pois a educação se efetiva na sociedade.

É neste contexto que assimilamos que toda e qualquer prática educativa deva levar em consideração a realidade social brasileira, diante das

características dessa sociedade desenvolver-se-ão os objetivos pretendidos pela educação. Segundo Libâneo (1991) os propósitos da ação educativa devem estar vinculados à tarefa de capacitar os indivíduos, pelo desenvolvimento das qualidades humanas e modos de agir, para as lutas sociais de transformação da sociedade.

Ademais, a educação, uma vez voltada à formação de qualidades humanas, pode propiciar o sentimento de pertencimento à coletividade e de solidariedade humana, ou seja, “[...] de que ser membro da sociedade significa participar e agir em função do bem-estar coletivo, solidarizar-se com as lutas travadas pelos trabalhadores, vencer todas as formas de egoísmo e individualismo” (LIBÂNEO, 1991, p. 125).

A ação educativa deve ser necessariamente ação coletiva, na qual todos os profissionais envolvidos devem ser guiados pelos valores que desejam alcançar, atentando-se à diversidade de conhecimentos. Conhecer profundamente as concepções de homem e de sociedade que se almeja galgar é condição necessária para o estabelecimento dos ideais educativos.

Acreditamos que a educação deve pautar-se na luta pela democratização da sociedade. Para tanto, o desenvolvimento de sujeitos ativos e posicionados pode ocorrer pelo acesso a direitos e pela conquista de condições materiais, sociais, políticas e culturais.

Dessa maneira, a educação deve estar a serviço dos sujeitos, podendo auxiliá-los na compreensão da realidade, da história e da vida. Buscar a superação das contradições existentes na realidade é tarefa importante no processo de conscientização. Então, a educação não pode orientar-se pela dinâmica neoliberal, que desconsidera os atributos humanos e cujo imperativo é o lucro.

As práticas educativas também devem ser efetivadas no sentido de desenvolver as potencialidades a partir da realidade sócio-econômica e cultural dos sujeitos da educação. Essa tarefa pode contribuir para melhor compreensão da realidade e conseqüente participação de forma crítica e criativa. Libâneo (1991, p. 125) defende que a “[...] atitude crítica é a habilidade de submeter os fatos, as coisas, os objetos de estudo a uma investigação minuciosa e reflexiva, associando a eles os fatos sociais que dizem respeito à vida cotidiana, aos problemas do trabalho, da cidade, da região.”

A educação leva em conta todos os aspectos do ser humano, bem como da realidade social na qual este está inserido, por tal modo, só se efetiva enquanto processo que se baseia na reflexão sobre a realidade. Ora, se esses aspectos não são considerados no processo educativo a possibilidade de conduzir os sujeitos da educação ao discernimento, a autoconsciência, ao crescimento torna-se infértil.

Nesse aspecto, a experiência da aprendizagem possibilita ao ser humano significar e conceber novo sentido às próprias vivências. A educação tem como característica a preocupação com a formação do homem em sua plenitude, com a perspectiva de transformar a sociedade em benefício de seus membros. Espera-se que, por meio da educação, o ser humano desenvolva condições pessoais para engajar-se ao grupo que pertence, isto é, esteja preparado para a participação na vida social.

Conforme nos aponta Saviani (1984), a educação compreende uma heterogeneidade real e uma homogeneidade possível; uma desigualdade no ponto de partida e uma igualdade no ponto de chegada. Isto significava dizer que a educação tem papel transformador perante o ser humano, já que o processo educativo é passagem da desigualdade à igualdade. O compromisso ético-político presente na educação são direcionamentos norteadores do tipo de indivíduo que se deseja formar e do tipo de sociedade a que se aspira. O compromisso social da educação é ato político frente aos interesses das classes sociais.

A educação como instrumento utilizado pelo homem para o processo de aprendizagem, tem o compromisso de proporcionar o desenvolvimento dos meios cognitivos, constituindo os próprios homens em sujeitos pensantes e críticos.

Nesse sentido, espera-se que o educador tenha empenho político, competência teórica e técnica e comprometimento com a profissão e com a educação. Almeja-se que o educador trabalhe pelo desenvolvimento da dimensão humana, técnica, cognitiva, emocional, sociopolítica e cultural do aluno.

A educação é determinada por fins e exigências sociais, políticas e ideológicas, isso significa dizer que a prática educativa é carregada de significados sociais que se constituem na dinâmica das relações sociais, e que passa de geração em geração pela cultura.

Concordamos com Andrade (2007, p. 18) ao pontuar que a educação é instrumento de luta, uma vez que carrega consigo a possibilidade da ação e da transformação, assim a educação configura-se como “[...] atividade mediadora à prática social global, que contribui para um movimento de alterações/superação das realidades sociais como estão postas.” O desafio posto é o da criticidade, na medida em que esse aspecto pode contribuir para o debate e superação de práticas reprodutoras. Como prática educativa, tem o papel intrínseco de contribuir para a formação humana, auxiliando o homem a participar crítica e criativamente da vida social, cultural, econômica e política em sociedade.

Vemos, assim, que a educação carrega consigo a finalidade ética, que é a capacidade de transcendência de si mesmo e das condições sócio-históricas de vida. Para Saviani (1984), cabe à educação a responsabilidade perante a sociedade, de educar para a subsistência (proporcionar ao homem que tire da situação adversa os meios de sobrevivência); educar para a libertação (saber realizar escolhas e ampliar as possibilidades de opção); educar para a comunicação (adquirir instrumentos aptos para a comunicação intersubjetiva); e educar para a transformação (atingir mudança sensível do panorama nacional).

Dessa maneira, a educação, enquanto fenômeno processual, tem como finalidade o desenvolvimento da consciência humana acerca de si e da realidade objetiva na qual o seu humano está inserido. É certo que esta consciência vai sendo ampliada à medida que o homem compreende as determinações sócio-históricas e as relações sócio-culturais que o constituem e é por ele constituída. A tomada de consciência se efetiva pelo processo de reflexão.

Quando a educação acontece sem um processo reflexivo, ela se pauta numa concepção cristalizada e perenizada da realidade, restringindo-se a mero instrumento de reprodução, e não de transformação social – objetivo precípua da educação na concepção dialética. (OLIVEIRA, C.A.H.S., 2004, p. 63).

É a capacidade de refletir sobre determinada situação que possibilita ao homem sua intervenção no mundo. Nesse sentido, compreendemos a educação como possibilidade de transformação social, buscando superar os limites impostos pelo Estado e pelo mercado. Buscamos, com isso, a educação mais democrática e

comprometida com os valores de justiça e igualdade de direitos; a educação que contenha a perspectiva de emancipação.

Rompendo com a tradição, observamos, na atualidade, a concepção de educação atrelada ao processo de desenvolvimento social. De acordo com Gadotti (2000), por longo período, buscou-se a educação como instrumento de promoção individual. A tendência de propostas comprometidas com as tramas sociais, entretanto, ganha tônica.

É certo que a educação que temos é determinada socialmente e constituída historicamente. Conforme aponta Saviani (1999, p. 42), “[...] é necessário avançar no sentido de captar a natureza específica da educação, o que nos levará à compreensão das complexas mediações pelas quais se dá a sua inserção contraditória na sociedade capitalista.” O autor nos fala que toda prática educativa contém uma relação, na qual o educador está a serviço dos interesses do educando, isto é, nenhuma prática é destituída de propósito. Nessa relação, o educador se propõe a agir pelo bem do educando. Ora, se a educação visa o homem, “[...] que sentido terá a educação se ela não estiver voltada para a promoção do homem?” (SAVIANI, 1984, p. 39).

Concordamos com a tese de que a educação deva ser promotora do desenvolvimento integral do ser humano. Como valor primordial, o desenvolvimento humano é senão tornar possível ao próprio homem o seu conhecimento, bem como da realidade, como forma de possibilitar a transformação de si próprio e das conjunturas sociais.

Acreditamos que a formação que contemple essas características deverá levar em consideração as mediações entre o externo e interno, em nosso entendimento, o processo de aquisição de conhecimento visa a internalização dos signos culturais pelo indivíduo.⁴

Todavia, considerando-se que os saberes e instrumentos cognitivos se constituem nas relações intersubjetivas, sua apropriação implica a interação com os outros já portadores desses saberes e instrumentos. Em razão disso é que a educação e o ensino se constituem formas universais e necessárias do desenvolvimento mental, em cujo processo se ligam os fatores socioculturais e as condições internas dos indivíduos (LIBÂNEO, 2004, p. 6).

⁴ Vide capítulo 3, para melhor compreensão da temática.

Não podemos deixar de apontar a educação como fenômeno pluridisciplinar. Ragazzini (1999, p. 23) argumenta que a educação não se efetiva “[...] nem sobre um único indivíduo nem sobre um único processo, mas relativamente a muitos processos de formação de muitos indivíduos.”.

Acreditamos que a educação deva conduzir o ser humano à emancipação e autonomia. Uma educação que considere todas as dimensões do homem – física, psíquica, social e espiritual – de forma a possibilitar o exercício de sua cidadania.

1.1.2 Formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade

Partindo da compreensão dos significados da educação e do cenário educativo que almejamos, é que iniciamos o estudo da formação profissional em Serviço Social no contexto da contemporaneidade⁵. Compreendemos o Serviço Social enquanto campo de conhecimento e profissão que demanda um processo de formação profissional.

É certo que a formação profissional não é algo descolado da realidade cotidiana e por isso mesmo, deve estar interligada aos vários segmentos da sociedade (políticos, sociais, econômicos) e à rica diversidade cultural de cada localidade onde o Serviço Social se efetiva.

Nesse sentido, as novas configurações no Estado, na sociedade e na cultura impulsionam novo redimensionamento no Serviço Social brasileiro, e por

⁵ Discutimos neste trabalho a formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade. Entretanto, é certo que o Serviço Social que vislumbramos na atualidade é fruto de um processo dialético e histórico. O Serviço Social emerge, no Brasil, em meados da década de 1930. Vinculado ao processo político da burguesia capitalista, nasce com forte característica assistencialista e profundamente marcado pela Igreja Católica, como estratégia de intervenção no tecido social junto ao combate das mazelas do proletariado. A compreensão do real significado da profissão dar-se-á, então, na sua relação com a sociedade do capital. No decorrer de sua trajetória, encontramos significativas mudanças na identidade da profissão, especialmente com o movimento de reconceituação, que como o nome diz, acontece com a perspectiva de transformar o Serviço Social brasileiro, levando os profissionais a atuarem em favor das classes oprimidas. O movimento de reconceituação também rebete na metodologia e nos instrumentais do Serviço Social, influenciando a formação profissional até os dias atuais. Para estudo aprofundado, buscar as obras “A formação profissional do assistente social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão” (SILVA e SILVA, 1995) e “O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional” (IAMAMOTO, 2007).

conseqüência, na formação profissional do assistente social. Ao pensarmos a formação profissional do assistente social precisamos apreender o cenário em que a profissão se efetiva, bem como a realidade social que a cerca. Acreditamos que essas mudanças políticas, sociais, culturais e ideológicas, que vivemos nos tempos atuais, as profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social e econômica, assim como as relações entre os sujeitos, impulsionam a reflexão sobre as novas demandas e dinâmicas do mundo do trabalho.

A realidade social brasileira, na atualidade, apresenta vários desafios que requerem novo redimensionamento da profissão e, por conseguinte, da formação profissional, já que esta deve ser tão dinâmica quanto a realidade. Acreditamos que a formação profissional deve ser repensada, a fim de possibilitar a capacitação de profissionais condizentes com novas dinâmicas de trabalho.⁶

Esta nova conjuntura da realidade reafirma a necessidade de superação de práticas, impulsionando-nos a ter olhar instigante para o mundo contemporâneo. Mais do que compreender o significado e papel do Serviço Social na sociedade capitalista, diante do processo de reprodução das relações sociais e econômicas, as novas necessidades do mercado de trabalho demandam uma formação profissional que propicie aos assistentes sociais subsídios teóricos, éticos, políticos e técnicos que auxiliem no desenvolvimento de habilidades que possibilitarão ação crítica, criativa e comprometida.

A contemporaneidade exige cada vez mais profissionais qualificados, dotados de conhecimentos especializados e atualizados, flexibilidade intelectual no encaminhamento de diferentes situações e capacidade de análise para decodificar a realidade social (OLIVEIRA, C.A.H.S., 2003, p. 43).

Ao discutirmos a temática formação profissional, compreendemos como processo pelo qual os graduandos passam, dentre eles os de Serviço Social, para se habilitarem para o exercício profissional. Compreendemos a formação profissional como processo educativo dialético, portanto, aberto e dinâmico, que traz a possibilidade de aprendizagens pessoais e sociais. Enquanto processo, a

⁶ Para estudo mais aprofundado da temática, consultar “Serviço Social: identidade e alienação” (MARTINELLI, 2007).

formação profissional encontra-se sempre em movimento, como práxis (ação-reflexão-ação) que leva ao desenvolvimento de habilidades necessárias ao desempenho profissional, buscando o crescimento e fortalecimento do Serviço Social a partir do desvelamento da realidade social. Mais do que qualificação adquirida, trata-se de educação continuada.

Falamos, portanto, de uma formação que deva dar conta de orientar o pensar e o agir, proporcionando bases reflexivas ao futuro profissional, preparando-o para sua ação profissional como um profissional crítico, reflexivo e interventivo. Um profissional que saiba ler e interpretar a realidade, para, a partir de tal leitura, encontrar estratégias e táticas de intervenção nesta, podendo transformá-la ou reforçá-la de acordo com sua visão de homem e mundo, seu projeto profissional e o movimento da própria realidade (CARDOSO, P.F.G., 2006, p. 147).

No caráter de processo educativo, Franci Cardoso (2000, p. 14) entende a formação profissional em Serviço Social como “[...] totalidade, expressando um conjunto de determinações em que estão presentes forças contraditórias em luta na construção de um determinado projeto.”

Dessa maneira, a formação profissional transcende a simples transmissão de teorias e conhecimentos, também não se restringe à instrumentalização técnica. É, sim, processo crítico de desenvolvimento intencional de habilidades, capacidades, emoções, posturas em um movimento estrutural e conjuntural.

A formação em Serviço Social necessita ser “farol” que aponta caminhos, deve ser capaz de desvendar a dinâmica societária e articular o ensino teórico-prático, a pesquisa e a extensão ao rigor ético. Almejamos um processo de formação profissional que proporcione ao sujeito aprendiz força criativa e espírito crítico, a fim de que ele desenvolva recursos para decifrar os processos sociais, superando a dicotomia entre teoria e prática.

Formar profissionais qualificados, com relevante gabarito político, ético, metodológico e interventivo, significa apontar-lhes caminhos e ensinar-lhes a aprender, pela convivência permanente com a teoria, a história, a pesquisa e o cotidiano das práticas presentes nos diversos campos de estágio formal ou nos programas de extensão (IAMAMOTO, 2007, p. 252).

Em nossa compreensão, a desvinculação entre o trabalho intelectual e o fazer cotidiano provoca o engessamento da profissão. O saber acadêmico e o saber interventivo, apesar de possuírem naturezas diferentes, são elementos indissociáveis e complementares, que se integram na perspectiva da transformação de dada realidade. Assim, a prática é entendida como a ação real e efetiva de determinada teoria que foi pensada, elaborada e significada. Na unicidade existente entre teoria/prática, uma se alimenta e se constitui pela outra.

Nesse sentido, elementos históricos, teóricos, éticos, políticos, técnicos e operativos constituem a formação profissional do assistente social. Esses elementos auxiliam o profissional de Serviço Social a decodificar a realidade social, podendo, assim, redimensionar suas ações profissionais. A formação profissional no Serviço Social visa à compreensão da sociedade brasileira e à capacitação do estudante para proceder sua análise, intervenção e produção de conhecimentos sobre essa realidade.

Concordamos com Andrade (2007, p. 30) em sua compreensão da formação profissional como “[...] reflexo da articulação entre dimensões do conhecimento, da prática, da inserção profissional nas relações de trabalho e na elaboração de estratégias de atuação que vão além da simples estruturação de uma grade curricular [...].”

Acreditamos que a formação profissional deva buscar ser completa, pautada na totalidade do indivíduo. A cognição e a racionalidade são essenciais na formação profissional do discente, contudo, é imprescindível levar em conta os aspectos subjetivos. No processo de formação profissional há de se considerar a história de vida, os sentimentos e emoções, o conhecimento que o sujeito já carrega consigo, já que essa vivência que ele traz estará presente em toda sua atuação profissional. Esse ponto de vista é salientado na compreensão de que no processo de formação profissional há (re)constituição de significados, valores, sentidos, emoções e motivos em constante dialética entre objetividade e subjetividade.

O processo de ensino é permeado também por questões como afetividade, conflitos e ambigüidades (linguagem, memória, metáfora, modelos, olhares, tempo, totalidade e vivência), revisão de atitudes (coragem, espera, harmonia, humildade, busca de coerência e contextualidade), descoberta do eu (autoconhecimento, corporeidade,

estática, identidade). Questões estas pouco trabalhadas e com escasso apoio da teoria específica enfatizada pelo Serviço Social, para preparar os discentes no lidar cotidiano com tais elementos (MARTINS, R.A.S., 2006, p. 19-20, destaque do autor).

Percebemos que a compreensão de fatores, ora tão distantes das discussões vislumbradas pelo processo educativo no Ensino Superior – a intersubjetividade – se revela como de suma importância para a efetivação do processo de formação profissional que vislumbre os verdadeiros ideais da educação.

Sabemos que a formação profissional atravessa e constitui a história dos homens como seres sociais e por isso traz consigo dimensões objetivas (razão) e dimensões subjetivas (emoção). É, também, no processo de formação profissional que aspectos subjetivos da aprendizagem, definidos por meio de significados, valores, emoções, sentimentos são suscitados, refletindo em escolhas, significações e construções.

A formação profissional está calcada em determinado contexto sócio-histórico, e por isso mesmo, contém o reconhecimento das trajetórias dos sujeitos situados nesse processo. Nesse sentido, Batista (2001, p. 135, destaque do autor) ressalta que a formação profissional

[...] traz em si uma intencionalidade que opera tanto nas dimensões subjetivas (caráter, mentalidade) como nas dimensões intersubjetivas, aí incluídos os desdobramentos quanto ao trajeto de constituição no mundo do trabalho (conhecimento profissional). Portanto, não se trata de algo relativo a apenas uma etapa ou fase do desenvolvimento humano, mas sim de algo que ocorre, atravessa e constitui a história dos homens como seres sociais, políticos e culturais.

Há intencionalidade na formulação de todo projeto de formação profissional. Essas intenções se materializam nas disciplinas, conteúdos, oficinas temáticas, normas do curso, do estágio e do trabalho de conclusão de curso e, ademais, nas relações que se estabelecem entre unidade de ensino, docentes, discentes, funcionários e comunidade.

A compreensão a respeito da formação profissional em Serviço Social deve ser relacionada às tramas da realidade social brasileira, aos projetos desta mesma sociedade em seus vários segmentos (políticos, sociais, econômicos,

históricos, etc), à realidade peculiar de cada Unidade de Ensino e aos sujeitos e relações envolvidas neste processo (educador-educando). O desafio posto encontra-se na articulação das diversas categorias que incidem de forma direta na qualidade da formação profissional.

O projeto educacional do Serviço Social é norteado pelas Diretrizes Curriculares (1997), buscando a superação do currículo mínimo⁷ e rompendo com a visão fragmentada da realidade. As diretrizes curriculares apontam um novo projeto de formação profissional em Serviço Social, no qual a questão social é o eixo norteador da profissão, enquanto fundamento histórico-social.

Neste contexto, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), em consonância ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), ganha importância, uma vez que, enquanto instituição responsável pelo direcionamento estrutural dos cursos de Serviço Social, almeja a flexibilização do ensino de maneira que a formação profissional possa acompanhar as profundas transformações da sociedade na contemporaneidade, onde a qualidade seja garantia.

Sabemos que o Serviço Social está inserido na história da sociedade, e como tal, é profissão que transforma a si própria ao transformar as condições e relações sociais nas quais se inscreve. Diante disso, a formação profissional é quesito inserido em constantes discussões, estudos e análises.

A ABESS e o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), em documento intitulado “Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social” (1997) apontam os princípios e as diretrizes que fundamentam a formação profissional em Serviço Social, dentre os quais destacamos:

[...]

2. rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;

⁷ De acordo com Andrade (2008, p. 33) “[...] cabe ressaltar que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394 (LEGISLAÇÃO..., 2008, p. 289-320), promulgada em 1996, imputou às universidades a definição das diretrizes curriculares para os cursos de graduação para substituir os antigos currículos mínimos. No Serviço Social, esta exigência foi empreendida pela ABEPSS, numa construção coletiva da categoria profissional.”.

3. adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;

[...]

5. estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade;

[...]

7. caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;

8. indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;

9. exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

10. ética como princípio formativo perpassando a formação profissional [...] (ABESS/ CEDEPSS, 1997, p. 61-62).

A formação profissional, calcada na dinâmica da vida social, deve possibilitar o repensar crítico do ideário profissional a fim de garantir o compromisso com os interesses das demandas populares. Nesse sentido, o processo educativo, no decorrer da formação profissional, necessita estimular o posicionamento crítico do sujeito aprendiz, promovendo postura investigativa.

Partindo desses princípios e diretrizes, há a estruturação de três núcleos temáticos: o núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social; o núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Os três núcleos, conjuntamente, articulam os conhecimentos e habilidades necessárias à formação profissional dos assistentes sociais e se desdobram em matérias que se apresentam em disciplinas nos currículos dos cursos de Serviço Social.

O núcleo “fundamentos teórico-metodológicos da vida social” é responsável pela compreensão do ser social enquanto totalidade histórica; ou seja, o ser social é historicamente constituído. Por esse núcleo há a possibilidade de apreender e decifrar a sociedade moderna (burguesa), o papel do trabalho no desenvolvimento da sociabilidade e da consciência humana, o papel do Estado, as políticas públicas, as classes e grupos sociais, as relações de exploração e

dominação. O discente em Serviço Social adquire conjunto de conhecimentos que fundamentam o entendimento da dinâmica da vida social e da realidade em suas múltiplas determinações.

O segundo núcleo, “fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira”, concentra o conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, resguardando as particularidades de sua formação e desenvolvimento ao longo da história. Compreende a vida urbana e rural, bem como as diversidades regionais e locais. Segundo a ABESS/ CEDEPSS (1997), nesse núcleo devem ser objeto de análise os padrões de produção capitalista, a constituição do Estado brasileiro, o significado do Serviço Social no seu caráter contraditório e os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira.

Por fim, o terceiro e último núcleo, “fundamentos do trabalho profissional”, remete aos elementos constitutivos do Serviço Social enquanto especialização do trabalho e, dessa maneira, permite ao discente compreender a institucionalização e desenvolvimento da profissão. Segundo Lamamoto (2007, p.72), este núcleo conecta “a trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio profissional.”

Esta estrutura curricular, partindo dos eixos norteadores da formação profissional, permite a articulação de saberes e conhecimentos fundantes ao exercício do Serviço Social. Ademais, são núcleos que não se fecham em si mesmos, mas abrem caminhos para a construção de novas perspectivas de atuação profissional.

A articulação indissociável entre esses três núcleos, enquanto dimensões e conhecimentos diversificados e complementares, possibilita a formação e atuação profissional comprometida com o projeto ético-político⁸ idealizado pela categoria. A compreensão do projeto ético-político dos assistentes sociais merece destaque aqui, por ser ele o aspecto que diferencia, orienta e encaminha a formação

⁸ Um projeto profissional legitima socialmente os valores e ideais de determinada profissão. Nesse sentido, o projeto ético-político do Serviço Social contém os objetivos e funções, bem como o direcionamento político da profissão; nasce na recusa e crítica ao conservadorismo da profissão. O projeto ético-político do Serviço Social vem sendo discutido e construído coletivamente nas duas últimas décadas. Na atualidade, é o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, entidades representativas do Serviço Social, que norteia as ações profissionais dos assistentes sociais no Brasil. Para maior conhecimento, consultar “Capacitação em Serviço Social e Política” (NETTO, 1999).

profissional. Buscar uma formação profissional qualitativa pressupõe diálogo constante com o projeto ético-político profissional, construído coletivamente pela categoria. Nesse sentido, a formação profissional deve vislumbrar a capacidade dos agentes como sujeitos sociais e históricos. Esse projeto profissional cria limitações para a formação centrada apenas na lógica do mercado, viabilizando o comprometimento com os valores da democracia e da liberdade, que se efetiva na autonomia, na emancipação e na expansão dos indivíduos sociais.

Dessa forma, Ana Célia Silva (2000, p. 38) aponta:

É projeto político porque estabelece e dá sentido ao compromisso com a formação do cidadão e da pessoa humana para um tipo de sociedade; porque revela a intencionalidade da formação e os compromissos deste profissional com um tipo de sociedade. [...] É pedagógico porque define as ações educativas e as características necessárias ao cumprimento dos propósitos e intencionalidades do curso, tendo a ver, portanto, com a organização do curso como um todo, com a organização do trabalho pedagógico na sua globalidade.

Engendrar ensino, pesquisa e extensão configura-se como condição necessária para o desenvolvimento de habilidades peculiares à ação profissional, a superação da fragmentação entre teoria e pesquisa traz a possibilidade de inovação. Conforme documento da ABESS/CEDEPSS (1997, p. 63) “[...] este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções.” Quando falamos da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, superamos a visão de formação profissional essencialmente vinculada à preparação para o emprego, e percebemos a formação como processo educativo no qual os discentes estarão sendo qualificados para responder às demandas sociais.

A trajetória do Serviço Social culmina no redimensionamento da formação profissional, na contemporaneidade, partindo das conquistas já alcançadas. Temos, com este trabalho, a ousadia de propor um salto qualitativo na formação profissional, que se configura na possibilidade de considerar os aspectos intersubjetivos nesse processo.

Partilhando dessa concepção, Iamamoto (2007, p. 185) assinala necessidade do perfil profissional “[...] comprometido com valores ético-humanistas:

com valores de liberdade, igualdade e justiça, como pressupostos e condição para a auto-construção de sujeitos individuais e coletivos, criadores da história.” Ademais, aponta a necessidade do Serviço Social realizar interlocução com novos paradigmas, em especial, o paradigma da subjetividade, de modo a não estar alheio às novas tendências nas ciências sociais.

O projeto de formação profissional em Serviço Social deve estar comprometido com a luta pela hegemonia da direção social do curso. Para que esta premissa se efetive, é necessário que o debate crítico se faça presente na proposta pedagógica e, assim, no processo de aprendizagem.

A formação profissional em Serviço Social é alicerçada no compromisso com a transformação social, sob a ótica da perspectiva crítica, buscando a superação da ordem capitalista e a emancipação humana. De acordo com Franci Cardoso (2000, p. 13), a direção social constitui-se, no processo de formação profissional, por meio dos debates e embates profissionais, “[...] não sendo dada a priori, mas definindo-se como hegemônica na processualidade dos confrontos das diferentes vertentes teórico-político-ideológicas presentes na profissão.”

Ora, se buscamos a formação profissional aliada à promoção do desenvolvimento da sociedade, enquanto totalidade, devemos questionar o perfil profissional que desejamos alcançar. É certo que a relação entre o projeto pedagógico e a perspectiva em formar assistentes sociais autônomos, críticos, propositivos e comprometidos com a realidade brasileira deva ser uma constante.

Desse modo, o projeto pedagógico deve considerar as necessidades individuais de formação, bem como as necessidades coletivas, num processo de articulação dessas duas dimensões, uma vez que este é o sentido de tal projeto.

Todo processo de formação profissional está sedimentado em certa concepção de educação que fundamenta e norteia os objetivos que se pretendem atingir, haja vista que, na atualidade, buscamos não somente uma formação que compreenda a dimensão acadêmica (aspectos teórico-metodológicos), como também a dimensão humana, a formação do sujeito cidadão. Referendando esta lógica, Ana Célia Silva (2000, p. 50) afirma:

Ao contrário do que às vezes se imagina, não se espera da universidade que ela forme especialistas capazes de responder a exigências bem específicas e limitadas do mercado de trabalho. Pelo contrário, a sociedade atual está a exigir a formação de indivíduos que se assumam, ao mesmo tempo, como cidadão e como profissionais capazes de pensar a realidade existente e as respectivas áreas de conhecimento e de ação. Esses indivíduos certamente terão melhores condições de enfrentar crítica e responsabilmente a sociedade na qual vivem e atuam como cidadãos e profissionais, bem como o mundo do trabalho.

Partindo dessa compreensão, Oliveira (2004) reitera que o projeto de formação profissional seja conciliado aos novos tempos, às novas demandas profissionais, ao mercado de trabalho, a fim de que se possa assegurar a construção de respostas profissionais sólidas frente às especificidades da questão social. Assim, faz-se necessário o desenvolvimento de uma proposta de formação profissional conciliada com a atualidade, comprometida com os valores democráticos, com novo ordenamento das relações sociais.

Não estamos aqui articulando a formação profissional em Serviço Social à simples preparação de mão de obra para o mercado de trabalho que responda aos interesses do sistema capitalista, mas propomos um processo educativo no qual o sujeito aprendiz desenvolva habilidades que o possibilite lidar com as mazelas da vida cotidiana postas nas situações particulares e singulares, possibilitando o enfrentamento dessa realidade.

Ao buscarmos destacar aspectos da cidadania, não pretendemos desconsiderar o mercado de trabalho, seria ingenuidade de nossa parte. Não almejamos, entretanto, a constituição da formação profissional balizada meramente na lógica do mercado, que se efetivaria numa formação instrumental e utilitarista. Pretendemos, sim, uma formação sintonizada ao mercado de trabalho, mas que mantenha distanciamento crítico, com o qual se percebam as contradições presentes na realidade.

Segundo Yamamoto (2007, p. 172, grifo do autor):

Ora, a *sintonia* da formação profissional com o mercado de trabalho é condição para se preservar a própria sobrevivência do Serviço Social. [...]. Reside aí a necessidade de que a reformulação de um projeto de formação profissional esteja afinada com o novo perfil da demanda

profissional no mercado de trabalho, detectando-o e decifrando-o para que se possa qualificar profissionais que, não só confirmem sua necessidade, mas que sejam capazes de responder crítica e criativamente aos desafios postos pelas profundas transformações incidentes nas esferas da produção e do Estado, com profundas repercussões na conformação das classes sociais.

A realidade impõe o desenvolvimento do profissional atento às necessidades técnicas, mas que também tenha competência e habilidade para adentrar o espaço sócio-ocupacional de maneira ética. Em consonância com este pensamento, Cirlene Oliveira (2003, p. 13) ressalta que o assistente social “[...] saiba decodificar as questões inerentes à realidade social e, assim, propor ações que materializem na busca da efetivação dos direitos da população usuária, do cidadão.” Mais do que exercer sua cidadania, enquanto profissional, este deve possibilitar aos usuários o exercício desta condição.

Num projeto de formação profissional comprometido com os valores democráticos há que se considerar o processo de constituição de sujeitos sociais, a partir da historicidade da vida cotidiana.

Tanto em sua natureza, quanto no seu conteúdo, a formação profissional do assistente social diferencia-se não só por suas particularidades institucionais, mas também se caracteriza pela diversidade de paradigmas interligados a outras ciências. É nesse sentido que integrar o heterogêneo se apresenta como desafio na contemporaneidade, desafio que requer vontade, disposição e a superação de caminhos já existentes.

Diante da globalização, das divisões no campo social, cultural, financeiro, político, científico, em particular da fragmentação na maneira de perceber e compreender o ser humano e suas relações, a interdisciplinaridade emerge como prática de articulação dessas partes. Podemos afirmar que, mais que proposta simplista, a interdisciplinaridade pode apresentar-se como resposta de intercâmbio e integração, uma maneira de transpor fronteiras e diferenças existentes entre as profissões, a fim de alcançar comunicação mais efetiva.

Nesse sentido, Cirlene Oliveira (2003) destaca a interlocução entre os variados pólos do saber como característica inevitável do mundo organizado do conhecimento. A interdisciplinaridade transcende a união de forças para a obtenção

de um objetivo comum, ela possibilita o diálogo, a troca de conceitos e idéias, a criatividade.

A prática interdisciplinar traz como conseqüência a modificação de conceitos, terminologias e posicionamentos, superando as endogenias e efetivando a pluralidade de saberes. Traz consigo a possibilidade da relação, da convivência com o outro, da troca. Dessa forma, o trabalho interdisciplinar desencadeia crescimento profissional, bem como um crescimento institucional, porque exerce prática solidária.

Concordamos com Andrade (2007) ao apontar que a execução das orientações fundamentais do projeto de formação profissional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) garante, em parte, a qualidade da estrutura cognitiva desse projeto. Isso porque o projeto de formação profissional, em toda sua complexidade, não se reduz apenas a esses aspectos.

Existem várias outras questões que precisam ser enfrentadas para a concretização dessas diretrizes gerais: a grande heterogeneidade de pensamento dos professores das mais diversas unidades de ensino, que geralmente não participam do debate e que muito provavelmente não se identificam com a proposta – o que garante a observância formal, mas não uma mudança real; a incidência desafiadora de alcançar a realidade profissional em geral e sobre o “ensino da prática” através do estágio supervisionado. Envolver professores, supervisores, alunos e a categoria profissional não é tarefa fácil, mas necessária (ANDRADE, 2007, p. 40, destaque do autor).

No rol de entraves no processo de formação profissional, poderíamos incluir a questão das relações que envolvem o corpo docente, os discente, os supervisores de estágio, a categoria profissional como um todo e a comunidade em geral; relações estas que se expressam e configuram na intersubjetividade.

Apreendemos os constantes esforços da ABEPSS, CFESS, CRESS e da Entidade Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) na direção da garantia da formação profissional alicerçada no comprometimento social da profissão, da criticidade e criatividade, por meio de aspectos cognitivos. Acreditamos, sim, que além dos elementos teórico-metodológicos, da ampla gama de informações, do comprometimento ético, o assistente social necessita desenvolver habilidades comunicativas, relacionais e emocionais que possibilitem a

ele a formulação de propostas profissionais criativas e o engajamento consciente em práticas propositivas.

Almejamos, portanto, a formação profissional em Serviço Social que garanta a qualidade dos conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnicos, mas que também permita aprendizagens de cunho subjetivos, onde haja espaços para o pensar e o refletir sobre as escolhas, os valores, as dúvidas, os sentimentos, as inquietações. Esse estudo busca abrir caminhos para a valorização de uma dimensão humana pouco vislumbrada na universidade, a dimensão da relação, a dimensão intersubjetiva.

1.2 O estágio supervisionado no contexto educativo

1.2.1 Políticas de estágio no Brasil

A relação entre mundo do trabalho e educação no Brasil é discussão atual, especialmente quando refletimos sobre o espaço do estágio nesse cenário. Desde o Brasil Colônia até meados de 1940, essa vinculação é inexistente, tendo a educação caráter intelectual e humanista. Somente a partir desse período percebemos as primeiras relações entre educação e trabalho; também a partir dessa data inicia-se a discussão e a implementação do estágio enquanto prática profissional de aprendizagem. Tais dados rebatem na legislação que apenas nos anos de 1970 promove progressivamente aproximação entre mercado de trabalho e educação.

Desde as primeiras legislações até nos decretos recentes, observamos poucas mudanças e transformações no papel do estágio no processo de formação profissional universitário.

As políticas brasileiras de estágio passam a normatizar esta etapa da formação profissional a partir do ano de 1977, com sucessivas leis e decretos (Lei 6.494/77, Decreto 87.497/82, Lei 8.859/94, Lei 9.394/96, Decreto 2.080/96, Lei 11.788/08). Desde esse período, o estágio é definido como sistema de treinamento

prático do estudante, visando formação de habilidades técnicas e atitudes psicológicas requeridas pelo mundo do trabalho.

A importância do estágio aumenta frente às profundas transformações no mundo do trabalho e ao constante desenvolvimento científico e tecnológico, provocando o acirramento das discussões sobre o tema e instigando a universidade a repensar seu processo formador. Dentre as novas demandas para o exercício profissional, o estágio, enquanto atividade pedagógica, tem o papel de estimular o conhecimento da realidade social e desenvolver práticas que respondam às necessidades sociais.

Compreendemos o estágio como componente do projeto pedagógico de um curso e, dessa maneira, aspecto da formação acadêmico profissional que detém características singulares no processo de aprendizagem. Ao articular teoria e prática, de modo indissociável, o estágio promove o processo de ensinar e aprender, assim como também, a interação entre Universidade, organizações e sociedade.

Dentre as finalidades do estágio, encontramos a vinculação da educação formal ao mundo do trabalho e a prática social. Desse modo, a relação entre a dimensão acadêmica e a sociedade se perfaz por meio da prática do estágio, na qual o estagiário entra em contato com a realidade cotidiana. Nesse sentido, o estágio destaca-se como um dos componentes pedagógicos mais importantes na articulação privilegiada entre teoria-prática no processo de formação profissional, no conjunto de elementos constitutivos das diretrizes curriculares.

O estágio curricular é compreendido como ato educativo intencional, sistema de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural e, enquanto procedimento didático-pedagógico deve proporcionar ao estudante o desenvolvimento de habilidades requeridas ao exercício profissional.

No rol de diretrizes e apontamentos para a efetivação do estágio, encontramos as seguintes metas:

- Criar um campo de experiências e conhecimentos que constitua a possibilidade de articulação teórico-prática e que estimule a inquietação intelectual dos alunos;
- Desenvolver habilidades, hábitos e atitudes pertinentes e necessárias para aquisição das competências profissionais;

- Incentivar o interesse pela pesquisa e pelo ensino;
- Criar um espaço de transição entre a vida estudantil e a vida profissional, atenuando o impacto dessa transformação, base de emancipação e autonomia;
- Favorecer, por meio da diversificação dos espaços educacionais, a ampliação do universo cultural dos estagiários (PROAC, [2008]).

Considerando a Lei 6.494/77, é entendido como estagiário o aluno regularmente matriculados em cursos vinculados ao Ensino Superior público ou particular, que esteja comprovadamente freqüentando os cursos. Para que o estágio se firme é necessário que haja instrumento entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e a pessoa jurídica de direito público ou privado interessado no estágio, denominado “Termo de Compromisso de Estágio”.

Conforme Decreto 87.497/82, em seu Artigo 2º, a aprendizagem decorrente do estágio deve ser efetivada a partir da inserção e “participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da unidade de ensino”. Dessa forma, observamos que a legislação preconiza a necessidade do estagiário estar em íntimo contato com a realidade, já que a aprendizagem profissional dá-se por meio dela.

A Lei 8.859/94 reconhece que o estágio pode se dar somente em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário. Dessa forma, conforme a mesma lei, o estágio necessita ser planejado, executado, acompanhado e avaliado conforme o norteamento curricular.

Podemos verificar, também, que ampla parcela de responsabilidade no contexto de estágio recai sobre a unidade de ensino. Fica ao cargo dessa a inserção do estágio curricular na programação didático-pedagógica; a carga horária, duração e jornada do estágio; as condições imprescindíveis para caracterização e definição dos campos de estágio; e o sistema de organização, orientação, supervisão e avaliação do estágio. Nesse sentido, faz-se importante que a instituição promotora de estágio tenha condições de propiciar desenvolvimento sócio-cultural e científico na área de formação do estagiário, a partir de situações concretas e reais postas na realidade, práticas estas vivenciais no mundo do trabalho.

Segundo Decreto 2.080/96, compete à instituição de ensino ou à instituição concedente de estágio providenciar o seguro de acidentes pessoais ao estudante, resguardando-o de possíveis problemas de ordem trabalhista e zelando pela manutenção de sua vida, ainda que apenas no decorrer da realização do estágio.

Um dos aspectos centrais na discussão sobre o estágio refere-se à indissociabilidade entre teoria e prática. Em documento, a Comissão Nacional de Estágio do Fórum Brasileiro de Pró-Reitores de Graduação (ForGRAD) (2004, p. 1, online) aponta o estágio como “estratégia para o questionamento, reavaliação e reestruturação curricular na medida em que oportuniza a relação teoria e prática. Assim, o estágio precisa estar integrado ao currículo do curso e acontecer”.

O engendramento entre o conhecimento e o fazer é diferencial no mundo contemporâneo; esperamos que o estagiário desenvolva essa competência de maneira que sua prática promova o processo de transformação social. Essa práxis é elemento diferenciador no decorrer da formação profissional.

A garantia da articulação entre prática e teoria, bem como a construção de perfil profissional condizente com as atuais demandas, só se efetiva pela supervisão. A supervisão de estágio deve conduzir à reflexão, estudo e compreensão das ações realizadas pelo estagiário, possibilitando a crítica e o crescimento pessoal e profissional. As experiências já vivenciadas no campo de estágio são ressignificadas pelo processo de supervisão. A possibilidade da supervisão, enquanto acompanhamento didático e sistemático, rechaça as práticas voltadas à imediatividade e promove a criação do novo, garantindo a qualidade do estágio no caráter de ação pedagógica.

Partilhamos da idéia de Pimenta (apud COMISSÃO NACIONAL DE ESTÁGIO DO FORGRAD, 2004, p. 12, online, grifo do autor) ao ressaltar que “[...] o estágio é um componente curricular inserido desde o início do curso, não se constituindo como estratégia de prática aplicada ou verificação da teoria, mas sendo simultaneamente teoria e prática.”

Destacamos que estágio não é emprego e não deve ser confundido com as políticas de primeiro emprego. Como tal, não deve ser pensado ou efetivado como solução de problemas sociais, tampouco como forma de precarizar

as relações de trabalho. Por caracterizar-se como modalidade do processo de formação, a realização do estágio não implica em vínculo empregatício. Não é, portanto, a legislação trabalhista que referenda o estágio, mas sim as políticas de educação, em especial, as de estágio.

Ora, se o estágio é regulamentado e compreendido como instrumento de promoção de aprendizagem pessoal e profissional, a implantação de estagiários no lugar de trabalhadores constitui-se em situação inaceitável, principalmente se pretendemos promover o desenvolvimento e emancipação humana.

O estágio profissional tem sido instrumento generalizado de fraude aos direitos sociais. Não raro encobre contratos de trabalho, não só pelo concurso doloso dos sujeitos-cedentes que nada mais querem do que contar com a força do trabalho sem os ônus sociais, como pela negligência das instituições de ensino que se limitam a cumprir os requisitos formais, sem se preocuparem com o acompanhamento pedagógico, equiparando-os a meras intermediadoras de mão-de-obra (CAMINHO apud COMISSÃO NACIONAL DE ESTÁGIO DO FORGRAD, 2004, online).

O descumprimento pela instituição de ensino das formalidades necessárias à regulamentação da prática do estágio incide na caracterização desse ato em mera intermediação de mão de obra, possibilitando que o estágio seja instrumento de fraude aos direitos sociais do trabalhador. A ocorrência cotidiana desse cenário levou o Ministério do Trabalho a executar a Notificação Recomendatória 741/2002, pela qual ressalta os objetivos do estágio e sua legislação.

Em decorrência da precariedade de legislações que norteiam o estágio curricular, o documento da Comissão Nacional de Estágios do ForGRAD (2004, online, grifo nosso) aponta alguns direcionamentos às Instituições de Ensino Superior (IES):

a) que a carga horária máxima dos contratos de estágio não obrigatório, realizado concomitantemente com o período de aulas, seja fixada em 30 (trinta) horas semanais e não superior a (6) seis horas diárias, por aluno. Tal jornada deve ser compatível com o horário escolar e *preservar direitos fundamentais como saúde, segurança, educação, convivência familiar, cultura e lazer*, sendo

que excepcionalmente poderá ser admitido o máximo de 40 horas semanais, desde que o estágio seja realizado fora do período letivo.

b) desenvolver e implementar políticas e ações acadêmicas, administrativas e pedagógicas de incentivo à realização e à gestão de estágios.

O pouco aprofundamento das legislações vigentes, bem como a escassez de publicações, permite a fragilidade das ações das IES e das instituições promotoras de estágio.

Percebemos a necessidade da integração e valorização dos aspectos subjetivos no contexto do estágio. Transformações⁹ ocorridas nas legislações, embora tragam benefícios aos estagiários, não garantem a efetivação dos direitos adquiridos, especialmente acerca das condições de saúde, segurança, educação, convivência familiar, cultura e lazer, que incidem diretamente na constituição subjetiva do estagiário e no processo educativo.

A desvalorização do estágio como estratégia pedagógica, no âmago da IES, pode acarretar em falhas ou lacunas no processo de desenvolvimento no qual o estudante se encontra, contribuindo para o sucateamento do Ensino Superior e para a ausência de qualidade na formação profissional.

Diante das novas demandas de produção e gestão do conhecimento, buscamos a efetivação do estágio como instrumento de capacitação técnica, de comprometimento ético-político e de desenvolvimento pessoal enquanto aspectos essenciais à preparação para o trabalho e o exercício da cidadania.

⁹ Entrou em vigor, ao término dessa pesquisa, a Lei 11.788 que regula a situação dos estagiários no panorama brasileiro. Essa nova legislação, busca a garantia do estágio como parte do processo educativo e do projeto pedagógico do curso, bem como almeja reconhecer o estágio como um vínculo educativo-profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico. Ademais, esclarece a função do estagiário, da unidade de ensino e da parte concedente de estágio e busca dar ampla cobertura de direitos capazes de assegurar a cidadania no ambiente de trabalho. Sabemos, contudo, que a promulgação de nova lei não é garantia da aplicabilidade da mesma. Para maiores esclarecimentos, consultar “Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008” (BRASIL, 2008).

1.2.2 A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social

Como marco no início do processo de formação profissional em Serviço Social, o estágio significa momento singular desse percurso e referencial neste processo, contendo características específicas.

O estágio supervisionado encontra-se como elemento do processo formativo desde a fundação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, em meados de 1930. Desde a origem do curso, o estágio tem papel central na formação profissional, sendo percebido como fundamental para a garantia de qualidade nesse processo (ANDRADE, 2007).

Enquanto campo de treinamento da prática profissional do Serviço Social, o estagiário vivencia as relações sócio-históricas, dialéticas e contraditórias existentes nesse espaço, compreendendo a dinâmica peculiar do trabalho. Assim, ao entrar em contato com essa realidade, o estagiário tem a possibilidade de decifrar as relações institucionais e elaborar novos conhecimentos a partir do conhecimento das expressões da questão social que constituem o objeto de intervenção profissional.

O estágio representa, para o aluno, momento de contato com a realidade profissional. É a partir deste contexto de ensino-aprendizagem que se pode apreender a matéria prima do fazer profissional: a questão social. As atividades realizadas no campo de estágio possibilitam reflexão, crítica, descobertas, dúvidas presentes na dinâmica da realidade, tecendo o aprender.

Compreendemos o estágio como

[...] atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. [...] O estágio supervisionado constitui-se como momento privilegiado de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional [...] (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.71).

Neste sentido, o estágio supervisionado ganha centralidade no processo de formação profissional, já que se caracteriza como contexto apropriado para pensarmos as questões objetivas e subjetivas presentes em tal processo e por ser etapa do processo de treinamento prático da vida profissional.

O contexto de estágio proporciona o conhecimento da realidade social, oportunizando o contato com as múltiplas manifestações da questão social e o desenvolvimento da visão crítica para futuras intervenções.

Dessa maneira, o estágio prático tem como função preponderante contribuir para que o estagiário aproprie-se do significado social do Serviço Social e da construção de sua identidade profissional, individual e coletiva. Fazemos nossas as palavras de Buriolla (1995, p. 13) ao compreender o estágio como “[...] locus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente.”.

Experienciar a natureza interventiva do Serviço Social, no cotidiano do estágio, possibilita ao estagiário apreender os papéis e atitudes dos profissionais, assim, na medida em que o aluno apropria-se da profissão, ele se percebe como membro da categoria profissional. Nesse processo de apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos, assim como de posturas profissionais, o estagiário tem a oportunidade de aproximar-se das práticas cotidianas que norteiam o exercício profissional do assistente social.

O fortalecimento da identidade profissional efetiva-se, também, a partir da elaboração crítica e reflexiva do exercício profissional, aliado ao conhecimento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político.

O aluno aprende certo modo de fazer profissional, ao mesmo tempo em que revela o seu modo de fazer. Nesta integração, convivência, ele se relaciona com o assistente social, com usuários, com profissionais e funcionários de diversas áreas (PACCHIONI, 2000, p. 33).

Pelo estágio supervisionado, o estudante, além de se confrontar com a prática do Serviço Social, apreende o contexto mais amplo das relações da profissão com a sociedade, incorporando aspectos culturais e sócio-profissionais presentes neste contexto. De acordo com Pinto (1997), a simples presença do aluno no campo

de estágio não garante o conhecimento da realidade da prática profissional. O aluno encontra significado no estágio nas dialéticas e contraditórias relações que são firmadas nesse contexto, impulsionando a aprendizagem.

Acreditamos que o papel intrínseco do estágio encontra-se na possibilidade de desenvolver o pensamento crítico dos estagiários à medida que ocorre a integração entre o estudo, a prática social e a reflexão analítica do fazer, dimensões estas que, quando integradas, possibilitam descobertas e a apropriação de elementos presentes no tecido social.

O significado do estágio materializa-se a partir de aproximações sucessivas que o estagiário faz à realidade social mediatizadas pela fundamentação teórico-metodológica, e deve ser compreendido segundo as diretrizes curriculares do Serviço Social. Como atividade do processo ensino-aprendizagem, o estágio ocupa posição estratégica na formação profissional e articula profissão, conhecimento e realidade no processo de compreensão dos fenômenos social. Dada sua importância no processo de formação profissional, a carga horária mínima do estágio supervisionado em Serviço Social deve corresponder a 15% da carga horária do curso.

Nesse sentido, Oliva (1989) compreende o estágio curricular não como mera aplicação de conhecimentos adquiridos, nem como simplista adequação de alunos ao mercado de trabalho, mas sim, como momento de estudo, pensamento e reflexão da prática social. A autora rompe com o pressuposto de que o estágio deva ser apenas conjunto de práticas pré-estabelecidas pela instituição. Ao superar tal entendimento, nos apresenta uma visão que prioriza a aprendizagem, ou seja, a articulação entre o pensar e o fazer.

O desafio posto, no panorama atual, é o de direcionar o estagiário à formação reflexiva e analítica, a fim de que as práticas do Serviço Social não incidam apenas na imediatividade. Há, assim, que se ter o cuidado de não fazer do campo de estágio espaço voltado somente à informação teórica e/ou de exploração de mão de obra barata. Contrários a essa idéia, acreditamos que no contexto do estágio, o estagiário deve entrar em contato com experiências reais e cotidianas a fim de deparar-se, buscar compreender e almejar propor formas de enfrentamento da questão social em suas múltiplas determinações.

O estágio supervisionado necessita corresponder com os pressupostos da formação profissional alicerçada e comprometida com os valores democráticos e com o projeto ético-político da categoria profissional.

O campo de estágio é o espaço onde se torna possível a realização do estágio, é lócus privilegiado de aprendizagem social, profissional e cultural, favorecendo inserção do aluno aprendiz, que vivencia situações reais de vida e trabalho. Por meio da demanda existente no campo de estágio, o aluno entra em contato com questões referentes à profissão e específicas do cotidiano dos usuários atendidos. É certo que o campo de estágio não é isento de neutralidade e intenção, uma vez que contém toda gama de concepções, valores, compreensões de diversos indivíduos: estagiários, supervisores, usuários e demais profissionais. Nesse espaço, relações históricas, dialéticas e contraditórias são firmadas.

No processo de operacionalização do estágio supervisionado, destacamos a participação de três sujeitos: o estagiário, o assistente social supervisor de campo e o docente supervisor acadêmico. O direcionamento do estágio acontece na interação entre estes três atores, de modo que esta triangulação promove o desenvolvimento do processo de aprendizagem. O vínculo, alicerçado na cooperação e na ética permite que o estagiário desenvolva habilidades profissionais e pessoais. Em contrapartida, se desconsiderarmos um desses sujeitos na efetivação do estágio, certamente estaremos prejudicando a constituição e desenvolvimento do estagiário.

Estágio e supervisão são aspectos da formação profissional que estão intimamente relacionados, e por isso, não podem ser estudados separadamente. Estágio e supervisão constituem-se em elementos indissociáveis e espaços privilegiados de vivência e exercício que garantem a apropriação de elementos imprescindíveis para a atuação profissional.

Não se pode dissociar estágio de supervisão, pois o primeiro é o contexto em que o aluno estabelece relações mediadas entre os conhecimentos teóricos e o trabalho profissional, desenvolve a capacitação técnico-operativa e reconhece a articulação entre a prática do Serviço Social e o contexto político, econômico e cultural das relações sociais. A supervisão é caracterizada pelo acompanhamento e pela orientação profissional ao aluno. Estágio e supervisão são espaços interdependentes, no processo ensino-aprendizagem (SIQUEIRA, 2006, p. 32).

Ora, se o estágio configura-se como momento de efetiva inserção do aluno no espaço sócio-institucional para a aprendizagem do exercício profissional, a supervisão é o lócus de reflexão teórico-metodológica que orienta o estagiário em suas ações no campo do trabalho. A indissociabilidade entre estágio e supervisão é um dos principais fundamentos da formação profissional em Serviço Social. Esse fundamento possibilita grandes contribuições para estagiário e supervisor, pois permite que ambos tenham aprendizagem profissional, então a aprendizagem não é unilateral.

Assim como o estágio, a supervisão consiste em atividade organizada sob critérios normatizados, de acordo com a legislação específica do ensino superior. Deve ser realizada pelo profissional Assistente Social.

Como nos aponta Pinto (1986, p. 97), a supervisão é momento que

[...] compreende o processo ensino-aprendizagem que se estabelece na relação do professor-supervisor com o aluno, a partir da atividade cotidiana do estágio, mediante uma dada programação que vise ao reconhecimento dos nexos entre os conhecimentos do Serviço Social e a realidade da prática profissional na sua relação com a demanda, com a instituição e com a realidade social.

É certo que a supervisão deva considerar as relações sociais existentes nesta esfera, promovendo o desenvolvimento e o crescimento do aluno estagiário no enfrentamento das questões cotidianas presentes no campo de trabalho. A efetivação de tais aspectos pressupõe rigor do profissional ao planejar o momento de supervisão e executá-lo de maneira ética e respeitosa, exercendo sua autoridade democrática.

A supervisão de estágio em Serviço Social divide-se em duas dimensões: supervisão de campo e supervisão acadêmica. Esses diferentes, mas complementares processos, têm por objetivo significar o processo de aprendizagem, bem como de construção da identidade profissional do aluno.

[...] a supervisão em Serviço Social é vista como um processo educativo, de ensino-aprendizagem, que se realiza na área do agir e ocorre em função da prática profissional, desenvolvendo o acompanhamento do trabalho prático cotidiano do aluno estagiário. A

supervisão de estágio é essencial à formação do aluno de Serviço Social, enquanto lhe proporcione um momento específico de aprendizagem, de reflexão sobre a ação profissional. Supervisor e Supervisionado são sujeitos ativos do processo ensino-aprendizagem e da produção de um saber profissional, exigindo de ambos a convivência, ações pró-ativas e co-responsabilidade, como sujeitos co-participantes do processo educativo (MUNIZ, 1997, p. 30).

Partindo desse entendimento, podemos destacar a importância do papel do supervisor no contexto do estágio. Sabe-se que o supervisor - por meio de sua competência, da sua função de educador, de seus valores e autoridade, etc. - é figura de destaque nesse cenário. Dessa maneira, faz-se necessário compreender o papel do assistente social supervisor acadêmico e de campo.

A supervisão acadêmica como espaço de discussão do processo de trabalho no qual o estagiário está inserido, permite a construção teórico-crítica do exercício profissional. Nesse sentido, o supervisor acadêmico tem como atributo o encaminhamento metodológico do estágio supervisionado.

Para isso, a supervisão, como prática docente intencional e politicamente definida no contexto de um projeto de formação, é o espaço propício para a reflexão que possibilita ao aluno a articulação entre o pensar e o agir profissional, não se reduzindo à tarefa de treinamento de habilidades, nem tampouco só à tarefa de articulação da teoria à prática.

A supervisão, como trabalho docente, é o espaço para que o encontro do aluno com a prática profissional ultrapasse os limites do imediatismo e da superficialidade do real para, refletidos tornarem-se constructos do processo de aprendizagem profissional (PINTO, 1997, p. 120).

Ao professor supervisor está facultada a ação de oferecer e orientar o estagiário quanto ao referencial, bem como o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de estágio. São atividades destinadas a esse ator, a organização e desenvolvimento de oficinas temáticas, com o intuito de facilitar a discussão e o debate acerca da temática.

Dessa forma, compete ao supervisor acadêmico auxiliar o estudante, mediante dada programação, a construir o nexo existente entre os conhecimentos do Serviço Social e a realidade concreta da prática profissional e suas conseqüentes relações sociais.

Na supervisão acadêmica o estagiário encontra possibilidades de significar as questões vivenciadas no campo de estágio à luz da fundamentação teórico-metodológica. Nesse sentido, Andrade (2007, p. 106) percebe apreende a supervisão acadêmica com o papel de “[...] acompanhar o aluno em relação ao seu desempenho, identificar carências e buscar superá-las, estimular atitude investigativa, contribuir na identificação de elementos particulares e universais, orientar bibliografia, entre outros.”

Enquanto agente do processo de aprendizagem profissional, espera-se que o supervisor de campo seja o “elo privilegiado” entre a prática profissional e o processo de ensino acadêmico (OLIVEIRA, 2004). Nesse sentido, cabe a esse profissional acompanhar as atividades desenvolvidas pelo estagiário na instituição, possibilitando-lhe a compreensão da dinâmica do cotidiano profissional, a orientação quanto à elaboração de documentos, a supervisão no planejamento e execução de intervenções, e, ainda, a avaliação qualitativa do aluno. Em síntese, espera-se que o supervisor, por meio do constante diálogo, possa contribuir no crescimento e amadurecimento profissional do estagiário.

Compartilhamos o pensamento de Buriolla (1996) ao salientar que a supervisão requer profissional que tenha amplo domínio das particularidades e habilidades inerentes à ação supervisora. A competência profissional e o cunho ético são características primordiais ao supervisor.

O supervisor tem o papel de conduzir o processo de supervisão e ao mesmo tempo em que é mediador de conhecimentos, tem a tarefa de facilitar a aprendizagem. A habilidade do supervisor em orientar o aluno estagiário torna-se ampliada em na relação de confiança, empatia e aceitação entre ambos. Isso implica em considerar que supervisor e estagiário possuem valores, visão de homem/mundo, dificuldades diferentes, e que o respeito mútuo deve ser o valor maior presente na relação.

Uma das dificuldades encontradas, no presente, é a formação continuada dos supervisores de campo, preocupação que se encontra nas agendas da ABEPSS. As ações do supervisor de campo, em diversas situações, são exercidas sem sistematização e reflexão, comprometendo o vínculo entre teoria e prática. Essas dificuldades provocam lacuna, afetando os objetivos do estágio supervisionado e, por conseguinte, de todo processo de formação profissional.

O estágio no curso se pretende articulado teórica e praticamente com o projeto social das classes subalternas em suas relações com as forças dominantes [...]. Nesse sentido, o estágio deixaria de ser pensado como momento de verificação da teoria adequada à prática – viés formalista – para ser um desvendar das aparências no fazer e no cuidar da ciência, ao elaborar leis e princípios, as recorrências e regularidades que presidem os processos e fenômenos estudados, enquanto momentos do trabalho de produção, negação e superação do real (OLIVA, 1989, p. 152).

É certo então afirmarmos que o estágio tem totalidade maior, no qual a prática descolada da realidade concreta não promove nenhuma mudança neste panorama. Queremos afirmar que, ao restringir-se a mera execução de procedimentos burocráticos, o estágio perde a dimensão interventiva. É nesse sentido que o estágio revela-se como possibilidade criativa de transformação de si mesmo e da realidade, já que o estagiário necessita (re)pensar e (re)elaborar suas concepções e ações. Sabemos que este processo de aprendizagem se efetiva por meio da supervisão.¹⁰

[...] a supervisão em si é uma tarefa pedagógica, de natureza educativa, portanto deve se respaldar numa concepção de educação. Tanto quanto a profissão, a educação não é neutra, e contém uma visão de Homem e mundo que, logicamente, deve ser a mesma que orienta a concepção de profissão (TOLEDO apud PINTO, 1997, p. 93).

Ressaltamos aqui o momento da supervisão como componente do processo de aprendizagem do estagiário e, por isso mesmo, um aspecto alicerçado –conscientemente ou não – na concepção de educação do supervisor, que tem a qualidade de educador junto ao estagiário.

É fundamental compreender a supervisão como o momento em que a relação teoria-prática torna-se concreta. Tal concepção significa aliar o pensar o Serviço Social e o fazer o Serviço Social, a partir do processo de desconstrução do mito teoria *versus* prática.

¹⁰ Não se apresenta como nosso objetivo analisar a produção referente à supervisão de estágio; apenas nos atentamos a este aspecto como elemento do processo de estágio. Sugerimos consultar a obra “Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis” (BURIOLLA, 1996).

Entendemos que a habilidade em aliar teoria e prática se efetiva por um trabalho de educação da consciência, ou seja, pela organização de meios concretos e instrumentos e pelo conhecimento dos objetivos daquilo que se quer realizar. Nesse sentido, “[...] teoria se torna prática quando penetra na consciência dos homens” (VASQUEZ apud BURIOLLA, 1995, p. 89).

Quando não ocorre a integração teórico-prática, há descolamento da realidade da prática com os conteúdos teóricos aprendidos no contexto da sala de aula e nos estudos cotidianos.

O momento da supervisão permite a reflexão a partir do distanciamento da situação vivenciada, em que as dúvidas e questionamentos podem ser respondidos, os conflitos elaborados e significados e as práticas repensadas sob viés crítico e pautado no referencial teórico utilizado.

Como nos aponta Pacchioni (2000), no fazer cotidiano da supervisão se descobre o significado de pensar a ação, podendo despertar no aluno a importância desse acompanhamento ao longo da vida profissional. A ação supervisora implica em conduzir o estagiário a desvelar a realidade social existente no campo de trabalho pelas múltiplas expressões da questão social e, a partir disso, possibilitar a construção de estratégias eficazes de enfrentamento.

[...] o resgate da ação supervisora em Serviço Social, na medida em que incide sobre a sua prática, só se efetivará a medida que se resgate o Serviço Social como profissão, em sua totalidade, abarcando, especialmente, a busca sólida e coerente de uma teoria que referende a sua prática e, por sua vez, uma prática competente e que se legitime junto à população e à sociedade mais ampla e que remeta seus conhecimentos à teoria (BURIOLLA, 1996, p. 184).

O supervisor tem a responsabilidade de garantir estágio que contribua na formação profissional do estagiário, de modo a assegurar-lhe experiência prática qualitativa, em que suas ações possam ser matéria-prima para reflexão crítica e ética.

A supervisão constitui-se num encontro pedagógico, no qual o trabalho educativo desenvolvido pelo ato concreto da supervisão deva valorizar a autoconsciência do estagiário. Nesse sentido, o supervisor deve conhecer os

interesses, motivações e necessidades do estagiário, enfim, conhecer suas condições pessoais, sua realidade de vida, como nos lembra Pacchioni (2000).

Para que o processo ensino-aprendizagem efetive-se, o estagiário necessita ser compreendido como ser ativo e participante, que detém conhecimento prévio e potencialidades para o constante aprender. Esse olhar implica a superação da visão reducionista sobre o estagiário como mão-de-obra barata ou apenas como cumprimento de tarefas.

A atividade de ensino-aprendizagem, característica do processo de supervisão, possibilita que as ações realizadas pelo estagiário, bem como as situações vivenciadas possam ser (re)pensadas e (re)significadas a partir da perspectiva da dupla supervisor/estagiário. A reflexão permite a possibilidade de atribuir novos significados às atividades desenvolvidas durante o período de estágio.

[...] na medida em que o agir profissional é realizado, refletido e recriado em um processo de trocas mútuas e inter-relacionadas socialmente, na medida em que não existe aquele que ensina e aquele que aprende – pois ambos, supervisor e supervisionado, passam pelo processo (o supervisor ensina, mas ele também aprende do estagiário; o aluno-estagiário aprende, mas ele também ensina para o supervisor, dadas as individualidades e as experiências vivenciais diversas de cada um, coletivizadas) –, na medida em que a concepção da realidade e a visão de mundo têm influência no processo de ensino-aprendizagem, abrangendo as relações internas e externas (determinantes do contexto e do processo da Supervisão), estas influências, determinantes e determinadas, só podem gerar um produto no sujeito coletivo – supervisor e supervisionado [...] (BURIOLLA, 1996, p. 58, destaque do autor).

É certo que o momento singular da supervisão, quando efetivado como prática educativa, permite que o estagiário possa reconhecer-se enquanto ser criativo, detentor de saberes. Ainda, traz consigo a possibilidade do supervisor refletir sobre sua prática profissional, já que os questionamentos levantados pelo estagiário oxigenam a prática do profissional. Por meio da interatividade presente no contexto de supervisão, nasce o momento de aprendizagem profissional e pessoal para ambos, supervisor e estagiário; isto é, o conhecimento coletivamente construído.

Espera-se que o supervisor – em qualquer das duas dimensões – tenha rigor teórico aliado à experiência prática ao nível teórico-metodológico,

constantemente refletida. A partir dessas características possa desenvolver postura crítica e contribuir na construção de novos conhecimentos, bem como a escolha de estratégias didáticas que favoreçam a democracia no processo de supervisão. Dessa forma, supõe-se que o supervisor desenvolva habilidades técnicas, habilidades conceituais e habilidades sociais (BURIOLLA, 1996).

Ora, para que os objetivos do processo de supervisão sejam efetivados e contribuam na formação profissional, é necessário que ela seja sistemática, constante, planejada e avaliada. Ademais, que seja momento de reflexão do exercício profissional à luz da teoria. A efetivação desses propósitos requer ação integrada e consonante entre supervisor de campo e supervisor acadêmico.

E se a supervisão pode ser entendida como uma atividade didático-pedagógica possibilitadora da apreensão e assimilação do ensino da prática, ela se constitui basicamente numa atividade docente. O que não significa dizer que seja uma atribuição da única e exclusiva competência do professor, mas partilhada com o profissional do campo na medida das suas possibilidades e limitações e numa relação de complementaridade (SILVA, M.D., 1994, p.153).

Compreendendo que o supervisor acadêmico contribui no encaminhamento metodológico e o supervisor de campo, na dinâmica do cotidiano do campo de estágio, acreditamos que as ações destes profissionais estão interligadas, de maneira que cada um colabora com alguns aspectos, buscando, sempre, o desenvolvimento profissional do aluno.

Ainda, estágio e supervisão são elementos indissociáveis do mesmo processo. Romper com a indissociabilidade entre estágio e supervisão, leva à desconsideração dessa característica essencial e à compreensão como atividades estanques.

Por fim, as finalidades do estágio são mais facilmente alcançadas quando o planejamento do estágio foi realizado de maneira consciente e crítica, pois permite que os papéis e atribuições de cada elemento desse processo fiquem claras: desde as diretrizes da ação do estagiário como até as funções e dos supervisores. Dessa forma, o plano de estágio torna-se “bússola” que norteia e orienta todo o processo.

O estágio supervisionado, ao colocar o estagiário em contato com o ambiente real do trabalho do Serviço Social, cria oportunidades de confrontos e sínteses, estimulando e favorecendo a elaboração crítica e reflexiva do exercício profissional. Dessa forma, deve ser compreendido no âmbito do projeto de formação profissional almejado pela categoria profissional.

Para que o objetivo da aprendizagem profissional seja concretizado, no decorrer do estágio supervisionado é importante que a supervisão colabore no desenvolvimento das diversas competências (teórico-metodológicas, sociais, cognitivas) do aluno necessárias ao futuro desempenho profissional almejado pela categoria profissional e pela sociedade brasileira.

Percebemos, desse modo, que os diferentes sujeitos – estagiário, supervisor de campo, supervisor acadêmico e as demais pessoas presentes no cotidiano do campo de estágio – envolvidos no contexto do estágio apresentam papéis diferenciados, papéis estes que pressupõem funções, responsabilidades, posturas, atitudes e valores também diferentes. É nesse ponto que encontramos uma das lacunas presentes no estágio supervisionado em Serviço Social. O espaço do estágio é, por garantia o espaço da relação, do convívio das trocas e, por isso, espaço privilegiado para a compreensão das emoções.

Nesse sentido, pensar o contexto do estágio supervisionado em Serviço Social é desafio que se impõe à categoria profissional, às unidades de ensino e aos alunos/estagiários. É certo que essa reflexão deve ser permeada pelas experiências reais e concretas vivenciadas nos campos de estágio, aliada à responsabilidade particular de cada indivíduo envolvido neste processo. Sabemos que o caminho é tortuoso, mas muitos entraves já foram superados, muitas possibilidades estão sendo alcançadas. Há, contudo, ainda limites a ultrapassar.

Em nossa compreensão, a análise do estágio supervisionado deve acontecer em consonância com o projeto de formação profissional, do qual ele é parte integrante. O estágio é alternativa competente para o conhecimento da realidade concreta da sociedade, bem como espaço para a criação de alternativas para o enfrentamento das dificuldades presentes na sociedade.

Enquanto processo qualitativo, o estágio carrega consigo aspectos cognitivos, permeado pelas habilidades teórico-metodológicas e técnico-operativas.

Juntamente a isso, a dimensão emotiva encontra-se pulsante. Usamos as palavras de Bordenave ao ressaltarmos que no processo de aprendizagem vivenciado no estágio também estão presentes:

[...] sentimentos de curiosidade, tensão, ansiedade, angústia, entusiasmo, frustração, alegria, emoção estática, impaciência, obstinação, e várias outras emoções acompanham o processo de perceber, analisar, comparar, entender, etc., que configuram o processo de aprender (BORDENAVE apud PINTO, 1997, p. 58).

O fenômeno educativo que ocorre entre estagiário e supervisor é uma ação para o intercâmbio de significados e sentimentos, de maneira em que há construção de conhecimentos por meio de pensamentos, ações e sentimentos.

No decorrer da história da ciência, o estudo das emoções esteve contraposto ao estudo da razão. Entretanto, sabe-se hoje que estes são aspectos intrínsecos e que “[...] as emoções desempenham uma função na comunicação de significados a nossos interlocutores e podem, também, ter papel na orientação cognitiva e na compreensão das mensagens e de seu conteúdo” (SANTOS, 2007, p. 9). Buscamos, nesse estudo, apreender o espaço das emoções/afetividade no contexto das interrelações na dinâmica do estágio. Acreditamos que esses aspectos representam lacuna na compreensão do estágio e seu papel na formação profissional. Esse é tema que não encontra espaço na discussão contemporânea realizada acerca do estágio supervisionado, nem nas atuações cotidianas, muito menos nas agendas de pesquisa.

Nossa prática sustenta a percepção que a garantia de um contexto que considere os aspectos afetivo-emocionais, expressos pela intersubjetividade, revela-se também como garantia de um diferencial, um salto qualitativo no processo de formação profissional.

O desafio está posto. Façamos a travessia.

**CAPÍTULO 2 INTERSUBJETIVIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
RELAÇÃO POSSÍVEL?**

*Não digas: este que me deu corpo é meu Pai. Esta que me deu corpo é minha Mãe.
Muito mais teu Pai e tua Mãe são os que te fizeram em espírito.
E esses foram sem número. Sem nome. De todos os tempos.
Deixaram o rastro pelos caminhos de hoje. Todos os que já viveram
E andam fazendo-te dia a dia. Os de hoje, os de amanhã.
E os homens, e as coisas todas silenciosas. A tua extensão prolonga-se em todos os sentidos.
O teu mundo não tem pólos. E tu és o próprio mundo.*

Cecília Meireles (Cântico XXIV)

2.1 O homem como ser social

O homem torna-se social, não nasce assim. A presença do outro é, então, exigência obrigatória para o desenvolvimento desse processo. É a experiência partilhada e vivenciada com o outro¹¹ que permitirá ao indivíduo desenvolver-se como ser social, pertencente a um grupo. Falamos, assim, que o homem é indivíduo inserido em um contexto sócio-histórico, no qual a sociedade institucionaliza comportamentos que historicamente garantem a manutenção do grupo social.

Estamos nos referindo ao processo de humanização, que diferentemente de algo ligado à “natureza” humana, é fenômeno que resulta da determinação histórica ligado a certo modo de produção (em nossa realidade atual, o capitalismo¹²). No processo de organização de sua sobrevivência, o homem transforma historicamente as condições sociais, políticas, econômicas e psicológicas.

O ser social é entendido, então, como construção social, circunscrita em um contexto que lhe confere sentido. Enquanto construção polissêmica, o homem caracteriza-se como ser social no conjunto de relações sociais nas quais se encontra envolvido.

Em nosso estudo, para compreensão do indivíduo, partimos da premissa de que estão presentes na totalidade do homem tanto as dimensões objetiva quanto as subjetivas, e esse está em relação consigo mesmo, com a natureza e com o outro. Essas dimensões convivem de maneira dialética e

¹¹ A presença-relação de apenas mais uma pessoa já caracteriza o indivíduo enquanto membro de um grupo, neste caso de uma díade (LANE, 1994).

¹² Não pretendemos realizar um estudo acerca do capitalismo, a compreensão do mesmo pode ocorrer na consulta de outras obras. Vide “A cultura do novo capitalismo” (SENETT, 2006); “Crise do socialismo e ofensiva neoliberal” (NETTO, 2001).

contraditória, e são vivenciadas nas várias esferas da vida humana, como no trabalho, na cultura, nas relações interpessoais, no lazer, dentre outros.

Há unidade dialética entre objetividade e subjetividade que se apresenta como perspectiva chave na compreensão das relações sociais: quer na constituição do sujeito, quer na constituição da sociedade.

Segundo Pastor (1998, p. 45), o homem:

Ao mesmo tempo que é um ser singular, é um ser de relações em processo de desenvolvimento. Sua atuação no mundo e seu desenvolvimento são determinados pelas condições sóciohistóricas, culturais e econômicas. Numa relação dialética, também este ser contribui e determina essas condições quando intervém coletivamente, isto é, com outros homens.

[...].

O que singulariza esse ser social é a maneira como as condições sociais, econômicas e culturais postas pela sociedade rebatem na sua individualidade. Os homens são determinados social e historicamente, mas a maneira como percebem, captam e vivem essas determinações é que os particulariza.

Nesse sentido, ao pensarmos o indivíduo como ser social vamos ao encontro de dois atributos específicos do homem: a consciência e a liberdade. Essas duas categorias tornam o homem um ser específico e o permite agir eticamente.

Na perspectiva crítica, o ser social determina sua consciência, já que os reflexos do mundo real, concreto são captados como representações na consciência. A consciência vai sendo constituída pela realidade social. Dessa forma, não é a consciência dos homens que determina o seu ser, ao contrário, a consciência é transformada ao longo do desenvolvimento. Segundo Lessa (1997, p.121) “[...] tais capacidades são criadas pelos próprios homens em seu processo de desenvolvimento; por isso se diz que o homem é criador de si mesmo e que a história é esse processo de autocriação.” A consciência, então, capta a realidade social e ao atuar sobre o sujeito, atua em si mesma.

Sendo assim, a tomada de consciência, na perspectiva histórica, ocorre na detecção das contradições entre as representações e suas atividades e ao perceber-se sujeito de determinações históricas. O indivíduo consciente de si tem,

então, consciência de seu pertencimento a uma classe social e da possibilidade de transformação histórica a partir de suas ações. Assim, as condições econômicas de existência humana imprimem forma à consciência do homem.

Partindo dessa concepção, compreendemos que o homem institui o modo de ser humano no processo de mediação entre as suas necessidades e a natureza. Sabemos que o homem é parte da natureza e como tal os seus meios de vida dependem dela; o homem só pode produzir a partir da natureza. Contrariando, entretanto, a lógica animal – que responde de maneira instintiva, imediata - o homem desenvolve capacidades, pelas quais cria e transforma a natureza, ampliando seu repertório de ações e intervenções.

Cada ação prática do homem na natureza cria então novo conjunto de intervenções que se sucedem num ininterrupto e interminável processo de produção e reprodução da vida, transformando incessantemente a natureza. A esse processo, denominamos práxis, atividade específica do ser social.

É no trabalho que o homem se humaniza e se reafirma enquanto sujeito social, processando transformações tanto em si (esfera singular), quanto na sociedade (esfera social). Nas palavras de Lessa (1997, p. 93) “[...] o trabalho é a mediação fundante da distinção, e concomitante articulação, entre as esferas da subjetividade e da objetividade.”.

As relações que o homem mantém entre si e com a natureza são mediatizadas pelo trabalho. A possibilidade de transformação da natureza se dá pelo trabalho, que materializa o intercâmbio entre o homem e a natureza, revelando-se como pressuposto para a existência humana. É pelo trabalho que o homem se apropria da natureza.

É certo afirmar, então, que na relação homem-natureza, o trabalho determina a existência humana, uma vez que possibilita a socialização humana. Significa afirmar que o trabalho é elemento estrutural das relações humanas, assim, o trabalho e as relações sociais articulam-se na constituição do homem enquanto ser social.

Ao declararmos que o homem é um ser histórico, estamos afirmando que a sua relação com o meio ambiente se dá de uma maneira permeada socialmente. [...] o único fato histórico que existe é que o homem precisa sobreviver. E o que muda não é o que se produz

num determinado período histórico, são as relações de produção, são as relações sociais que permeiam ou que significam, *stricto sensu*, a relação entre os homens (LANE, 1985, p. 140).

Dessa forma, pelo trabalho o homem sempre encontra possibilidade de transformação da natureza, bem como do indivíduo e da sociedade. Isso significa afirmar que, ao promover mudança na natureza, o homem está criando nova situação: a realidade já não é mais a mesma, assim como também, o indivíduo já se encontra diferente, pois adquiriu novos conhecimentos e habilidades.

O ato do trabalho, ao originar novo contexto, produz conseqüências objetivas e subjetivas que se estendem por toda humanidade. Essa inter-relação dialética se faz na medida em que qualquer ato humano é um gesto no mundo, inserido nas relações de produção desenvolvidas pelo indivíduo.

O homem, enquanto ser social, tem a capacidade de agir teleologicamente, isto é, tem a condição de projetar finalidades às suas ações e assim intencionar valores. Para tal, o homem encontra condições, ao tecer a própria história, de criar alternativas e realizar escolhas entre elas. De acordo com Lessa (1997, p. 123) “[...] pela capacidade de criar valor, os homens qualificam positiva ou negativamente suas relações, de acordo com o conjunto de necessidades e possibilidades históricas.”

A especificidade da atividade humana encontra-se no fato de conter configuração objetiva a partir de uma finalidade objetivada. O trabalho pode ser compreendido, então, como unidade entre o fazer efetivo e a finalidade objetivada.

Nesse sentido, a ação humana tem como ponto de partida a manutenção da vida e no, decorrer desse processo, a busca pela satisfação de suas necessidades. É por meio do trabalho que o homem encontra meios de garantir sua sobrevivência, transformando a natureza e retirando dela meios necessários à manutenção de sua vida.

Como categoria fundante do ser social, o trabalho é possibilidade de criação de objetos antes inexistentes. Ademais, o trabalho resulta modificações no plano objetivo e subjetivo: nova situação histórica e novos conhecimentos e habilidades que vão se tornando socializados. O trabalho propicia, então, transformações mais complexas e contraditórias ao longo da história.

Nessa perspectiva, o trabalho é condição necessária à formação do homem como ser social, contudo, não resume o amplo espectro de atividades humanas, mas promove o processo de autoconstrução do homem pelo homem. É nesse momento que a historicidade ganha tônica, já que é pela história que a sociedade se constitui e organiza.

A categoria história, portanto, vem cerrar o complexo do ser social. Entendemos que, por intermédio da história, o homem se desenvolve a partir de condições biológicas e sociais.

A idéia da historicidade da ação humana aqui é central, pois o homem

[...] trata-se de um homem complexo, síntese de múltiplas determinações, logo pluridimensional, multifacético. Um homem que precisa ser apreendido criticamente, na complexidade concreta e histórica das mediações que estabelece com outros sujeitos sociais e grupos sociais particulares, permeadas pelas determinações de classe e pelos cortes de gênero, raça/etnia, geração e outras relações estabelecidas em um contexto onde a categoria totalidade é central (BONETTI apud PASTOR, 1998, p. 56).

Por meio de suas ações, o homem participa ativamente no destino da totalidade do gênero humano. Isto porque as ações de cada indivíduo rebatem e ressoam na vida dos outros, sendo capazes de influir em toda sociedade. Enquanto manifestação da totalidade histórico-social, o ser social é produto e produtor de história. No pensamento de Lane (1985), a atuação do sujeito como ser histórico dependerá do seu grau de autonomia e iniciativa e, conseqüentemente, da inserção no conjunto de suas relações sociais.

O processo de tornar-se ser social abrange o processo de objetivação dos meios de vida e o processo de subjetivação da realidade concreta, de modo dialético. Euzébios Filho (2007, p. 12) destaca que:

[...] a objetivação só é possível, pois os indivíduos foram capazes de conhecer, por meio do trabalho, as condições naturais que antes os sufocavam e são capazes de conhecer, por meio dos sentidos e da emocionalidade, a realidade concreta, ainda que de formas distintas.

Na atualidade, encontramos dificuldades na formação do ser social e sua inserção na sociedade de maneira ativa e criativa. Frente às adversidades impostas pela lógica do capital, buscamos a superação de modelos a fim de concretizar melhores condições de vida e trabalho. Compreender as dinâmicas contraditórias das relações entre sociedade e formação coloca-se como possibilidade no rompimento com padrões excludentes e alienantes.

2.2 Princípios da Psicologia Social Sócio-histórica¹³

O homem encontra possibilidades de ser, bem como limites, na realidade da qual faz parte. Sendo assim, se almejamos compreender o homem em suas variadas dimensões, não podemos dissociá-lo do mundo social e cultural, pois é nesse espaço que suas experiências são vivenciadas. O fenômeno psicológico não é algo natural, que não possa ser alterado, mas que está intimamente relacionado às tramas sociais. Dessa forma, este trabalho se apresenta como uma tentativa de falar do fenômeno psicológico - a experiência da intersubjetividade no processo de formação profissional - a partir da realidade social.

Para tanto, utilizaremos a Psicologia Social Sócio-histórica¹⁴ como referencial teórico, compreendendo assim o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método. Essa abordagem se justifica pela possibilidade que apresenta de superação da visão dicotômica em relação ao homem e ao mundo.

Para assimilarmos a dinâmica proposta pela Psicologia Social, necessitamos compreender a visão de homem que norteia esse pensamento. Nessa corrente teórica e prática, concebemos o sujeito como ser ativo, transformador do

¹³ Apresentaremos aqui apenas os princípios gerais da perspectiva em psicologia social sócio-histórica, uma vez que tal corrente é utilizada como referencial norteador dessa pesquisa. Não há o intuito aqui de realizar um estudo aprofundado dessa teoria em psicologia, mas de conhecer os principais pressupostos. Para o estudo da temática, buscar “Sílvia Lane e o projeto do ‘compromisso social da psicologia’” (BOCK et al, 2007b); “Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia” (LANE, 1984).

¹⁴ Psicologia sócio-histórica, histórico-cultura, sócio-cultural são denominações utilizadas para a designação de uma mesma perspectiva/prática, isto é, a psicologia que compreende o homem sendo constituído na e pela realidade cultura e social em que vive. Verifica-se que há tênues diferenças, as quais não estaremos sinalizando neste trabalho. Entretanto, é correto afirmar que a Psicologia Social toma por base os pressupostos desenvolvidos inicialmente por Vygotsky (1896-1934), que incentiva a produção de uma psicologia histórica e dialética.

mundo em decorrência de sua intervenção em seu meio social. Compreendemos o homem como sujeito em sua historicidade, ou seja, o homem se constitui historicamente enquanto homem, produz sua existência por meio da transformação da natureza, em sociedade.

Mas não é só o meio puramente natural que condiciona o homem. Também o meio cultural se impõe a ele inevitavelmente. Já ao nascer, além de uma localização geográfica mais ou menos favorável, o homem se defronta com uma época de contornos históricos precisos, marcada pelo peso de uma tradição mais ou menos longa, com uma língua já estruturada, costumes e crenças definidos, uma sociedade com instituições próprias, uma vida econômica peculiar e uma forma de governo ciosa de seus poderes. Este é quadro da existência humana. E neste quadro, o homem é encaixado – é enquadrado. O homem é, pois, uma ser situado. Situação é, com efeito, o termo que sintetiza tudo quanto foi dito. E esta é uma condição necessária de possibilidade da existência humana. A vida humana só pode se sustentar e desenvolver a partir de um contexto determinado; é daí que o homem tira os meios de sua sobrevivência (SAVIANI, 1984, p.40).

Entendemos por sujeito o indivíduo capaz de agir por si mesmo; ou seja, capaz de pensar, decidir, criar e atuar conforme suas próprias escolhas. O sujeito é entendido como aquele que pensa e sente, sendo capaz de gerar significados e sentidos dentro do contexto único de história de vida. Entretanto, é certo que não se esgota nesses significados e sentidos produzidos socialmente.

Falamos de um indivíduo que é único, singular e histórico, pois se constitui numa relação dialética com o mundo social e a história. Assim, o indivíduo é compreendido a partir de um paradoxo: é único e histórico porque ao mesmo tempo em que se distingue da realidade social, não se esfacela nela, já que são diferentes.

A base metodológica que devemos tomar é evitar a dicotomia entre mundo material e mundo simbólico. Quando se diz que tudo é simbólico não se quer dizer que as coisas só valem pelo significado (sejam só simbólicas) ou que se negue a importância do mundo material (que se reduza tudo ao simbólico). Em vários fenômenos a coisa é material e simbólica ao mesmo tempo (BISNETO, 2006, p. 4, destaque do autor).

Partindo desse ponto de vista, é certo afirmar que o homem só pode ser compreendido em sua própria história, história essa que é processual e intensamente marcada por mudanças. Assim, dizer que o homem é sujeito histórico significa afirmar que ele sofre determinações históricas, que existe intersecção entre a sua história e a história da sua sociedade (LANE, 1985). Nessa intersecção, há o constante paradoxo do homem enquanto ser que efetiva escolhas, escolhas essas determinadas pelo mundo social.

O olhar para o homem como responsável pela própria história de vida, como construtor de significados e sentidos recoloca-o em posição ativa, possibilitando a compreensão dos processos de mudança. Apreendemos o homem como construtor de uma história tanto pessoal, como social.

Ao compreendermos o homem como indivíduo produtor da própria história, abandonamos a idéia de naturalização das coisas ou do sujeito a-histórico e percebemos os processos de construção e significação da realidade, realidade essa que se encontra em constante processo de transformação. Tal idéia implica na não aceitação do homem universal, mas no homem determinado pela realidade social e histórica e determinante dessa realidade. A concepção do homem autodeterminado cai por terra, já que aceitamos a idéia do ser humano como ser ativo e criativo.

Negamos a naturalidade do desenvolvimento humano e de determinada forma de ser. Acreditamos, sim, em um desenvolvimento que é possível pelas atividades instrumentais e relações sociais que o ser humano encontra. É a inserção na cultura que produz mudanças radicais nas dimensões da vida humana.

Faz-se importante destacar que não há intenção aqui de desprezar o corpo biológico, mas atentar para a idéia de que as possibilidades humanas se desenvolvem na relação do homem com o mundo material e social. São as condições econômicas, sociais e culturais de vida elementos essenciais para o desenvolvimento de capacidades e habilidades humanas.

[...] tudo o que apresentamos como humanos, embora certamente implique a existência de um corpo com determinadas características da espécie animal à qual pertencemos, é obtido nas relações sociais, nas atividades e na cultura (BOCK et al., 2007a, p. 29).

É necessário destacar aqui que, para a Psicologia Sócio-histórica, as relações sociais não são fenômenos neutros ou naturais, mas são sim determinadas pelo modo de produção.

Assim, a realidade social, econômica e cultural não é algo exterior ao homem, mas aspectos que incidem diretamente na construção do mundo psicológico, da subjetividade humana.

É pela característica de plasticidade e maleabilidade que o ser humano, quando estimulado por instrumentos de determinada cultura, atinge determinado fim; é o acesso às condições necessárias que possibilita o desenvolvimento.

Acreditamos que o fenômeno psicológico se desenvolve ao longo do tempo e reflete as condições política, econômica, social e cultural em que vive o ser humano. Ao construir e modificar o mundo, o indivíduo cria elementos para a constituição psicológica. De acordo com Bock, Gonçalves e Furtado. (2007a, p.22) “[...] o fenômeno psicológico deve ser entendido como construção no nível individual do mundo simbólico que é social.”

Apreendida por meio da relação homem-sociedade, a Psicologia Sócio-histórica compreende o fenômeno psicológico na e pela sociedade, já que ele se desenvolve ao longo do tempo e reflete a condição social, econômica e cultural em que vivem os homens. Nessa perspectiva, a sociedade não é apenas o *locus* de desenvolvimento do homem, mas é ela que possibilita, a partir da historicidade, a constituição e o desenvolvimento do homem. Ao se falar em indivíduo, torna-se, assim, condição *sine qua non* falar em sociedade.

Indivíduo e Sociedade são inseparáveis, segundo a dialética, pois o particular contém em si o universal, deste modo, se desejamos conhecer cientificamente o ser humano, é necessário considerá-lo dentro do contexto histórico, inserido em um processo constante de subjetivação/objetivação (LANE, 2002, p.12).

Dessa forma, a relação dialética entre indivíduo e sociedade ganha centralidade na compreensão das possibilidades e entraves do indivíduo frente às determinações sociais.

Ademais, destacamos que o social não é entendido aqui somente como as vivências¹⁵ em grupo, as experiências em sociedade ou o pertencimento do indivíduo a determinada cultura, mas a possibilidade do intercâmbio relacional eu-outro-sociedade.

A Psicologia Sócio-histórica busca o desenvolvimento de linhas de pensamento, bem como de práticas, de uma psicologia que seja atrelada à realidade social brasileira; ou seja, pensar o homem a partir das experiências do mundo social e cultural¹⁶ do qual ele é parte integrante.

Podemos afirmar que a Psicologia Sócio-histórica apresenta perspectiva crítica em psicologia, porque compreende o mundo social e o mundo psicológico como elementos do mesmo processo. A realidade social, cultural, econômica e política já não é vista como algo estranho ao mundo psicológico, mas a base sobre a qual ele se constrói.

Segundo Leão (2007, p. 68), o papel da Psicologia Social encontra-se em:

[...] conhecer o indivíduo no conjunto das relações sociais, tanto naquilo que lhe é específico, próprio da manifestação do seu grupo e inerente à sociedade a qual pertence como no que é de sua criação; conhecê-lo na dialética subjetividade e objetividade e no diálogo interdisciplinar.

A psicologia, enquanto ciência, nasce ao final do século XIX, profundamente marcada pela perspectiva positivista, originando um modo dicotômico de compreender o homem e suas experiências no mundo real. Os fenômenos psicológicos, nesse contexto são percebidos sob a polaridade mente/corpo,

¹⁵ O termo **vivência**, neste trabalho, pode ser entendido como a relação afetiva do sujeito com o meio, dessa maneira, constitui-se em unidade de elementos externos e internos que se expressam indissolúvelmente integrados em aspectos cognitivos e afetivos.

¹⁶ Utilizaremos a fala de Sirgado (2000, p. 53) para apresentar as diferenças entre social e cultural na perspectiva sociohistórica: “[...] o campo do social é bem mais vasto que o da cultura, ou seja, que nem tudo o que é social é cultural mas tudo o que é cultural é social. Enquanto expressão das múltiplas formas que pode tomar a sociabilidade, o social é um fenômeno mais antigo que a cultura pois é um dos atributos de certas formas de vida, o que nos permite falar de uma sociabilidade biológica, natural. Anterior à cultura, o social adquire dentro dela formas novas de existência. Sob a ação criadora do homem, a sociabilidade biológica adquire formas humanas, tornando-se modos de organização das relações sociais dos homens. Neste sentido, o social é, ao mesmo tempo, condição e resultado do aparecimento da cultura. É condição porque sem essa sociabilidade natural a sociabilidade humana seria historicamente impossível e a emergência da cultura seria impensável. É porém resultado porque as formas humanas de sociabilidade são produções do homem, portanto obras culturais.”.

natural/social, interno/externo, psíquico/orgânico, comportamento observável/vivências subjetivas, imprimindo marcas no modo de compreender o homem.

Essa fragmentação na maneira de apreender o funcionamento do homem leva a uma compreensão incompleta, parcial. Ao dividirmos mente-corpo, indivíduo-sociedade, estamos proporcionando uma clivagem, tanto no nível teórico, como no prático, o ser humano é um ser total, em que essas dimensões coexistem de forma complexa e não dual.

A dialética entre subjetividade/objetividade faz-se presente na compreensão dos aspectos psicológicos e romper essa dicotomia apresenta-se como desafio. Temos que a subjetividade e objetividade são duas dimensões que compõem uma unidade de contrários. É a integração dialética dessas dimensões, que são distintas, mas só podem ser apreendidas conjuntamente, que possibilita a compreensão do ser humano e da sociedade.

A constituição e expressão de sua individualidade, de sua totalidade, é tanto objetiva quanto subjetiva, e tais dimensões convivem dialética e contraditoriamente. Ao se expressar, o ser humano objetiva a sua subjetividade, materializando-a e, ao mesmo tempo, subjetiva a objetividade. O que se manifesta, o que aparece, porém, é a sua objetividade.

Na sua convivência cotidiana, entretanto, o homem – este ser singular particularizado – pode deixar ou não fluir seus sentimentos, seus desejos, suas opiniões mais íntimas etc. Ele pode, desta forma, alijar parte de sua subjetividade, não deixando-a expressar-se nem para si, nem para os outros.

É importante compreender, portanto, que a subjetividade é uma dimensão que compõe o ser social; ela se faz presente (se expressa) com maior ou menor ênfase nas diversas ações humanas, conforme as condições externas e internas possíveis (PASTOR, 1998, p. 45).

A resolução desse problema se efetiva na medida em que percebemos esses sistemas coexistindo, de modo indissociável, no ser humano. Dessa forma, buscamos a integração entre cognição e afetividade enquanto superação da dicotomia externo/interno e social/individual, entendendo que este é o caminho a se percorrer na compreensão da complexidade da organização da personalidade humana.

É na busca da superação da visão dualista que a Psicologia Sócio-histórica se apresenta, carregando consigo a possibilidade da crítica.

Nesse sentido, concebe o homem como ativo, social e histórico; a sociedade, como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material; as idéias, como representações da realidade material, como fundada em contradições que se expressam na idéias; e a história, como movimento contraditório do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de idéias, incluindo a ciência e a psicologia (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2007a, p.17-18).

As bases da Psicologia Sócio-histórica encontram-se no pressuposto de que o homem é um ser histórico-social. Isso significa dizer que o homem é constituído pela cultura que ele próprio cria, sendo que esta constituição ocorre nas interações sociais. É na relação com o outro¹⁷ e por ela própria que o homem se constitui e é constituído, produz e reproduz a trama social.

Entre homem e mundo há uma relação dialética, pois o homem não se diferencia do mundo no qual está inserido, mas é, sim, parte deste mundo que o constitui e é constituído por ele.

É certo que a interação do homem com seu contexto social e cultural possibilita o desenvolvimento de funções psíquicas. Dessa forma, é possível afirmar que as funções psicológicas têm origem na vida sócio-cultural do homem. Pela experiência social e cultural, do ponto de vista psicológico, o homem jamais estará plenamente formado. O desenvolvimento não cessa, mas se realiza em cada interação eu-outro-realidade.

Se compreendermos o funcionamento mental descolado da categoria sócio-histórica, temos olhar cindido sobre o homem. Explicamos, o ser humano é um ser total, integrado, assim, necessita ser percebido nessa totalidade. A representação dos aspectos psicológicos e dos aspectos sociais como duas realidades independentes, proporciona uma visão diluída. É nesse contexto, que a Psicologia Sócio-histórica apreende essas duas dimensões como constituídas reciprocamente, sem que uma se perca na outra.

¹⁷ Compreendemos por *outro* tanto um ser humano que não seja o eu, enquanto uma figura específica; quanto também a sociedade como um todo, uma “personalidade em geral”, a humanidade, pois mesmo em momentos de solidão ou isolamento “[...] carrega-se qualquer coisa do grupo, o pensamento desse grupo” (JANET apud GÓES, 2000, p. 118).

A psicologia social sócio-histórica coloca-se como uma psicologia que não aceita o que constata, mas uma psicologia social que se posiciona, porque o reconhecimento da historicidade dos fenômenos que estuda assim o permite. [...]. O referencial da psicologia social sócio-histórica, ao apontar a historicidade constitutiva dos fenômenos, ao apontar sua gênese contraditória permite apontar ações de superação, permite usar o conhecimento de forma posicionada (BOCK et al, 2007b, p. 52).

O posicionamento, bem como a crítica, realizados pela Psicologia Sócio-histórica se efetivam no que diz respeito à categoria trabalho. Segundo Lucci (2006, p. 6):

[...] o desenvolvimento de habilidades e funções específicas, bem como a origem da sociedade, são resultantes do surgimento do trabalho - este entendido como ação/movimento de transformação - e que é pelo trabalho que o homem, ao mesmo tempo em que transforma a natureza para satisfazer as suas necessidades, se transforma também.

Partindo da perspectiva materialista, temos como pressuposto a base material da sociedade que permite a origem das idéias produzidas socialmente. Essas idéias modificam e desenvolvem a ação dos homens, ao mesmo tempo em que são modificadas. Ademais, é nessa relação com o mundo material e social que o homem encontra elementos e possibilidades para o seu desenvolvimento. Aqui encontramos a importância das condições de vida para o desabrochar de potencialidades.

Compreendemos que a ação do homem sobre a natureza a transforma, criando novas condições de existência. A atividade humana, então, confere nova forma à realidade, sendo assim, nova atividade criadora (SIGARDO, 1999). Ao modificar a natureza, o homem também modifica a si próprio.

Estar atento ao contexto do fazer humano ganha destaque na corrente sócio-histórica, pois a conjuntura política, econômica, cultural e social não se refere apenas ao “pano de fundo” do desenvolvimento emocional e psicológico do ser humano, mas é certo que se trata de aspectos que determinam o modo de ser e estar no mundo de cada indivíduo.

Já não se pode mais falar no mundo psicológico sem considerar a incidência direta da realidade objetiva: o mundo social e cultural. Para a Psicologia Sócio-histórica, as relações sociais e as formas de produção da vida material constituem os fenômenos psicológicos.

Nesse contexto de desenvolvimento, a linguagem tem papel central. A linguagem, nas mais diversas formas de expressão - oral, escrita, gestual, musical, artística e matemática – é o princípio mediador na formação e no desenvolvimento das funções psicológicas, bem como expressão de modos de vida culturalmente constituídos.

A linguagem é instrumento pelo qual se efetivam os processos de mediação das relações sociais. É pela fala (que não é meramente um conjunto ordenado de palavras, mas o resultado do pensamento que é sempre emocionado) que o homem se humaniza, se socializa, se individualiza e apreende os significados sociais do mundo em que está inserido.

Desta forma, os significados produzidos historicamente pelo grupo social adquirem, no âmbito do indivíduo, um 'sentido pessoal', ou seja, a palavra se relaciona com a realidade, com a própria vida e com os motivos de cada indivíduo (LANE, 1985, p. 34).

A linguagem, então, é percebida como produção social e individual, sendo a expressão do movimento entre indivíduo e realidade. É nesse sentido, que a linguagem torna-se a mediação entre a objetividade e a construção de sentidos pessoais subjetivos. É certo que a linguagem pode ser entendida como modo de compreender o mundo e a si mesmo, e de se relacionar.

Segundo Vygotsky (1989), a palavra constitui o microcosmo da consciência, assim, a linguagem carrega consigo os significados das palavras, socialmente constituídos. Ora, se a palavra encerra as propriedades do pensamento e é continente de aspectos cognitivos e afetivos, ela deve ser aprendida como produto de construções sociais. Dessa forma, a palavra transcende a relação significante-significado carregando consigo uma representação da vida psíquica em toda sua complexidade.

Por fim, a Psicologia Sócio-histórica tem como pressuposto o compromisso social da profissão. Almeja-se o desenvolvimento de práticas que contribuam para a emancipação e a liberdade do ser humano, compreendendo-o como sujeito de direitos. A fim de assumir este compromisso social, é imprescindível que o profissional se perceba também como trabalhador ativo e transformador do mundo e, por isso, não está destituído de intencionalidade em suas práticas. É nesse contexto que o rigor ético torna-se imprescindível, pois qualquer prática interfere no projeto de vida do outro, da sociedade.

A efetivação da psicologia descolada da realidade social e cultural trabalha para a reprodução e manutenção da lógica capitalista, em que a alienação torna-se o ponto vigente de uma ideologia¹⁸ perspícaz.

Nas palavras de Bock et al (2007b, p. 49), busca-se, por meio desta corrente, “[...] investigar e compreender como o indivíduo está implicado com a sua sociedade, como se coloca nela, o que permite ou impede que ele compreenda as determinações sociais e como pode agir sobre elas.” Em suma, busca-se a psicologia com compromisso social, atuação que esteja a serviço da população brasileira.

2.3 Um caminho para a intersubjetividade

Sabemos que compreender a questão da intersubjetividade é tarefa complexa, porém importante, na medida em que pode contribuir, para a efetivação de uma prática voltada ao compromisso social, e por conseguinte para a formação profissional de futuros profissionais, dentre eles os assistentes sociais.

É certo que a reflexão sobre o papel da intersubjetividade/subjetividade pode conduzir-nos à conscientização social e a ação transformadora, superando as práticas alienadoras e o aprisionamento do sujeito à exterioridade (SAWAIA, 2007).

¹⁸ Utilizamos o conceito de Chauí (1981, p. 85) no qual a ideologia é a “[...] criação de universais abstratos, isto é, a transformação das idéias particulares da classe dominante em idéias universais de todos e para todos os membros da sociedade. Essa universalidade das idéias é abstrata porque não corresponde a nada real e concreto, visto que no real existem concretamente classes particulares e não a universalidade humana. As idéias da ideologia são pois, universais e abstratos.”

No processo de formação profissional há de se considerar os processos subjetivos, os sentimentos e emoções, as interações sociais, o conhecimento que o sujeito já carrega consigo, já que essa vivência que ele traz estará presente em toda sua atuação profissional.

Nesse cenário, olhar para os processos subjetivos que emergem da relação eu-outro - a intersubjetividade – torna-se fator pertinente, possibilitando ao futuro profissional ações mais condizentes com a realidade e necessidades sociais. É certo que uma vivência, como a do estágio supervisionado, pode afetar-nos em profundidade. É justo, portanto, afirmar que o outro modifica-nos e é por nós modificado a partir da premissa de que o sujeito se constrói na dialética eu-outro. Nesse hiato ele se apropria de saberes não necessariamente seus e os incorpora à sua personalidade.

A possibilidade de pensar em suas ações, a partir da experiência da inter-relação, permite ao sujeito a ampliação da consciência sobre a realidade que o cerca, instrumentalizando-o no agir, no sentido de refletir e transformar as dificuldades que essa realidade lhe apresenta. Nesse sentido, Freire (1999) propõe que se deve viabilizar a reflexão acerca dos valores da intersubjetividade presentes no estagiário, já que essa reflexão o direciona a decifrar criticamente sua realidade enquanto sujeito histórico, levando-o a despertar nova forma de relação com a experiência vivida. O autor aponta que a verdadeira imersão na realidade só pode acontecer através da ação profunda de resignificação da subjetividade.

Acredita-se que a reflexão sobre as próprias emoções possa constituir-se em instrumento para a atuação profissional; a atitude pensante e reflexiva daquilo que se realiza pode auxiliar o futuro profissional significando salto qualitativo em sua formação.

Pensar essa intersubjetividade é possibilitar uma formação humana, permitindo constante vir-a-ser, constante crescimento e desenvolvimento de potencialidades, propiciando ao assistente social formação profissional condizente com as reais necessidades da sociedade brasileira.

Em contraponto, para penetrarmos nos caminhos da intersubjetividade, necessitamos entender o que de fato ela é. Nesse sentido, verificamos que os conceitos

de intersubjetividade, subjetividade e sujeito estão intimamente relacionados. Nesse trabalho, buscamos desvendar os significados que cada termo carrega consigo.

2.3.1 A subjetividade e seus significados

É a partir da vivência substantivamente relacional que o sujeito cria sua identidade; é a presença inexorável do outro que torna o sujeito, que permite a individualidade nascida da experiência vivida com o outro. Entendemos que o sujeito, enquanto ser ativo e histórico, que ao agir na sociedade transforma-a e a si mesmo.

De acordo com Souza (2004), o sujeito é marcado pela cultura da qual faz parte e pelas experiências que o singularizam. Assim, a subjetividade se articula à história e se constitui a partir da apreensão singular da tradição cultural. Essa apreensão possibilita ao sujeito se reconhecer e reconhecer o outro, o que significa considerar o coletivo e o singular nessa constituição. Dessa forma, a constituição da subjetividade perpassa o entorno social, representado pelos valores, conhecimentos e idéias sociais existentes em determinado período histórico. Sabemos, entretanto, que a rede cultural e social se agrega à constituição subjetiva, mas não define essa constituição, singular se configura a partir de experiências idiossincráticas.

Partindo desta compreensão, entendemos a subjetividade sendo constituída num espaço relacional, espaço esse de encontro do indivíduo com o mundo social, resultando em marcas peculiares tanto na formação individual, quanto na construção de valores compartilhados na dimensão cultural. É então o registro individual, pessoal que o sujeito faz do mundo a partir de sua inserção neste mundo.

A definição de um homem constituído subjetivamente em sua própria história, em que o sentido aparece como registro emocional comprometido com os significados e as necessidades que vão desenvolvendo-se no decorrer de sua história, fazem da categoria sujeito uma peça-chave para entender os complexos processos de constituição subjetiva e de desenvolvimento, tanto dos processos sociais como dos individuais (GONZÁLEZ REY, 2005b, p. 235).

A subjetividade é elemento que torna o ser humano ímpar. É no e pelo mundo objetivo que o ser humano expressa e projeta sua subjetividade, ou seja, as ações materializam a vivência interior que existe em cada um de nós. Assim, a vivência da própria subjetividade se reflete na tessitura da sociedade. Ao afirmarmos que o sujeito é mediado socialmente, superamos a concepção de que a sociedade o afeta externamente, mas sim de que o sujeito se constitui e é formado por ela. Assim, a subjetividade é dimensão da vida que torna o sujeito único, ímpar.

Ora, se a cultura também é elemento constitutivo da subjetividade, é relevante apreender os meios pelos quais determinada cultura forma o indivíduo. Pensar a formação da subjetividade como processo histórico significa compreendê-lo no âmago do desenvolvimento da civilização humana, bem como de todas as características sociais que a contemplam.

[...] a subjetividade assim define-se por um terreno interno que se opõe ao mundo externo, mas que só pode surgir deste. Sem a formação do indivíduo, este se confunde com o seu meio social e natural. Tal subjetividade se desenvolve pela interiorização da cultura, que permite expressar os anseios individuais e criticar a própria cultura que permitiu a sua formação (CROCHÍK, 1998, p. 69).

Dessa maneira, a compreensão da subjetividade humana só se realiza na compreensão da objetividade em que vivem os homens, pois são dois aspectos do mesmo processo, do mesmo movimento. A compreensão do “mundo interno” pressupõe a compreensão do “mundo externo”, pois esse propicia elementos para a constituição psicológica do homem. É nesse sentido, que concebemos que para apreender o processo interno é necessário exteriorizá-lo.

A desvinculação entre aspectos subjetivos e objetivos pode levar à naturalização de ambos e fazer com que estes aspectos pareçam independender uns dos outros. Ora, se são compreendidos de forma independente, passam a ser vistos com movimento e natureza própria.

Subjetividade e objetividade estão intimamente interligadas uma à outra sem se confundir. A subjetividade pode ser concebida como construção no nível individual a partir da relação com o mundo material e social. É na relação dialética com a realidade objetiva que a subjetividade é constituída.

O mundo psicológico é um mundo em relação dialética com o mundo social. Conhecer o fenômeno psicológico significa conhecer a expressão subjetiva de um mundo objetivo/coletivo; um fenômeno que se constitui em um processo de conversão do social em individual; de construção interna dos elementos e atividades do mundo externo (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2007a, p. 23).

A constituição da subjetividade¹⁹ se articula à dimensão histórica e social, de forma que o sujeito se apropria da dimensão coletiva. Assim, o singular e o coletivo não se separam. É o ato humano, a ação do sujeito sobre dada realidade, na medida em que realiza concretamente algo no mundo real, que apresenta ou expressa, segundo suas dialéticas concretas, a subjetividade enquanto formação histórico-psíquica.

Segundo González Rey (2005b, p. IX), há duas características associadas à compreensão do fenômeno subjetivo: seu caráter social e histórico e sua natureza complexa. O desenvolvimento de uma teoria da subjetividade mostra-se como tentativa de reconceituar o fenômeno psíquico, específica do tipo de organização e processos que o caracterizam.

A subjetividade [...] é um complexo e plurideterminado sistema, afetado pelo próprio curso da sociedade e das pessoas que a constituem dentro do contínuo movimento das complexas redes que caracterizam o desenvolvimento social. Esta visão da subjetividade está apoiada com particular força no conceito de sentido subjetivo, que representa a forma essencial dos processos de subjetivação. O sentido exprime as diferentes formas da realidade em complexas unidades simbólico-emocionais, nas quais a história do sujeito e dos contextos sociais produtores de sentido é um momento essencial de sua constituição, o que separa esta categoria de toda forma de apreensão racional de uma realidade externa.

A subjetividade pode ser resultado do conjunto de processos biológicos, psíquicos, sociais, culturais, etc., podendo ser entendida como a condensação ou sedimentação de situações singulares vividas pelos indivíduos, contribuindo para uma leitura do mundo para o eu.

Dessa maneira, Jusevicius (2006) aponta que a subjetividade não é algo pronto ou acabado, mas que vai sendo construído na medida em o sujeito vai significando e produzindo sentido em suas diferentes atividades e formas de relação em

¹⁹ Para compreensão mais densa, consultar “Pensamento e linguagem” (VYGOTSKY, 1989); “A formação social da mente” (VYGOTSKY, 1984).

sua trajetória de vida singular. Pensar a subjetividade implica na tarefa de considerar a inter-relação de situações singulares, pessoais, experienciadas pelos indivíduos.

A subjetividade não é algo posto ou inerente ao ser humano, mas um mundo simbólico que vai sendo tecido a partir de experiências, ao longo da história, num processo dialético entre o mundo psicológico e o mundo social. É pela realidade social e cultural que o fenômeno psicológico vai sendo constituído.

Portanto, parte-se do princípio que a subjetividade se desenvolve em um processo de construção/desconstrução dialética, onde as experiências vividas pelos indivíduos estão entrelaçadas à realidade social e cultural [...]. (MARTINS, 2006, p. 70).

É certo que a subjetividade é instituída socialmente, a partir de elementos que incorporamos ou que nos formam, pelas experiências que incidem sobre os vários aspectos do ser, possibilitando o estabelecimento de modelos, padrões, regras, condutas socialmente aceitáveis. É, então, a constituição subjetiva que possibilita a ação do sujeito na realidade social de forma ativa.

Cada momento social do desenvolvimento do ser humano marca e integra os processos internos, constituindo a história dos sujeitos. Temos aqui, então, o elo entre mundo interno e externo. Ora, se as influências sociais se fazem presentes na constituição das emoções “[...] cada nueva situación social que el sujeto enfrenta se convierte en una via de desarrollo para nuevas formaciones psicológicas²⁰” (GONZÁLEZ REY, 2000, p. 136).

Pensar a subjetividade humana é possibilitar a compreensão histórico-social do psiquismo humano, apreciando o caráter cultural, pois qualquer teoria da subjetividade que desconsidere a relação entre o universal e o singular estará incompleta.

Dentre as dificuldades postas no estudo e na pesquisa da temática subjetividade, encontra-se a utilização de métodos objetivos na compreensão de algo subjetivo. Não há intenção aqui de relativizar o tema, mas apreender as dificuldades existentes nesse estudo.

²⁰ “[...] cada nova situação social que o sujeito enfrenta se converte em uma via de desenvolvimento para novas formações psicológicas.” (Tradução livre).

Partindo dessa premissa, concordamos na compreensão de que os aspectos individual e social são partes constituintes de um todo, que não podem ser estudadas como elementos decompostos sem a perda de características desse todo. Como assinala Robbins (apud GONZÁLEZ REY, 2005b, p. 189) “[...] isto só tem sentido quando compreendemos que não há indivíduo culturalmente auto-regulado sem o social aparecer primeiro.” Fica claro, então, que a psique é sistema de natureza social e cultural.

É certo que o sujeito, entendido aqui como histórico, cultural e socialmente constituído, não se esfacela em nenhuma experiência ou prática social. Isto significa dizer que embora exista uma constituição social, o sujeito contém uma identidade que é individual. Conforme aponta Baerveldt (apud GONZÁLEZ REY, 2005b, p. 193):

Porque falando psicologicamente, temos que dar conta do fato de que nossa experiência está obviamente pautada de maneira social, porém, não obstante, segue sendo nossa própria experiência autêntica. Depois de tudo, justamente quando as pessoas sentem que são autenticamente elas mesmas, quando mantêm suas próprias identidades, é que contribuem de modo mais conspícuo à produção e reprodução de uma ordem social.

A dimensão social é fundamental para a formação e desenvolvimento da psique, contudo, não podemos cair no paradoxo de pensar um sujeito socialmente determinado que não contenha uma identidade individual, própria.

Queremos pontuar aqui, também, que as diferentes formas de configuração subjetiva se fazem pela riqueza e heterogeneidade dos espaços sociais, que permitem o engendramento das produções de sentido. Assim, nenhum comportamento ou influência social podem ser analisados isoladamente, sem se levar em consideração a condição subjetiva do sujeito. Possibilitando, então, a superação da dicotomia do social e do individual.

2.3.2 O campo da intersubjetividade: desvendando as relações

Compreendemos que toda intersubjetividade contém a subjetividade, isto significa dizer, que nas relações sociais, estão contidas as subjetividades dos sujeitos envolvidos. A noção de intersubjetividade implica o reconhecimento de emissor e um receptor, ambos com subjetividades pessoais, portanto distintas, mas que ao se encontrarem formam conteúdos relacionais que interagem entre si.

Nesse sentido, a intersubjetividade²¹ pode ser entendida como campo que reúne conceitos sobre as experiências formadas a partir da relação com o outro. A intersubjetividade se manifesta como história relacional vivida, como linguagens, intercomunicação, conhecimento, valores, crenças, emoções, desejos, temores, perspectivas, projetos do sujeito.

Um discurso se complementa no outro, pois a linguagem não é de um, mas de vários. Ela está entre. Isto quer dizer que não existe opinião só de um; toda a subjetividade está inserida numa intersubjetividade, toda disciplina requer interdisciplinaridade. (FAZENDA, 2003, p. 41).

A intersubjetividade tem caráter relacional e contingente das identidades e historicidades dos sujeitos enquanto indivíduos e grupos. Tal caráter relacional configura a possibilidade do sujeito se colocar diante do *outro* e vivenciar um mundo compartilhado. A relação permite a construção e reconstrução, a significação e ressignificação de experiências com o outro, que vão formando a identidade singular de cada um.

Esse aspecto vai ao encontro da questão da interdisciplinaridade. Como forma de trabalho criativo e totalizante, a interdisciplinaridade²² reconhece de

²¹ Para melhor compreensão, consultar a obra “Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural” (GONZÁLEZ REY, 2005b)

²² A compreensão do tema interdisciplinaridade não é objeto do estudo que realizamos aqui, entretanto, compreendemos ser oportuno a apresentar a nossa concepção. Acreditamos que a base do trabalho interdisciplinar seja a interdependência entre os profissionais envolvidos, de modo que haja um reconhecimento da área particular de competência de cada um, aliado à mútua compreensão e respeito. A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre especialistas e pela integração das disciplinas num mesmo projeto. A prática interdisciplinar é uma atitude coletiva diante da questão do conhecimento, um projeto em que causa e intenção coincidam, um fazer que surja de um ato de vontade e que, portanto, exige uma imersão no trabalho cotidiano. Para um estudo mais aprofundado, consultar as obras “Interdisciplinaridade e patologia do saber” (JAPIASSÚ, 1976); “Interdisciplinaridade: qual o sentido?” (FAZENDA, 2003).

forma dialética a necessidade de olhares diferenciados para um mesmo objeto. A transformação das práticas deve perpassar a mudança interior, que nos conduz a mudança de atitude. O caminho é o do diálogo, das trocas, dos encontros e, principalmente, pela verdade. Isso requer a atitude de desacomodar-se, o movimento que nos tire da zona de conforto, que nos impulse a buscar o novo.

Sabemos, pela nossa experiência cotidiana, que o ser humano tem dificuldade em conviver com as diferenças, por isso, também, que ir além de si mesmo e reconhecer no outro a possibilidade de superação mostra-se tarefa tão árdua.

Nesse sentido, a intersubjetividade é a relação entre sujeito e sujeito e/ou sujeito e objeto, relação essa que constitui e é constituída pelo encontro, locado no campo da ação.

[...] a constituição do sujeito pelo outro se dá no campo da intersubjetividade, entendida como o lugar do encontro, do confronto e da negociação dos mundos de significação privados (ou seja, de cada interlocutor) à procura de um espaço comum de entendimento e produção de sentido, mundo público de significação. Logo, é no campo da intersubjetividade que se dá a consciência da subjetividade e a penetração no universo da significação (AGUIAR, 2000, p. 132-133).

Segundo Aguiar (2000), a tendência em alguns campos teóricos em compreender o conceito de intersubjetividade como “entendimento e diálogo mútuo”, convergendo a falsa ideia da inexistência de opostos, confrontos e resistência. Entretanto, na perspectiva utilizada nesse trabalho, verificamos contudo que o termo contém em si as possibilidades de antagonismos e debates nas tramas sociais. É certo, então, que os processos sociais são profundamente marcados por encontros e desencontros, resistências e persistências, embates e comunhões.

Partindo da representação social e cultural do psiquismo, surge aqui nova compreensão de homem no mundo, compreensão que abre caminhos para apreender o ser humano no processo relacional.

Quando referimos ao processo relacional, estamos certos de que o encontro da história anterior do sujeito com as influências de cada momento social carrega consigo a possibilidade de transformação tanto desse contexto social, como da subjetividade individual do sujeito, constituindo novo cenário emocional no nível pessoal e social.

No estudo dos processos intersubjetivos, fica evidente a necessidade de apreender as relações como resultante das determinações materiais de existências. A realidade material e social são categorias norteadoras nessa compreensão.

Partindo da perspectiva da subjetividade social, não entendemos a constituição do mundo interno como fenômeno natural, com características universais, estáticas e imutáveis. Ao contrário, aceitamos a idéia de que a ação do sujeito no contexto social propicia inúmeras e indeterminadas reações nos demais integrantes desse espaço social, definindo complexas configurações subjetivas na organização social.

[...] temos de ter clareza em todo momento em que a condição de sujeito individual se define somente dentro do tecido social em que o homem vive, no qual os processos de subjetividade individual são um momento da subjetividade social, momentos que se constituem de forma recíproca sem que um se dilua no outro, e que têm de ser compreendidos em sua dimensão processual permanente (GONZALEZ REY, 2005b, p. 206).

Vygotsky (1984), ao explicar o desenvolvimento emocional do sujeito, destaca o papel mediador do outro e do signo²³. Para o autor, é por intermédio do *outro* que o *eu* vai tomando forma no mundo. São pelas ações, pelas palavras e pelas formas como o outro se dirige e interage ao eu que possibilitam a constituição desse eu. É pela mediação do signo - possibilidades de interpretação em dado contexto cultural – que tal processo interativo vai se efetivar.

É certo, então, afirmar que as ações e palavras do outro afetam e suscitam sensações, sentimentos e pensamentos. Percebemos aqui a indissociabilidade entre intelecto e emoção. Ainda, segundo Vygotsky (1984), o afeto é a força motriz que move e orienta pensamentos e ações.

Para esta compreensão, Vygotsky, em suas pesquisas com crianças, tem como pressuposto que “[...] qualquer função no desenvolvimento cultural da

²³ No processo de constituição do sujeito, as atividades humanas são operacionalizadas ao longo do desenvolvimento humano pelos signos, que são meios de comunicações e meios de conexões das funções psicológicas superiores, presentes em todo o processo de constituição do sujeito. (MOLON, 2000, p. 9). Segundo Aguiar (2000, p. 129) “os signos, entendidos como instrumentos convencionais de natureza social, são os meios de contato com o mundo exterior e, também, do homem consigo mesmo e com a própria consciência.”

criança aparece em cena duas vezes, em dois planos – primeiro no social, depois no psicológico, primeiro entre as pessoas como categoria interpsicológica, depois dentro da criança [...].” (VYGOTSKY, 1989, p. 26). Essa lei destaca a importância do social na constituição das funções psicológicas, demonstrando o significado das relações sociais para a vida psíquica. Antes de tornar-se conteúdo subjetivo, de caráter pessoal, o conteúdo esteve em um plano social.

O processo de conversão de algo interpsicológico em algo intrapsicológico não acontece por mera reprodução mas por reconstituição de todo o processo envolvido, no qual as funções psicológicas permanecem sendo "quase sociais". Nas relações sociais algumas atividades interpsicológicas são convertidas em atividades intrapsicológicas, pois nem tudo que é social é interpsicológico e nem tudo que é interpsicológico é intrapsicológico. A dimensão intrapsicológica acontece a partir da conversão de signo interpsicológico em signo intrapsicológico, acontece pela mediação dos signos (MOLON, 2000, p. 10).

Compreendemos que o plano interpsicológico é aquele das interações, das relações estabelecidas entre pessoas, das trocas e das atividades partilhadas. Segundo Ivone Oliveira (2001, p 19) “[...] é em relação com o outro – relação real e relação com o outro internalizado – que o homem se torna um ser humano, pertencente a uma determinada cultura, com a linguagem, os conhecimentos, os valores e afetos próprios a esta cultura.”

O termo intersubjetividade diz respeito a essa construção psíquica que é efetivada a partir da presença essencial do outro, construção essa que parte da realidade concreta, cotidiana e torna-se interna. Nesse sentido, concordamos com Ivone Oliveira ao apontar

[...] a atenção para o papel do outro na elaboração da consciência do eu. Defendem a inexorável ligação que ata o eu e o outro ao longo de toda a vida e por intermédio de um tipo de relação que ultrapassa a presença física desse outro. Aos poucos, o outro (os muitos outros) é incorporado pelo eu, constituindo-se em seu companheiro inseparável. Se o *eu* toma forma por intermédio do *outro* e se sua existência está inexoravelmente atada à existência do outro...

[...].

Nossas necessidades, desejos e vontades configuram-se, em grande parte, a partir do olhar do outro, mediante o que ele nos apresenta como relevante e significativo. Vemo-nos a nós próprios como alguém mais ou menos importante em função do modo como o outro nos vê. Aprendemos a amar ou a odiar em função do outro: de suas ações, de suas expressões, de suas palavras. As ações, os modos de sentir e as palavras com que nos definimos nos são dadas pelos outros.

É por meio das relações, do processo de interação, que tornamo-nos através do(s) outros(s). No âmago dessas interações, a identidade individual, com toda gama de aspectos subjetivos, vai sendo formada e modificada nas e pelas relações com o grupo. É nesse sentido que Góes (2000) afirma que a personalidade se transforma e se organiza ao longo da vida.

O sujeito, pelas experiências sociais e dessa forma intersubjetivas, pode reconstruir sua subjetividade. Essa construção singular está entrelaçada aos múltiplos cenários da vida social, à heterogeneidade. Tanto as relações face-a-face, como as relações mais amplas contribuem para a constituição dos sentidos subjetivos, isso significa dizer que a intersubjetividade é condição necessária para o processo de formação do eu. É na experiência da intersubjetividade que o indivíduo (re)cria vivências cotidianas e modos de relacionamento interpessoal.

Segundo González Rey (2005b) os processos de subjetividade individual são momentos de uma subjetividade social, aqui entendida como intersubjetividade. Entretanto, esses processos, entretanto, não se diluem um ao outro. Dessa maneira, a subjetividade social

[...] não é uma abstração, é o resultado de processos de significação e sentido que caracterizam todos os cenários de constituição da vida social, e que delimitam e sustentam os espaços sociais em que vivem os indivíduos, por meio da própria perpetuação dos significados e sentidos que os caracterizam dentro do sistema de relações em que eles atuam e se desenvolvem. A ação dos sujeitos concretos é de forma simultânea individual e social e a forma como as ações se integram no sistema da subjetividade social não depende de suas intenções, mas das configurações sociais em que essas ações se inscrevem e dos sistemas de relações dentro dos quais cobram vida (GONZALEZ REY, 2007, p. 205-206).

Vemos que um evento social, isto é, a relação deixa suas marcas na constituição subjetiva dos indivíduos relacionados a determinado acontecimento. O social converte-se em pessoal, pois os eventos sociais agem no sentido de (trans)formar o indivíduo.

De acordo com Sirgado (2000), no processo de reconstituição das relações sociais no plano pessoal, o papel do outro vai além da mediação instrumental, mas é condição imprescindível para o desencadeamento desse processo. O autor apresenta, ainda, a idéia de que o indivíduo deve se inserir na sociedade, no movimento da história dos homens, para poder construir sua própria história.

Nesse momento, precisamos esclarecer que o mecanismo que possibilita a conversão das relações sociais em estruturas psíquicas é a significação.

[...] o objeto a ser internalizado é a significação das coisas, não as coisas em si mesmas. Portanto o que é internalizado das relações sociais não são as relações materiais mas a significação que elas têm para as pessoas. Significação que emerge na própria relação. Dizer que o que é internalizado é a significação dessas relações equivale a dizer que o que é internalizado é a significação que o outro da relação tem para o eu; o que, no movimento dialético da relação, dá ao eu as coordenadas para saber quem é ele, que posição social ocupa e o que se espera dele. Dito de outra forma, é pelo outro que o eu se constitui em um ser social com sua subjetividade (SIGARDO, 2000, p. 66).

Por meio da significação, constitui-se no plano pessoal a experiência vivenciada com o outro, experiência essa que pode ser internalizada através dos símbolos. O outro sempre estará presente no eu como um “não eu”, nas palavras de Wallon “fantasmas dos outros que cada um traz em si”, “esse estranho essencial” (SIGARDO, 2000).

Segundo Molon (2000), a consciência de si mesmo nasce a partir da consciência e reconhecimento do outro e é a relação constitutiva eu-outro que possibilita este processo. Assim, só existe o reconhecimento do eu no reconhecimento do outro.

A intersubjetividade pode ser compreendida como o campo de experiência entre o sujeito e as experiências do outro. Compreender o conceito de intersubjetividade é compreender a possibilidade de constante mudança da vida psíquica, que se encontra

em constante (re)fazer e movimento. Essa capacidade de produção e reprodução de pensamentos, idéias, palavras, emoções se efetiva pela existência do outro que possibilita pelas interações sociais a constituição de um - novo - eu.

Vivemos em tempos de mercantilização das relações humanas: tempos em que emoções, afetos e sentimentos são tratados como mercadorias. A ordem vigente aponta para a alienação da vida social, na qual o sujeito perde sua identidade e singularidade.

Concordamos com Bisneto (2006, p. 2), ao ressaltar que “[...] para o Serviço Social um dos enfoques da subjetividade mais importante é a questão da alienação, porque impede a emancipação de fato do sujeito [...]” Pela tradição marxiana, observamos a importância da consciência como forma de romper com a alienação e opressão.

A consciência é, então, uma maneira do indivíduo processar intelectualmente o mundo material que resulta nas relações entre o homem e o meio social e entre si mesmo. Nesse sentido, a consciência é uma relação entre sujeito e meio social que se exprime em sentimentos, atitudes e comportamentos.

Estamos confiantes de que olhar para o mundo interno do indivíduo requer também apreender a conjuntura que o cerca, ou seja, é perceber que há fatores determinantes dessa conjuntura – a História, a Política, a Economia, a Cultura – e desse tecido mental, que é cotidianamente constituído e reconstituído. Nas palavras de Bisneto (2006, p. 4) “[...] a história de uma pessoa pode ser interpretada dentro de uma totalidade social e não mais num subjetivismo individualista ou num objetivismo abstrato [...]”. Compreender o homem em sua totalidade é o caminho que encontramos para romper os subjetivismos e objetivismos, isto é, a fragmentação do ser humano.

Por fim, ao propormos um trabalho que conecta o processo de formação profissional em Serviço Social e a questão da intersubjetividade estamos lançando o desafio da transformação. Estaríamos sendo muito ousados? Muitos dirão que sim, mas queremos aqui abrir caminhos para que a universidade, com todos os seus atores, apreenda o real valor das emoções e sentimentos, isto é, do sujeito em seu mundo interno, no processo que deixa marcas profundas e norteia a vida do estagiário – a formação profissional.

[...] ao se pensar em revolução, é preciso pensar em novas formas de (inter)subjetividades e para tanto em novas formas de atividade. Pois é nela que as subjetividades são modeladas e plasmadas. Mas, para que haja novas formas de atividade é preciso pensar em criação e imaginação (SAWAIA, 2007, p. 88).

Propondo essas novas formas de pensamento, buscamos a criação de novos encaminhamentos na formação profissional em Serviço Social. Aos que se sentirem inquietos, a proposta já é vida.

CAPÍTULO 3 PESQUISA: PENSANDO E VIVENDO EMOÇÕES

*O real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio na travessia.*

Guimarães Rosa

3.1 Lócus da pesquisa: a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social

A pesquisa de campo foi realizada nas dependências do Centro Jurídico Social da UNESP – campus de Franca. Esse espaço caracteriza-se por ser unidade auxiliar da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp, prestadora de atendimento sócio-jurídico à população economicamente necessitada, não assistida por órgãos públicos e particulares, pertencente à Comarca de Franca, visando oferecer aos cidadãos menos favorecidos o acesso à reivindicação de seus direitos e o atendimento às suas necessidades sociais.

O Centro Jurídico Social (CJS) foi criado como unidade auxiliar integrada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP, em 1990 e oficializada em 1992, pela Resolução UNESP nº 34 de 26/06/92, a partir da proposta dos professores dos Departamentos de Direito e Serviço Social da UNESP – Franca.

Como Unidade Auxiliar, o CJS possui autonomia administrativa e regulamento (Anexo A) que sistematiza seu funcionamento, constituindo-se em organização específica dotada de estrutura político-administrativa própria.

Os objetivos da instituição perpassam a orientação dos usuários para acesso à defesa e a reivindicação de seus direitos, no campo social e jurídico, até a colaboração na formação ético-técnico-profissional dos estudantes de Direito e Serviço Social selecionados para realização de estágio na referida unidade. Ademais, almeja a colaboração com entidades assistenciais, públicas ou privadas, para defesa e reivindicação de direitos dos cidadãos desassistidos.

Dessa forma, promove estudos, pesquisas sobre os direitos do homem, cultura e cidadania, infância e juventude, do consumidor, da proteção do meio ambiente e do patrimônio artístico e cultural e demais áreas relativas à assistência social, para a concretização de seus objetivos principais. No que diz respeito à pesquisa científica, o CJS trabalha no desenvolvimento e promoção de

seminários, simpósios, conferências e cursos e mantém intercâmbio técnico-científico e cultural com outras instituições, visando à disseminação do conhecimento gerado pelas atividades realizadas.

A equipe técnica, atualmente, é composta por duas profissionais assistentes sociais, sendo uma da própria universidade e uma pertencente à Prefeitura Municipal de Franca, através de convênio, e duas profissionais advogadas da universidade. Há uma psicóloga-pesquisadora²⁴ colaboradora bolsista do Programa de Pós-Graduação, assim como uma secretária e uma recepcionista, funcionárias da Unesp.

Muito embora se almeje, juntamente à prestação de atendimento jurídico e social à comunidade, a realização de serviços de psicologia, esses não são efetivados em decorrência da ausência de profissional concursado.

A Unidade Auxiliar possui Conselho Deliberativo composto por uma Supervisora, professora do Curso de Serviço Social, uma Vice-Supervisora, professora do curso de Direito, um professor representante do curso de Serviço Social e um professor representante do curso de Direito, assim como um representante profissional de Serviço Social e um representante profissional de Direito, e um representante discente de Direito e um representante discente de Serviço Social.

Compete aos profissionais advogados trabalhadores do CJS prestar assistência judiciária aos usuários; orientar e acompanhar as atividades dos estagiários de direito e emitir pareceres sobre atuação e desempenho dos mesmos; bem como participar, sempre que oportuno, de eventos promovidos pelos órgãos da Justiça, pela Ordem dos Advogados do Brasil ou patrocinadas pela Unesp – Franca ou pelo CJS e de cursos e atividades correlatas, a fim de aprimorar seus conhecimentos específicos.

Quanto às atribuições dos assistentes sociais, são competências: realizar estudo sócio-econômico para levantamento e conhecimento da situação sócio-econômica do usuário, definindo seu enquadramento nos critérios de elegibilidade definida pela unidade; realizar atendimentos individualizados e/ou grupais, para conhecer a problemática apresentada pelo usuário, em processo de investigação da realidade, desenvolvendo estudo e reflexão acerca dessa situação

²⁴ A psicóloga-pesquisadora a qual nos referimos trata-se da autora dessa pesquisa.

apresentada, analisando as possibilidades de intervenção e propondo alternativas de ação para o enfrentamento das situações problemas; supervisionar sistematicamente, de forma individual e grupal, estagiários de Serviço Social, na discussão e operacionalização do processo de intervenção de cada usuário e na elaboração dos relatórios sociais (registro da prática profissional) e de outras documentações específicas; fazer encaminhamentos institucionais para os recursos da comunidade, de acordo com as necessidades apresentadas pelos usuários; planejar suas atividades, conforme recursos disponíveis; realizar visitas domiciliares e institucionais objetivando conhecer o cotidiano do usuário e os recursos da comunidade, para a elaboração de diagnósticos ou orientações sobre assuntos de sua competência; planejar, elaborar, executar e avaliar programas e projetos relativos à assistência e serviços sociais; e coordenar reuniões com usuários, familiares e pessoas envolvidas nos casos em atendimento, discutindo e orientando questões de seu interesse.

Somadas às ações assinaladas, são atividades necessárias à prática do assistente social e do advogado o auxílio nos trabalhos de apoio à pesquisa e à extensão universitária; o planejamento e encaminhamento de propostas ao Conselho Deliberativo à adoção ou modificação dos programas de estágio profissional, assim como demais assuntos correlatos; o cumprimento das determinações superiores, nos limites da ética profissional e da legalidade; a participação das reuniões a que forem convocados; e a emissão de relatórios estatísticos semestrais de suas atividades.

Além do Conselho Deliberativo e da Equipe Técnica, possui um quadro de 34 estagiários, sendo 17 do curso de Direito e 17 do curso de Serviço Social, os quais desenvolvem o trabalho de atendimento interdisciplinar aos usuários do serviço sociojurídico. Os estagiários são selecionados a partir de processo seletivo classificatório composto por avaliação teórica e metodológica, dinâmica de grupo, entrevista psicológica e grupal.

São deveres dos estagiários cumprir as normas do regulamento, os preceitos dos Códigos de Ética Profissional dos Advogados e dos Assistentes Sociais, o Regimento Interno (Anexo B) e as normas de procedimento do CJS; cumprir os Programas de Estágio apresentados pelos profissionais das respectivas áreas; atender com diligência a todos os casos que lhes forem encaminhados, seguindo a orientação dos profissionais; não desviar causas, atendidas pela

Unidade Auxiliar, para demais profissionais estranhos à ela, ainda que em caráter gracioso, sob pena de desligamento do estágio; não assumir compromissos não autorizados expressamente pelo Conselho Deliberativo, que possam causar prejuízos à Unidade Auxiliar; manter sigilo quanto às matérias de que venha a tomar conhecimento, não prestando declarações de qualquer espécie sobre casos em andamento ou sobre qualquer atividade ou método de trabalho do CJS, salvo quando no exercício profissional, perante autoridade competente, sob pena de responsabilização legal; comparecer às audiências judiciais que lhe forem atribuídas, acompanhados por Advogados, na conformidade com as disposições do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil; e elaborar e manter em dia a documentação de seu trabalho, prestando contas e elaborando relatórios, nos momentos próprios, ou sempre que lhe forem requeridos pelos profissionais orientadores.

Destacamos alguns direitos dos estagiários, como receber auxílio e orientação técnica específica dos Advogados e dos Assistentes Sociais, nos casos atendidos pelo CJS; receber orientação psicológica, profissional e pessoal, de Psicólogos contratados pelo CJS, quanto ao atendimento de casos que a exigirem; e ter acesso aos recursos materiais e humanos disponíveis, nos termos do regulamento.

As atividades efetivadas no CJS são desenvolvidas mediante o Código de Ética de cada categoria profissional. Na busca da integração entre a equipe e o desenvolvimento do trabalho com qualidade para a população atendida, adota-se a perspectiva interdisciplinar na realização das atividades. Essa perspectiva se efetiva no trabalho em equipe, caracterizado nesse espaço pela ação cooperativa e pela busca conjunta de soluções às diversas problemáticas.

A prestação de serviços realizados no CJS compreende, além das orientações, a propositura de ações junto à Justiça Estadual e Federal, órgãos e entidades estatais visando à defesa e reivindicação de seus direitos, bem como assistência social.

3.2 Procedimentos Metodológicos²⁵: o percurso da pesquisa qualitativa

Esta pesquisa é fruto do Programa de Intervenção “Pensando e Vivendo Emoções” realizado junto aos estagiários de Serviço Social e Direito da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social – Unesp/Franca. A unidade encontra-se vinculada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Unesp/Franca e recebe estagiários dos dois cursos de graduação no caráter de estagiários supervisionados.

O programa “Pensando e Vivendo Emoções” iniciou-se no segundo semestre do ano de 2005. Nasceu com o intuito de oferecer aos estagiários de Serviço Social e Direito possibilidade de refletir acerca dos próprios sentimentos e emoções, valores, conflitos e relacionamentos, mediante a compreensão da subjetividade como marca significativa do processo de formação profissional.

A entrada da pesquisadora neste espaço ocorreu após convite vindo da equipe técnica do Centro Jurídico Social (CJS). Durante os anos de 2000 e 2001, a pesquisadora foi estagiária de psicologia no CJS, momento em que uma psicóloga compunha a equipe técnica, através do convênio entre Unesp e Prefeitura Municipal de Franca, no qual essa instituição cedia a profissional à universidade. Posteriormente, no ano de 2005, em decorrência do término do convênio a pesquisadora foi convidada a trabalhar no CJS, junto aos estagiários, no caráter de colaboradora. É certo que a unidade, naquele momento, necessitava de uma psicóloga em regime integral, entretanto devido à impossibilidade de concurso público ou de parcerias com outras instituições, a atividade voluntária poderia representar o melhor caminho.

A princípio, no ano de 2005, foi desenvolvido um primeiro projeto – que mais tarde, ao longo dos anos de 2006 e 2007, sofreria diversas modificações em decorrência do projeto de Mestrado – no qual foi possível vislumbrar as necessidades dos estagiários em refletir sobre a própria dinâmica de vida. Esse projeto tornou-se o Programa de Intervenção “Pensando e Vivendo Emoções” (Apêndice A).

²⁵ No corpo da dissertação, serão apresentadas referências bibliográficas com finalidade de complementar o estudo aqui realizado (vide referências).

Nesse contexto, é importante ressaltar que, anteriormente ao início da intervenção, foi destinada carta à supervisora do CJS, solicitando aprovação para a realização do mesmo, bem como, desta pesquisa (Apêndice B). A autorização para a realização deste trabalho também foi devidamente efetivada (Apêndice C).

Este programa de intervenção ora denominado “Pensando e Vivendo Emoções” é efetivado por meio de reuniões grupais. No início de cada semestre é realizado convite aos estagiários para a participação no grupo. A participação é voluntária e a ausência não acarreta ônus ao estagiário. Uma vez que o Centro Jurídico Social é espaço de estágio do curso de Direito e Serviço Social, o programa é disponibilizado a todos os estagiários e a participação dos mesmos é voluntária, não acarretando ganho ou perda de notas. É certo que o valor da participação está na aprendizagem com relação ao conhecimento de si, ao convívio com os demais participantes, às trocas de experiências, ou seja, a aprendizagem é emocional e tem caráter subjetivo. Faz-se relevante destacar que o estagiário é estimulado a participar em todas as reuniões, já que se trata de programa com início, meio e fim, mas não é compelido a isto.

No programa “Pensando e Vivendo Emoções” foram realizados seis encontros grupais, sendo que o primeiro semestre de cada ano letivo foi destinado aos estagiários do período matutino e o, segundo semestre, aos estagiários do período vespertino. Os encontros foram realizados quinzenalmente, com duração média de 1 hora e 30 minutos cada. Esses encontros foram programados previamente e compunham a agenda de atividades dos estagiários, desse modo o grupo reuniu-se durante o horário de estágio.

Nos encontros foram trabalhados os seguintes eixos temáticos: relacionamento interpessoal, autoconhecimento e trabalho em grupo. Os temas foram desenvolvidos a partir de técnicas de dinâmica de grupo e utilização de materiais de apoio (textos impressos, músicas, jogos, cartolinas, folhas, lápis, cola, tesoura). Partindo do conjunto de estratégias e atividades, buscamos possibilitar a reflexão sobre as emoções e sua conseqüente produção de sentidos na vida de cada estagiário. Acreditamos que na vivência dialética entre subjetivação e objetivação o estagiário pode constituir formas de pensar, agir e sentir, bem como ressignificar experiências.

Faz-se importante destacar que as reuniões grupais foram pensadas, geridas e efetivadas por uma profissional de psicologia, aqui denominada pesquisadora, e, dentre outras características tem caráter terapêutico e não psicoterápico²⁶. O sigilo profissional, todavia, encontra-se presente na proposta do grupo; como assunto abordado nos vários encontros, foi realizado contrato de, juntamente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices D), trabalho no qual os estagiários assumiram comprometimento pela ética, sigilo e respeito acerca das informações suscitadas.

O programa de intervenção “Pensando e Vivendo Emoções” constituiu-se no “coração” deste trabalho, já que propiciou condições concretas para desenvolvimento desta pesquisa.

Iniciamos este estudo com levantamento bibliográfico realizado através de material bibliográfico e referencial teórico, juntamente à pesquisa documental, a fim de elaborar o embasamento teórico. Buscamos conhecer a questão da intersubjetividade, bem como a estrutura do CJS, por meio de seu Regulamento Interno (Anexo A) e do Regimento Interno dos Estagiários (Anexo B).

Em decorrência da pesquisa estar vinculada ao Programa de Intervenção “Pensando e Vivendo Emoções”, a coleta de dados foi realizada no decorrer do ano letivo de 2007. É importante destacar que no primeiro encontro, foi apresentada a proposta da pesquisa, bem como aplicados questionários de pré-intervenção (Apêndice E), cujo objetivo foi identificar e conhecer os estagiários participantes.

Tratando-se de pesquisa científica, julgamos importante ressaltar que neste momento inicial os sujeitos puderam escolher pseudônimos para si próprios. Dessa maneira, com a finalidade de preservar os sujeitos, os nomes apresentados no corpo do trabalho não são os nomes reais dos participantes, mas nomes fictícios. Destacamos, ainda, que esse trabalho foi previamente autorizado pela diretoria da unidade auxiliar, como consta na Carta de Autorização (Apêndice B).

²⁶ Consideramos a psicoterapia como um conjunto de procedimentos metodológicos e técnicas, alicerçados em determinada teoria psicológica, empregadas em Psicologia para o tratamento de transtornos e problemas psíquicos. A psicoterapia é uma atividade psicoterapêutica, por proporcionar o desenvolvimento e bem-estar do ser humano. Entretanto, outras atividades ligadas ao esporte, à música e à arte ou mesmo o programa de intervenção aqui nomeado “Pensando e Vivendo Emoções” têm caráter terapêutico. A atividade psicoterapêutica tem como característica o vínculo e a confiança entre os sujeitos envolvidos.

No último encontro do projeto de intervenção, foram colhidos os questionários de pós-intervenção (Apêndice F), que tiveram por objetivo investigar o processo de intervenção e possíveis transformações transcorridas. Nessa situação, os sujeitos foram convidados a participar de forma voluntária das entrevistas (Apêndice G). Assim, novo horário e local foi agendado para a realização das mesmas. Essas foram áudio-gravadas e, posteriormente, transcritas. Os questionários foram realizados a fim de verificar e contrapor as informações colhidas antes e depois da intervenção, de maneira que foi possível verificar se o processo de atividade grupal, com todas as propostas de autoconhecimento, relacionamento interpessoal e trabalho em grupo, incidem sobre a formação profissional, especificamente, no Serviço Social. Ademais, as entrevistas tiveram como finalidade buscar informações que os questionários não contemplam. Desse modo, elas foram realizadas com base em um roteiro, possibilitando maior flexibilidade e o surgimento de novas perguntas.

Conforme o percurso da pesquisa apresentado, sabemos que estagiários tanto do curso de Serviço Social, quanto de Direito compõem o grupo “Pensando e Vivendo Emoções”, por tal motivo as entrevistas e questionários foram aplicados a todos os participantes, entretanto somente os dados referentes aos estagiários do curso de Serviço Social foram analisados. Esse recorte na amostra justificou-se, em primeiro lugar, pelos objetivos propostos pela pesquisa, ademais, pelo caráter desse trabalho cujo objetivo é descortinar o processo de constituição das relações intersubjetivas na formação profissional a partir do estágio supervisionado em Serviço Social.

Mediante os dados coletados, realizamos o processo de análise de discurso, a fim de conhecer o lugar e papel da subjetividade no processo de formação profissional, sabendo-se que esta é aspecto da identidade que está em constantes transformação.

A compreensão do problema delineado conduziu-nos à sistematização de categorias. Dessa maneira, a leitura e análise interpretativa das entrevistas e questionários forneceu material rico e denso. A construção de categorias deu-se pela confrontação e aproximação de falas dos participantes. Foi realizado recorte dos discursos, anteriormente coletados, procurando cruzar as informações similares, ainda que parecessem desconexas.

Na medida em que as informações foram exploradas, foi possível associá-las entre si proporcionando a construção de uma cadeia de evidências acerca da relação intersubjetividade e formação profissional em Serviço Social.

Podemos afirmar que os instrumentos utilizados forneceram informações acerca das relações intersubjetivas entre os estagiários. Essas informações convergiram na elaboração de três categorias que explicam a constituição de sentidos subjetivos no processo de formação profissional.

O mergulho analítico permitiu a produção de interpretações e explicações acerca da constituição de sentidos subjetivos. Os significados apreendidos permitiram o alcance das seguintes categorias: “Centralidade da formação profissional”, “Relacionamento interpessoal e convivência com a diversidade” e “Desenvolvimento e crescimento pessoal”.

Na primeira categoria, demonstramos a importância da formação profissional no curso de vida do estagiário de Serviço Social e como este processo constitui novos sentidos subjetivos, relacionados à identidade pessoal (construção do eu) e a projetos de vida. Na segunda categoria, “Relacionamento interpessoal e convivência com a diversidade” apontamos como o processo educativo torna-se agente de transformação da realidade a partir da configuração de novas dinâmicas de relacionamentos e na escolha pela interdisciplinaridade. Ao final, discutimos o lócus da universidade como contexto de construção e percepção de características pessoais e singulares ao desenvolvimento individual e profissional do estagiário.

3.3 Conhecendo os participantes: cidadãos estagiários

Os sujeitos foram constituídos por 15 estagiários de Serviço Social, sendo 7 do período matutino e 8 vespertino, da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social. Todos os participantes desta pesquisa foram alunos do terceiro e quarto ano do curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp/Franca e estagiários do CJS. A participação na pesquisa foi voluntária e a

escolha da amostra deu-se pelo critério do curso de graduação, isto é, estagiários de Serviço Social, conforme pontuamos anteriormente.

Os estagiários apresentaram, no período da pesquisa, entre 20 e 26 anos: idade média dos universitários brasileiros (gráfico 1). O confronto entre a idade dos participantes e o ciclo de vida, revela que eles vivenciam período de transformação vinculado à passagem da adolescência à idade adulta.

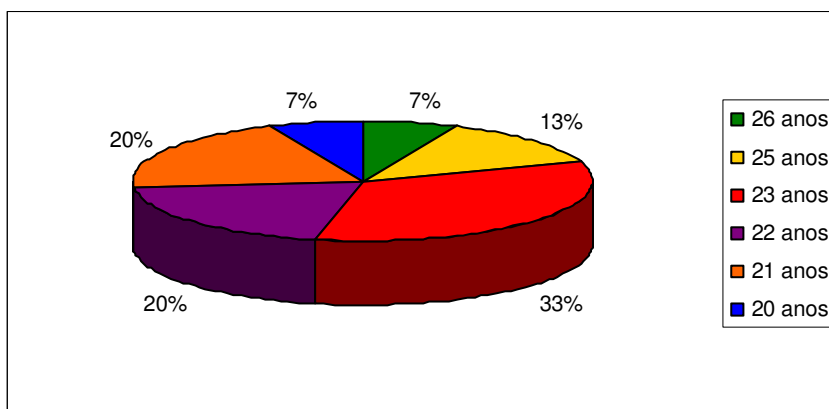


Gráfico 1: Idade dos participantes

Consideramos aqui os participantes como adultos jovens, embora haja dependência dos pais e familiares para manutenção financeira das próprias despesas²⁷. Essa categorização ocorre pelo exercício de deveres na condição de estudantes e estagiários. Sabemos que a dependência financeira não os exime das responsabilidades no cuidado de si próprios e na realização de obrigações pertinentes ao mundo do trabalho.

Essa análise é acrescida à interpretação do gráfico 2, ao demonstrar que apenas 20% dos participantes (3 estagiários) possuem atividade profissional remunerada, para compor e colaborar com a renda familiar.

²⁷ A independência financeira é um dos atuais critérios utilizados para definir o início da idade adulta. Nesse sentido, os indivíduos que atingiram essa autonomia seriam considerados adolescentes. Na realização dessa pesquisa categorizamos os participantes como adultos jovens, ainda que haja dependência financeira dos pais e/ou familiares.

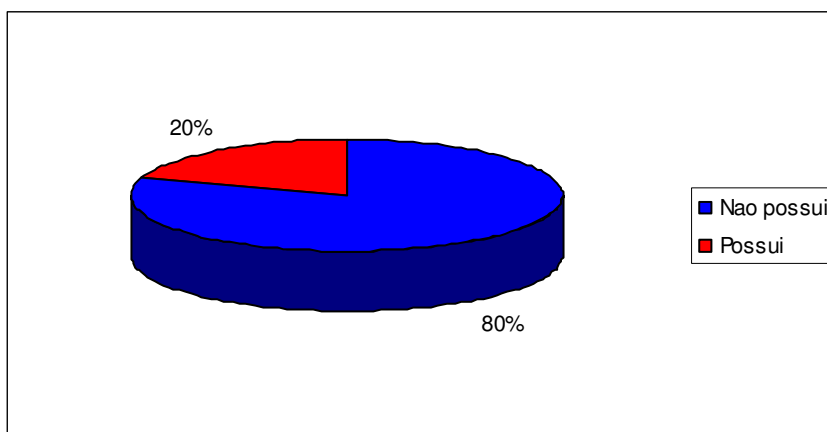


Gráfico 2: Participantes que realizavam atividade profissional

A amostra foi constituída por 93% estagiárias (14 estagiárias dentre os 15 sujeitos participantes) do sexo feminino, de acordo com gráfico 3. Dados os objetivos deste trabalho, optamos por não realizar discussão de gênero no contexto das relações intersubjetivas na formação profissional. A questão de gênero, porém, faz-se presente na historicidade do Serviço Social no caráter de profissão predominantemente feminina²⁸.

Percebemos, nessa pesquisa, que a maioria das participantes foi do gênero feminino, como indica o gráfico a seguir. Acreditamos que esse aspecto inferiu no processo de resignificação dos sentidos subjetivos, em contrapartida fazemos a ressalva de que além do único estagiário de Serviço Social do sexo masculino, estavam presentes no Programa de Intervenção “Pensando e Vivendo Emoções” outros estagiários do curso de Direito do sexo masculino – que não compõem a amostra dessa pesquisa.

²⁸ A compreensão acerca da temática gênero no Serviço Social pode ser apreendida por meio das seguintes referências “Aves raras na profissão” (BUENO, 2004); “Representação de classe, identidade de gênero? O caso das assistentes sociais” (SASSAKI, 1998).

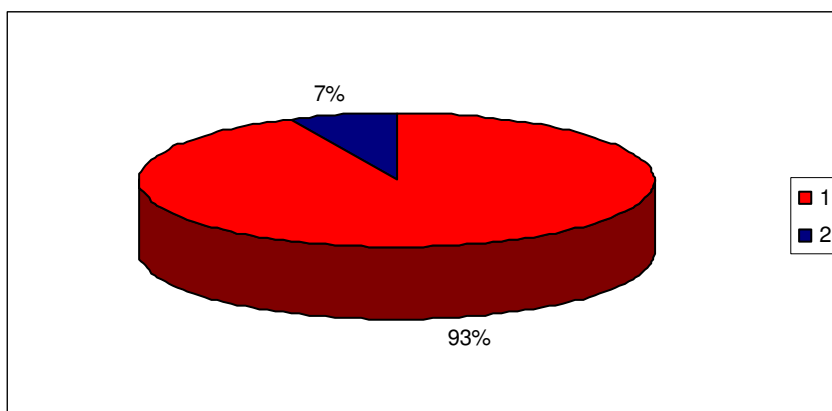


Gráfico 3: Sexo dos participantes

Os dados do questionário de pré-intervenção, apresentados no gráfico 4, mostram que 41% da amostra (6 estagiários) terminaram o Ensino Médio no ano de 2002, revelando rápida inserção temporal no Ensino Superior.

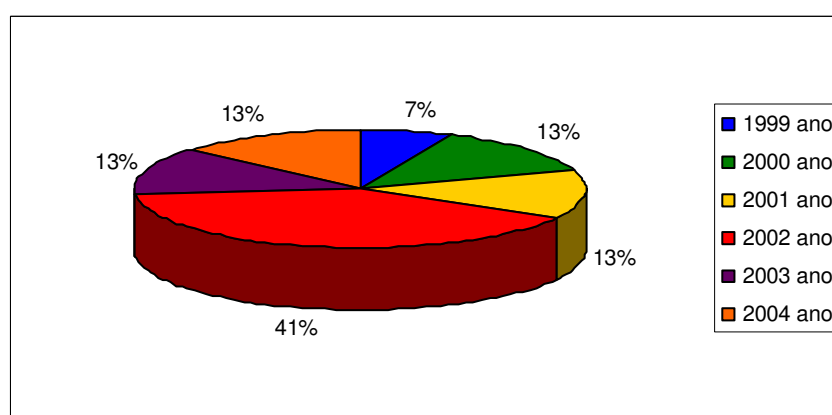


Gráfico 4: Ano de conclusão do Ensino Médio

Pela leitura do gráfico 5, avaliamos que metade dos participantes (40% - 6 estagiários) realizou curso preparatório para vestibular. Esses estagiários estiveram matriculados em curso pré-vestibular durante um a dois anos. Já a outra parcela, 47% dos participantes, não realizou essa modalidade de curso (7 estagiários).

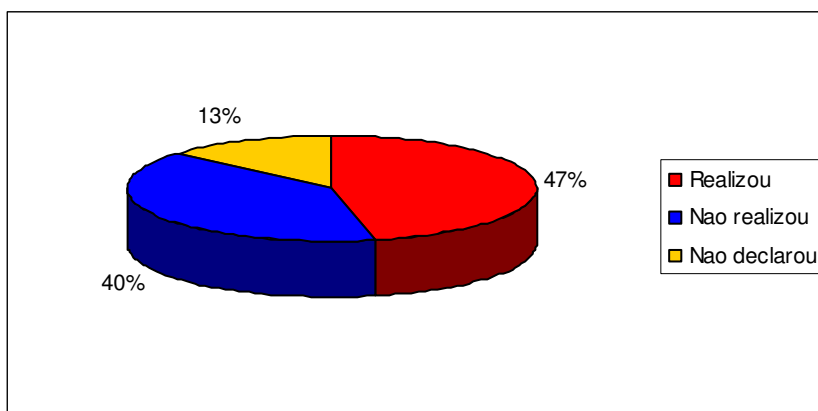


Gráfico 5: Realização de curso preparatório para vestibular

Os participantes realizavam estágio no Centro Jurídico Social há tempo superior a seis meses, sendo que 50% (7 estagiários), estavam na unidade há mais de seis meses, conforme gráfico 6. Esse dado revela que os estagiários, no decorrer desse trabalho, já conheciam as atividades profissionais, o funcionamento da instituição, os técnicos e demais profissionais. Pelo tempo de realização do estágio, podemos inferir, também que os estagiários apresentavam comprometimento e identificação com o trabalho realizado nessa unidade.

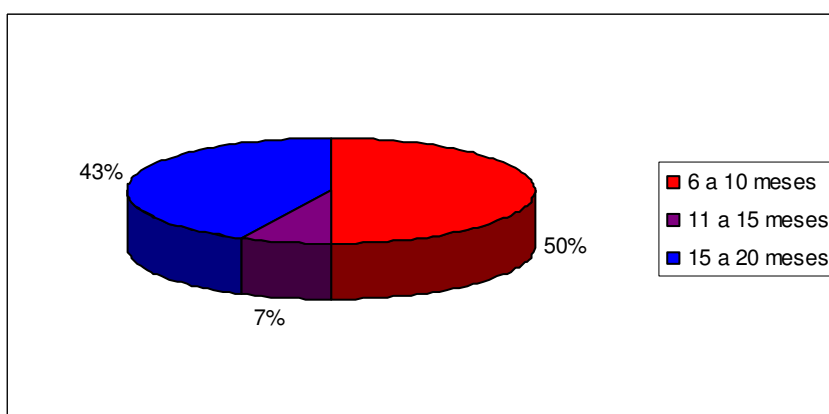


Gráfico 6: Tempo de estágio no CJS

Observamos assim que os participantes compõem grupo heterogêneo, com características diversificadas, exceto pela grande composição de participantes do sexo feminino.

Os dados mostram que a escolha em cursar Serviço Social está vinculada à realização pessoal. Características como o desejo de trabalhar e ajudar pessoas, a perspectiva de transformação social, a preocupação com a questão social e a realização de obras filantrópicas por meio de instituições religiosas foram aspectos relacionados à escolha profissional. Percebemos que grande parte dos sujeitos participantes estabelece relação entre a escolha profissional e a vida privada.

Enquanto características motivadoras dos sujeitos para realização de estágio no CJS, foram apresentadas: identificação com a área sociojurídica; vinculação com a prática / relação teoria e prática; proposta interdisciplinar, qualidade do estágio; possibilidade de aprendizado; quantidade de estagiários; contato com a realidade social francana; utilização de instrumentos do Serviço Social; facilidade de acesso ao estágio.

Na ótica dos estagiários, a unidade auxiliar CJS possui diferencial quanto aos aspectos relacionados à possibilidade de aprendizagem da profissão, já que há disponibilidade dos profissionais na realização das supervisões e realização concreta de práticas profissionais. Sabemos que os profissionais do CJS têm grande comprometimento com a supervisão de estágio, isso permite que o estagiário exercite ações profissionais e recorra ao profissional em quaisquer momentos dessa prática. Diferentemente do que acontece em outros campos de estágio, no CJS o estagiário é acompanhado em seu cotidiano e não apenas em horários agendados com o supervisor. Ademias, o estagiário não é mero observador ou tem sua função deslocada para outras práticas; ao contrário, os estagiários apontam que nessa unidade auxiliar operacionalizam práticas profissionais e a utilização de instrumentais do Serviço Social. Destacam, ainda, o número de estagiários e a temática abordada pelo CJS.

Quanto às dificuldades encontradas no campo de estágio foram verificadas: alta carga horária; sobrecarga de atividades; acompanhamento deficitário dos usuários até a “resolução” das queixas apresentadas; precariedade da atuação socioeducativa do assistente social; aplicação e materialização das teorias aprendidas; limites da intervenção profissional frente aos aspectos jurídicos; limites dos recursos materiais institucionais (transporte, sistema de telefonia); efetivação da interdisciplinaridade; dificuldade em organizar e articular as atividades acadêmicas (provas, pesquisas, aulas) às atividades de estágio.

Os sujeitos destacam as possibilidades de aprendizado profissional e pessoal. No que diz respeito ao primeiro quesito são salientados o processo de ensino-aprendizagem e a troca de saberes que se expressam por meio da supervisão profissional; possibilidade em aliar teoria e prática; ampliação de conhecimentos jurídicos; conhecimento ampliado da realidade social; autonomia nos atendimentos; trabalho direto com os usuários do serviço; possibilidade de participar de eventos científicos; aprendizado do trabalho em grupo e interdisciplinar.

Na compreensão dos estagiários, o CJS tem como característica primordial a qualidade da formação profissional que se efetiva pelos aspectos citados.

Em relação às aprendizagens pessoais, são destacados aspectos como o desenvolvimento das relações sociais (amizades, trocas de experiências), o amadurecimento e o respeito mútuo. Segundo os sujeitos participantes da pesquisa, há preocupação no CJS com o desenvolvimento integral do estagiário enquanto ser humano e isso se expressa, também, pela realização do grupo “Vivendo e Pensando Emoções”, que traz a possibilidade de reflexão.

Além dos dados apresentados, é de nosso conhecimento que muitos dos sujeitos participantes moram nas chamadas “repúblicas” – agrupamento de estudantes que residem juntos e partilham as despesas financeiras bem como as experiências pessoais -, sendo que são provenientes de outras cidades. Dessa forma, vivem longe da família de origem e têm, nos demais estudantes, o auxílio e companheirismo, nos diversos momentos de seu cotidiano.

3.4 Desvendando caminhos: pensando e vivendo emoções

É certo que o processo de formação profissional tem significativa importância na vida. Mais que momento de formação profissional, representa período singular de transformações que incidem nos designos da vida pessoal e profissional.

No decorrer da pesquisa, surgiram questões que puderam ser melhor explicadas pela formação categorial. As leituras e análise dos discursos transcritos,

possibilitaram a percepção de que a formação profissional ganha centralidade dentre as várias experiências vivenciais do estagiário. O processo de formação profissional, também, é contexto gerador de sentidos subjetivos atrelados ao relacionamento interpessoal decorrente do trabalho em equipe interdisciplinar, intimamente vinculados ao desenvolvimento de características individuais e pessoais.

Dessa maneira, os dados qualitativos levantados pela aplicação dos questionários de pré-intervenção e pós-intervenção, juntamente às entrevistas realizadas, culminaram na sistematização das categorias: 1) Centralidade da formação profissional, 2) Relacionamento interpessoal e convivência com a diversidade, e 3) Desenvolvimento e crescimento profissional. Dada a necessidade de poder apreender os sentidos subjetivos constituídos pela formação profissional, as categorias construídas mostraram-se úteis na explicação desse processo.

A construção dessas categorias foi intencional, elas foram formadas pela congruência de informação acerca da formação profissional em Serviço Social. Os discursos foram confrontados e aproximados, resultando em três categorias que podem ser compreendidas apenas na inter-relação. É certo afirmar que qualquer tentativa de compreendê-las de maneira separa e desconexa pode se tornar infértil, já que se referem ao processo de desconstrução de discursos para o entendimento dos objetivos aqui propostos. Sendo assim, as categorias apresentadas dizem respeito ao microcosmo, vinculadas ao todo mais amplo.

3.4.1 Categoria: Centralidade da formação profissional

Verificamos que a formação profissional tem centralidade na vida dos sujeitos participantes. A realização do curso de Serviço Social é o eixo central na vida de muitos estagiários e foi apontado como elemento que influencia as ações e atitudes dos mesmos.

Nesse sentido, o contexto da formação profissional pode ser referido como “divisor de águas”, já que é cenário fecundo para o reconhecimento de características pessoas importantes à prática profissional do Serviço Social. Compreendemos que a graduação é, assim, elemento constitutivo da identidade

pessoal e profissional dos estagiários, ou seja, a experiência no curso de Serviço Social, encontra-se no seio das demais experiências de vida.

“[...] sinto como se tudo ao meu redor tenha ficado estacionado por conta do curso [...]” (Vanuza)²⁹.

“[...] também por anseios, desejos e expectativas, minha formação profissional tem ocupado o ‘1º lugar’ na minha vida... fazendo com que se excetue família, namorado [...]” (Maria Isabela).

Queremos afirmar com isso que outros aspectos da vida ficam à mercê do curso universitário, é nesse lócus que se encontram as principais experiências do estudante.

Foram apresentados, também, como elementos tão importantes quanto a graduação, as experiências e vivências familiares e a religiosidade (fé em Deus). Nesse sentido, ao elencar os valores importantes para o curso de vida, os estagiários ressaltam o significado da família e da fé.

“Não quer dizer que ele não tenha importância (fazendo referência ao curso de graduação), mas Deus e minha família são as minhas prioridades.” (Puca).

“Não diria que é primordial, pois isto é mina família.” (Lavínia).

Percebemos aqui o contexto da formação profissional em Serviço Social como gerador de novos sentidos subjetivos, relacionados à construção do eu e aos projetos de vida.

“[...] imprescindível para a constituição do que sou, planos e projetos que tenho feito [...]” (Clara).

“[...] sem minha profissão nada serei e nada sou.” (Joaquim).

A importância da formação profissional traduz-se também em possibilidades vinculadas à ascensão profissional e financeira. Os estagiários acreditam que, por meio da graduação, conseguirão melhores oportunidades de trabalho, especialmente quando comparados aos familiares, já que muitos são os pioneiros na obtenção de diploma universitário. Demonstram, ainda, que a

²⁹ Conforme apresentamos na introdução deste trabalho, os nomes aqui citados são na verdade pseudônimos escolhidos pelos próprios sujeitos participantes.

realização do curso de Serviço Social poderá conduzi-los a prósperas condições de vida material, não somente de si próprios, mas também da família na qual se encontram.

“O ‘curso’ deverá me proporcionar a melhoria da situação financeira da minha família.” (Alice).

“[...] mesmo porque faço um curso que gosto e deposito minhas expectativas futuras nele (expectativas de trabalho, realização pessoal e profissional).” (Anara).

Nesses trechos podemos observar que a formação profissional representa muito mais que o acesso à educação e o acúmulo de conhecimento, perfaz também na possibilidade junto ao mercado de trabalho. A representação da universidade traz consigo a transformação na maneira de ser e estar no mundo e encontra-se vinculada à constituição de nova *persona*, bem como de novos ideais de vida. Vivenciar a formação profissional acarreta, assim, maneira diferente de sentir-se como pessoa.

“Passei a rever e me questionar sobre determinadas atitudes que não considerava agradável, que me incomodava e hoje consigo pensar e começar a agir numa outra direção.” (Kel).

“[...] consegui me permitir demonstrar minhas fraquezas.” (Lavínia).

“[...] quebrei barreiras e preconceitos. Passei a ver as coisas não apenas do meu jeito ou presa no meu egoísmo, mas também pela opinião alheia.” (Maria Isabela).

Sabemos que a educação no Ensino Superior, enquanto dimensão da vida individual e coletiva, almeja que o estudante seja capaz de assimilar, reproduzir e reinterpretar dado modo de existir, mas também alcance certa evolução das qualidades intelectuais, morais, éticas, sociais e psicológicas. Tendo como base as falas dos participantes podemos, portanto, salientar que o processo educativo que considera as questões objetivas cumpre com o objetivo de transformar a realidade e configurar novos horizontes, já que emerge espaços para o questionamento de si próprio e do papel que deve ter e do lugar que deve ocupar.

“[...] repensar minhas atitudes em relação a mim mesma e aos meus colegas pois às vezes eu sou muito espontânea e falo ‘sem pensar’.” (Eduarda).

“[...] houve o momento em que parei para olhar como eu ‘julgava’ os meus companheiros de estágio; foi um momento muito bom pois eu pude retirar barreiras que talvez impedissem uma maior aproximação entre nós estagiários. Há porém ainda algumas dificuldades de relacionamento.” (Clara).

“[...] através da motivação ao autoconhecimento, principalmente, eu pude avaliar posturas, inclusive pessoais, na república, com a família, amigos, etc... O autoconhecimento foi a porta de entrada para mudanças.” (Solange).

Quando criamos um espaço para as questões subjetivas serem discutidas, o estágio supervisionado, no contexto da formação profissional em Serviço Social, pode contribuir não somente para o desenvolvimento de características técnicas, metodológicas e operacionais, mas também para a construção de sentidos subjetivos e vinculados ao desenvolvimento pessoal.

Sabemos que a educação é processo dialético que contém elementos subjetivos e objetivos, entretanto a universidade prioriza os aspectos da racionalidade e intelectualidade. No contexto em que a subjetividade do estagiário é valorizada, novos caminhos podem ser delineados, pois o processo de desenvolvimento torna-se completo e integral.

“[...] eu tô num local (*referindo-se à academia*) onde emoções não se falam, é tudo racional, de repente uma proposta que eu nunca vi aqui pelo menos, que pra mim chamou muito a atenção, porque a subjetividade ta presente em todo momento na minha vida [...].
[...] a faculdade não te permite colocar o que você está sentindo, o que você ta pensando, às vezes tem que ser aquilo que eles querem, aquilo que eles pensam e se fugir daquilo, não ta certo, não é legal e chega um momento, pelo menos na minha vida assim eu sou muito alegre, gosto de colocar as coisas tudo, chega um momento que você vai se sentindo sufocada, você não tem espaço, você não encontra uma saída, pelo menos não conseguia ver e o grupo permitiu isso, nossa tem um espaço, tem um momento pra colocar, que dá pra gente expor alguma coisa que ta sentindo, que ta pensando, porque todo esse tempo, pelo menos o primeiro e segundo ano de faculdade a gente não teve essa oportunidade, de repente nossa, tem como colocar sim, uma oportunidade e é muito rico.” (Kel)

O estagiário se reconhece na sua totalidade, percebe as várias facetas de sua vida contempladas, conseguindo romper com a dualidade das dimensões

subjetivas e objetivas. No contexto do estágio supervisionado, conteúdos emocionais, assim como valores e crenças, são reeditados e reelaborados ganhando novos significados.

Esse processo de ressignificação só é possível com a intermediação do outro. Nos contextos interativos as historicidades dos sujeitos são confrontadas e nasce a possibilidade da vivência compartilhada. Nesse contingente de identidades, no antagonismo de pensamentos e sentimentos, as transformações se fazem presentes.

Para contextualizar o cenário de sua vida, o estagiário, como observamos no recorte que se segue, demonstra as árduas exigências do universo acadêmico e o sofrimento, que muitas vezes acarreta aos estudantes. As comunicações intersubjetivas desenvolvidas no rol dessa pesquisa tornaram-se aliadas na ressignificação de experiências e na tomada de decisão, que visam o equilíbrio.

“No ambiente de quarto ano, mostrando um pouco do cenário do quarto ano, é a expectativa de conseguir um emprego, o medo do desemprego, o curso, preparação de currículo, a pressão do TCC, o TCC no serviço social tem um peso muito grande, tem em todas as graduações, mas a importância que é conferida no Serviço Social é imensa, então todo mundo se dedica muito, particularmente comigo, eu tinha todos os dias da semana lotados, assim, então eu só fiz meu TCC a noite e de madrugada, e final de semana, e vendo todo mundo na sala chorando, e tomando calmante, e ‘eu tô com gastrite, eu tô passando mal, o médico mandou eu descansar’, então o ambiente que eu vivi, este cenário aí pintado de quarto ano, não era um cenário que estimulava a reflexão, por mim sozinha, seguramente eu posso falar isso, eu não pararia para refletir sobre as coisas eu não pararia para, como eu falei, refletir no contexto, refletir no processo é muito bom, enriquecedor é e eu reconheço isso, só que eu não faria isso este ano, eu não criaria este espaço pra mim, sozinha, e aí o grupo foi, proporcionou isso, e foi muito enriquecedor, foi muito, contribuiu pra minha história de vida pessoal. (Clara).

As relações intersubjetivas constituem saberes cognitivos, contemplando os objetivos da educação. Essa apropriação acontece pela interação entre os sujeitos e constitui-se em formas importantes ao desenvolvimento do ser humano, vinculando os fatores socioculturais e as condições internas dos indivíduos.

Na vivência dessa experiência – poder viver, falar, pensar e refletir sobre a própria subjetividade – os estagiários pontuam que muitos são os benefícios

e ganhos no processo de formação. Esse cenário propiciou a aproximação e o estabelecimento de vínculos entre os estagiários-sujeitos participantes, já que ao se conhecerem e ao outro, puderam verificar experiências pessoais que os aproximam e os diferenciam. Percebemos aqui como o olhar do outro é importante e imprescindível para a constituição do sujeito.

A singularidade dessa experiência emocional cria condições para a construção e a percepção de características pessoais importantes para o desenvolvimento individual e profissional do estagiário. Observamos aqui o papel da formação profissional enquanto locus de novas formações psicológicas, nesse processo em que novas situações sociais se convertem em experiências intersubjetivas.

“[...] foi possível conhecer melhor as pessoas com quem convivemos no estágio e descobrir que elas são tão humanas, frágeis, sensíveis quanto eu. Isso é muito importante para mim pois, às vezes, parece que só eu tenho problemas, só eu soffro.” (Puca).

O rebatimento dessa tessitura emocional também ressoa na criação de novo contexto grupal e social, marcado pelo surgimento de confiança e segurança entre os parceiros de estágio:

“[...] o relacionamento com os demais estagiários (direito), houve aproximação entre nós”. (Joaquim)

“Me fez sentir mais segura quanto aos meus sentimentos e meu jeito de ser.” (Anara)

“O que mais me agradou neste grupo foi o desvendamento do eu e do outro, assim como a proximidade entre os integrantes.” (Vanuza).

Ora, percebemos como as dimensões intersubjetivas e sociais estão profundamente entrelaçadas, não podendo ser concebidas de maneira diferente. A relação entre o universal e o singular, o cognitivo e o emocional, o objetivo e o subjetivo é delineada pelas transformações no mundo interior que congregam o mundo exterior e vice-versa.

Apreendemos, ainda, o significado do autoconhecimento no processo de construção de subjetividade, não somente como maneira do estagiário perceber-

se e desvendar-se, mas como possibilidade de autoconstrução e ressignificação do homem pelo homem.

O relato dos participantes revelou que eles percebem a importância e o significado das emoções no contexto profissional, trazendo a possibilidade de constituir o homem como ser integral, partindo da postura de rever atitudes e comportamentos e ressignificá-los.

3.4.2 Categoria: Relacionamento interpessoal e convivência com a diversidade

É certo que o contexto da universidade, do local de estágio e da vida de maneira geral, é concebido pela diversidade. A diversidade e o pluralismo são marcas do processo educativo, especialmente da formação profissional em Serviço Social. Dessa forma, lidar com as diferenças, sejam elas políticas, sociais, ideológicas, entre outras, é tarefa esperada.

A pesquisa demonstrou que, ao congregarmos um espaço para a reflexão, as diferenças podem ser repensadas, como percebemos nas falas dos participantes:

“[...] creio que temos mais liberdade em conversar sobre diferentes assuntos.” (Joaquim)

“[...] auxilia a manutenção do diálogo e quebra barreiras de relacionamento.” (Alice)

“[...] o fortalecimento de vínculos de amizade, o respeito e identificação com a linguagem e posicionamento adotado.” (Eduarda)

“Compreensão, aceitação e outras. [...] possibilitou uma aproximação que antes não era possível e isso contribui em todos os sentidos seja no relacionamento pessoal e/ou profissional [...]” (Maria Isabela).

O relacionamento interpessoal foi desenvolvido, segundo os participantes, em virtude do maior diálogo, do respeito à diversidade, à postura em rever pré-julgamentos e superá-los. No desenvolvimento de novos comportamentos

frente às demais pessoas, houve o fortalecimento de vínculos e da liberdade entre os mesmos.

A convivência com a diversidade permite espaço para maior valorização social e dos sujeitos enquanto grupo. Como elemento necessário à vida moderna, o desenvolvimento da tolerância e respeito à diferença foram desenvolvidos.

Como marca importante desse contexto, destacamos o diálogo interdisciplinar. Na experiência do mundo compartilhado, o estagiário aprende a importância do papel do outro no seu crescimento e desenvolvimento.

“[...] mas eu senti que muita coisa mudou, eu tava pensando em uma maneira de trabalhar melhor a questão da interdisciplinaridade porque as vezes ela (*se referindo à outra estagiária*) não entendia o que eu fazia, eu não entendia o que ela fazia, e a gente não conseguia chegar num trabalho em comum realmente interdisciplinar, eu nem sabia se um dia eu ia conseguir chegar a isso, então eu tava procurando uma forma e aí as dinâmicas das oficinas fizeram ela ver isso, teve uma mudança [...]” (Solange).

“[...] inclusive têm alguns estagiários aqui que, nossa, tiveram uma transformação assim absurda, que chega pro companheiro de estágio e fala ‘vem fazer esta petição comigo que eu preciso da sua ajuda, quero saber o que você pensa’ e faz questão de participar também da, do momento de fazer o relatório social. Então eu acho que a partir do momento que há essa integração, a proposta de interdisciplinaridade acaba sendo realmente efetivada, então eu acredito que o grupo ajudou nisso, é, você realmente entender o que é o trabalho em grupo, não é só ‘eu tô fazendo o meu, você vai fazer o seu e depois a gente junta tudo e vê o que dá’, é você trabalhar junto mesmo, é compartilhar conhecimento, aquilo que você não consegue fazer o outro vai lá e te ajuda a fazer.” (Puca).

A busca pelo conhecimento, de forma autônoma e totalizante, dá-se pela necessidade de olhares diferenciados para o mesmo objeto. O estagiário reconhece na interdisciplinaridade, efetivada nas trocas, no diálogo e nos encontros a potencialidade para criação de algo novo. O trabalho interdisciplinar mostra-se assim como escolha, pessoal e individual, além de instrumento para a concretização de seu trabalho,

“[...] mas a experiência aqui de trabalho interdisciplinar, que eu não tinha tido nos outros estágios, né, eu fiz outros dois estágios, foi única porque eu vivi isso no cotidiano, na prática, não era uma coisa, é minha opção estar com alguém do direito, refletindo, conversando

alguma coisa, problematizando um tema, não, não é só minha opção, é minha opção e meu dever enquanto estagiária.” (Clara).

Neste sentido, o campo de estágio supervisionado configurou-se como espaço dialógico, no qual a interação e as trocas foram características constantes tanto entre os estagiários participantes quanto entre outros sujeitos relacionados ao contexto de estágio.

Dentre esses aspectos, verificamos que o processo educativo que contempla a dimensão intersubjetiva propicia ao estagiário reconhecer o outro como sujeito singular, superando as diferenças e conduzindo ao diálogo. Essa concepção não significa que houve a supressão de diferenças ou o constante acordo mútuo; ao contrário, os participantes conseguiram reconhecer o outro como sujeito diferente do eu, mas isso permitiu percebê-los como sujeitos singulares e desenvolver o sentimento de companheirismo:

“[...] possibilitou perceber e entender os companheiros, entender determinados comportamentos e a nossa própria maneira de agir.” (Kel).

“[...] possibilitou expressar posicionamentos a me relacionar com os demais estagiários de uma forma mais aberta.” (Rebecca).

Alguns participantes acreditaram que as possibilidades comunicativas se estenderam ao relacionamento com supervisores de estágio, como observamos nos seguintes relatos:

“[...] principalmente no acesso para tirar dúvidas, pois o grupo, e transmitia respeito às diferenças e a horizontalidade no relacionar-se.” (Lavínia).

“[...] possibilitou visões e entendimento do outro nunca antes pensado. O relacionamento com os supervisores teve uma alteração pois enxerguei que o profissional também tem o seu lado pessoal/emocional.” (Kel).

“[...] sempre tive relacionamento muito aberto com a minha supervisora mas a forma de relacionamento cresceu a partir do momento que eu comecei a me repensar enquanto pessoa-profissional.” (Eduarda).

Mesmo diante da heterogeneidade de pensamentos, a aproximação entre estagiários e supervisores, educandos e educadores, se faz imprescindível para a garantia de aprendizagens de cunho qualitativo. Acreditamos que a

aprendizagem não é unilateral, assim, o estabelecimento de vínculos entre os sujeitos do processo educativo é condição necessária para o desenvolvimento integral do estudante, demandando ações pró-ativas e boa convivência.

Como contraponto, alguns estagiários ressaltaram haver pouca ou nenhuma alteração no relacionamento com os supervisores. Nesse contexto, observamos um elemento importante, dentre essas pontuações, alguns estagiários julgavam já ter bom convívio com os demais atores desse cenário.

A atuação dos estagiários junto aos usuários do CJS também sofreu transformações. Dessa forma, o relacionamento entre estagiário e usuário foi reconstituído devido à possibilidade de reflexão acerca de tal relação. Os estagiários apontaram haver tido ganho nesta relação, como observamos:

“Então eu acredito que isso me fortalece, pra saber os meus limites e dentro desses limites, como eu devo proceder com o usuário, né.” (Alice).

“Eu acredito que faz a gente refletir sobre tudo o que a gente espera. Da profissão, da vida, em relação aos usuários, eu acredito que melhora muito a nossa atuação dentro do CJS porque eu já me vi em situações, como eu mesmo disse, de não saber o que fazer com o usuário e agora eu tento me orientar (...) eu sei até onde eu posso trabalhar com ele, e que eu dou conta de trabalhar, desenvolver esse trabalho dentro do serviço social. Então eu acho que é a questão da reflexão mesmo, do trabalho em grupo, do trabalho interdisciplinar, do respeito ao outro.” (Vanuza).

Aspectos relacionados à segurança frente à atuação profissional, ao respeito, à criatividade foram desenvolvidos, possibilitando salto qualitativo no processo de formação profissional. Percebemos aqui que as constituições intersubjetivas expressas na atividade do estagiário configuram nova realidade, atividade esta geradora de processos criativos. A maneira como o estagiário se coloca frente à realidade objetiva permite que ele reflita e compreenda os engendramentos da trama social.

3.4.3 Categoria: Desenvolvimento e crescimento pessoal

É certo que o homem é produtor da história e tem capacidade para fazer escolhas e conduzir sua vida. Entretanto, para que isso ocorra de maneira consciente, faz-se necessário compreender os determinismos que incidem sobre a vida. Nesse sentido, a autonomia e a iniciativa são características essenciais à emancipação humana. A realidade concreta é conhecida, também, a partir da emocionalidade.

O desenvolvimento de características pessoais é importante para que o estagiário seja capaz de orientar sua história de vida, por meio de escolhas pensadas e refletidas. Nos trechos que se seguem, verificamos que os estagiários, ao vivenciarem experiências compartilhadas, desenvolvem a autoconfiança, fundamental à capacitação profissional:

“[...] acredito que minha autoconfiança aumentou e me deu impulso no desempenho acadêmico. Meus ideais foram clarificados pela reflexão pessoal, o que me deu forças para lutar pelo que acredito.” (Carla).

“[...] passei a me sentir mais segura, descobri minhas possibilidades e potenciais. Aprendi a me posicionar de forma diferente, de forma mais segura.” (Sofia).

“Noto que meus posicionamentos levam em conta argumentos muito mais humanos; consigo argumentar com base nas minhas ‘angústias emocionais’. Além disso, esse fator (o emocional) tem tomado mais a minha atenção quanto ao cotidiano profissional.” (Solange).

Considerando os aspectos emocionais e subjetivos no seu cotidiano, seja nas vivências pessoais ou profissionais, o estagiário busca a superação da visão dicotômica em relação ao homem (si próprio) e ao mundo. Sujeito ativo e transformador, o estagiário é capaz de desenvolver repertório de habilidades importantes no relacionamento com outros sujeitos.

O desenvolvimento da autoconfiança não é fruto de condicionamentos, mas produto de processo de conhecimento e reflexão sobre as próprias capacidades. Na relação intersubjetiva com o outro, o sujeito descobre-se capaz de

pensar, decidir e criar, bem como gera significados e sentidos dentro do seu contexto de vida.

A relação dialética se faz presente na intersecção entre a história de vida do estagiário, a história dos outros sujeitos e a história da sociedade. Ao realizar as próprias escolhas, o estagiário interfere na construção da trama social. É nesse contexto que ele rompe com padrões e inaugura sua condição de agente transformador.

“Passei a me permitir sonhar.” (Sofia).

Na fala desse participante, constatamos como as condições sociais, culturais, ideológicas, políticas, formam os sentidos subjetivos e como estas mesmas condições transformam a composição do universo interior, da subjetividade humana. Pela plasticidade e maleabilidade, essas mudanças ocorrem criando novo cenário emocional que interfere diretamente na capacidade de produzir.

“[...] eu tentava esconder o quanto sou sentimental e o quanto isso me fazia sentir fraca. Com as reuniões passei a ser eu mesma sem me preocupar com isso e aprendi que ser sensível não é ser fraca.” (Anara).

O intercâmbio entre participantes interfere no modo de expressão no contexto social, provocando o enfrentamento de maneira crítica e propositiva, assim, é na mediação do outro que o eu toma forma no mundo.

Julgamos importante destacar o desenvolvimento da auto-avaliação de maneira constante e contínua no decorrer do processo de aprendizagem. É certo que o estágio tem como estratégia o desenvolvimento de questionamentos e avaliações; sendo assim, a habilidade em examinar e rever posturas, idéias, conceitos, pensamentos, valores e crenças faz-se pertinente e conduz à autonomia intelectual.

“[...] acho que isto é muito enriquecedor, muito próprio de uma coisa que a gente estuda durante todo curso de Serviço Social, se avaliar durante o processo, não esperar ele acabar pra depois poder fazer um balanço, não esperar tudo acontecer pra depois eu ponderar o que foi válido, o que poderia ter melhorado, o como que eu reagi diante daquilo, mas no meio daquilo que eu to vivendo, refletir, pensar, discutir, ponderar algumas coisas, e eu acho que este

espaço, como eu disse muito peculiar, dentro de um campo de estágio [...]

[...] a reflexão mexe muito com a gente, né, principalmente quando é conosco, assim, é tudo refletindo sobre mim, sobre minha vida, sobre minha posição, as minhas percepções em relação a algumas coisas e refletir isso com outras pessoas, mas isso não se limitou ao espaço do CJS, foi pra além dos muros do (*risos*), da UNESP, assim, é claramente, assim na, meu relacionamento, pensar por exemplo, pensei meu relacionamento com a minha família, pensei meu relacionamento com as pessoas que moram comigo, moro com mais duas meninas, é relacionamento com namorado, com amigos, aqui a rede de amigos da faculdade, as pessoas que eu convivo diariamente, mas pensar também, eu acho que o que mais, o que foi mais forte pra mim assim, nessas reuniões, foi a Clara em relação a, em relação a, nessa coisa, essa eminência que está se formando, qual vai ser minha postura daqui pra frente, não só minha postura profissional, a minha ética profissional, o que eu vou, como eu vou agir, é, porque meios que eu vou intervir, onde é que vai ser, só se imaginar, ai de se eu tiver na tal instituição eu vou agir assim, se eu tiver em tal lugar eu vou agir assim, mas de refletir assim coisas da minha personalidade mesmo, das minhas percepções, muita coisa assim que pra mim, tava muito nas entrelinhas ainda e neste espaço eu pude refletir coisas que eu fui [...]" (Clara).

"Desenvolvi melhor o ato de me auto-avaliar. Reconheci a importância de fazer isso constantemente para melhorar sua relação consigo mesmo e com as pessoas com quem convivemos." (Maria Isabela).

Acreditamos que a intersubjetividade advinda do processo educacional, no decorrer da formação em Serviço Social, não se detém só ao espaço institucional. Os benefícios e ganhos advindos dos sentidos subjetivos constituídos rompem com os muros da universidade e se expandem para vários contextos de vida, nos mais diversificados relacionamentos.

"[...] eu passei a ver a importância mesmo de você não ser tão individualista, porque eu, pelo menos da minha família, eu tenho muito esta característica, estar mais na minha, não compartilhar as coisas com os outros, não ficar muito próximo, não fazer as coisas juntos, e eu penso que depois dessas dinâmicas, de trabalhar essa importância, de você trabalhar em grupo e viver em grupo, isso me ajudou muito a relacionar com os meus irmãos, com os meus pais, com o meu namorado, "tadinho", que às vezes eu sou muito assim na minha, não gosto que se intrometam. Eu não sei, eu penso que fiquei mais aberta." (Puca).

No que se refere à intersubjetividade no contexto da formação profissional em Serviço Social, podemos dizer: 1) é elemento integrador das

dimensões subjetivas e objetivas, superando o modelo da fragmentação da educação; 2) acarreta salto qualitativo no processo educativo, já que propicia o desenvolvimento de características importantes ao desenvolvimento integral do ser humano; 3) há evolução na qualidade do relacionamento entre os sujeitos envolvidos no processo educativo; 4) possibilita a tessitura de sentidos subjetivos no contexto de aprendizagens; 5) permite ao estudante reconhecer-se em sua singularidade e complexidade, favorecendo sua formação integral.

A sistematização de categorias, revela-nos as transformações subjetivas advindas das relações intersubjetivas presentes no cenário da formação profissional. Fica evidente, em nossa compreensão, que tais mudanças incidem e rebatem de formas diversificadas em cada estagiário e não podem ser apreendidas como estáticas.

É certo, contudo, assinalar que apreender o estagiário em sua totalidade demonstra-se como ação criativa e diminui as barreiras para a concretização do processo educativo que contemplamos. Destacamos, assim, que com esse trabalho encontramos concretamente a possibilidade de estabelecer vinculação entre a formação profissional e a intersubjetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não, o melhor é não falares, não explicares coisa alguma.
Tudo agora está suspenso. Nada agüenta mais nada
E sabe Deus o que é que desencadeia as catástrofes,
o que é que derruba um castelo de cartas? Não se sabe...
Umaz vezes passa uma avalanche e não morre uma mosca.
Outras vezes senta uma mosca e desaba uma cidade.*

Mário Quintana

Esse estudo teve por objetivo conhecer os mecanismos pelos quais o sujeito (re)constitui sentidos subjetivos, partindo da compreensão das relações intersubjetivas, no processo de formação profissional. Buscamos assim, compreender a tessitura subjetiva do sujeito enquanto estagiário de Serviço Social da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social – Unesp/Franca, sabendo-se que a subjetividade é aspecto da identidade que está sempre em constantes transformações e evolução.

O processo de construção de informações, originado na pesquisa bibliográfica e documental e culminado na aplicação de questionários e realização de entrevistas, possibilitou compreender que o lócus da formação profissional em Serviço Social é espaço gerador de subjetividades. Nesse sentido, podemos afirmar que o processo educativo no Ensino Superior pode, sim, ser contexto que integra as dimensões subjetivas e objetivas, buscando a superação do modelo dicotômico de educação.

A educação é processo voltado à formação de qualidades humanas e, em conformidade com as discussões apresentadas no primeiro capítulo, essas qualidades visam o desenvolvimento da sociedade por meio do desenvolvimento da solidariedade. A pesquisa demonstrou a potencialidade da educação como aparelho de promoção humana, já que pelo estágio é possível superar formas de egoísmo e individualismo em direção à convivência interdisciplinar.

Temos, então, na Educação Superior possibilidade de desenvolver aprendizagens, mas não somente isso. A educação torna-se instrumento de desenvolvimento integral do ser humano nas suas diversas facetas. Dessa forma, esse trabalho demonstrou ser possível haver um salto qualitativo no processo de

formação, pela engendramento das questões subjetivas e objetivas. Essa inter-relação mostrou-se como diferencial no desenvolvimento de características interpessoais importantes à identidade do futuro assistente social.

A centralidade da formação profissional, no curso de vida do estagiário de Serviço Social do CJS é categoria presente na percepção dos mesmos. Essa etapa educacional carrega consigo a capacidade de (re)constituir aspectos do eu, vinculados à maneira de ser e estar no mundo. Ao congregarem as dimensões objetiva e subjetiva, a formação profissional permite que o estagiário sinta-se de maneira diferente, acarretando a construção de nova identidade e novos projetos de vida, intimamente ligados ao Serviço Social.

Nesse momento, o processo educativo cumpre com o papel de auxiliar o sujeito do conhecimento a compreender a realidade, a história e a vida, buscando suplantar as contradições existentes em busca da conscientização.

Esse processo de produção de subjetividades efetiva-se pelas relações intersubjetivas, que podem ser compreendidas pelo campo de experiências entre o sujeito e o outro. Nesse constante movimento de produção e reprodução da vida social, motivada também pelas interações entre idéias, emoções, valores, palavras, a presença do outro se faz imprescindível para o estagiário reconhecer-se como ser histórico. Na reflexão das experiências vivenciadas, o sujeito percebe-se criticamente, encontrando espaços para ressignificar essas experiências.

Percebemos aqui o papel do meio social e cultural na transformação e ressignificação do mundo interior, na construção da individualidade. Na atividade de expressão de sentimentos e emoções, o estagiário pode visualizar-se como ser complexo. A realidade concreta permite a formação de sentidos subjetivos complexos, que ganham significado na relação dialética e histórica com a sociedade.

Nesse processo, o estagiário reconhece a si próprio como ser único, inserido no contexto social, porém, percebe diferente dos demais elementos que compõem a sociedade. Na intersecção entre o social e a subjetividade, o estagiário encontra as determinações presentes na cultura, assim como distingue a possibilidade de traçar escolhas. São essas escolhas que colocam o estagiário em posição ativa frente ao mundo e o conduzem a construir significados e sentidos necessários aos processos de mudança.

As transformações no universo psicológico são possíveis pela interação contínua e ininterrupta com a esfera social. É, no estabelecimento de

relações, de vínculos, na percepção do outro como ser diferente, ou seja, é no campo social que novo cenário emocional é tecido.

Destacamos a importância da diversidade e da pluralidade como contextos geradores de trocas. As diferenças de cunho político, social, ideológico, dentro outras, puderam fomentar o diálogo e as experiências compartilhadas. O respeito à diversidade e a habilidade em rever pré-julgamentos e pré-concepções foi desenvolvido pela possibilidade do diálogo, que culminou no fortalecimento de vínculos e na liberdade entre os estagiários.

Nesse sentido, percebemos o processo de formação em Serviço Social como construtor de alicerces para o desenvolvimento da interdisciplinaridade. A relação interdisciplinar se faz presente na medida em que o estagiário percebe a importância do outro na construção do conhecimento. Os estagiários reconheceram o trabalho interdisciplinar como escolha pessoal e individual, que acarreta ganhos para todos os sujeitos envolvidos nessa trama.

A reflexão acerca do próprio cotidiano de vida conduz o estagiário ao autoconhecimento e impulsiona o desenvolvimento de um repertório de habilidades importantes à atuação profissional, como a autoconfiança, a flexibilidade e tolerância, a postura crítica e propositiva, e a auto-avaliação.

A relevância da interação eu-outro-realidade firmou-se na caracterização da formação profissional em Serviço Social como espaço vivo, no qual trocas são firmadas, pensamentos são construídos e reconstruídos, a compreensão de si mesmo é desenvolvida e novas potencialidade na esfera pessoal e profissional são traçados.

É certo que os ganhos advindos da reflexão e da habilidade em “olhar” os aspectos da emocionalidade no processo de formação em Serviço Social não se detêm apenas a essa experiência. Conforme as informações coletadas por esse trabalho, o desenvolvimento e crescimento pessoal do estagiário transcendem os muros da universidade e acompanham-no nas diversas esferas de sua vida, como na família, no namoro, entre amigos e na sociedade.

A pesquisa revelou, portanto, que os mecanismos de significação e ressignificação subjetivas implicam na existência de espaço que propicie o encontro e a reflexão. Esse espaço necessita considerar o sujeito em sua singularidade, mesmo estando em processo social. A criação de oportunidades no processo de formação profissional que provoquem as trocas de experiências e exercitem a

comunicação mostram-se muitos férteis para o desenvolvimento do sujeito. A qualidade desses processos comunicativos, presente nas relações intersubjetivas, interferem no relacionamento entre os sujeitos e efetiva a educação ancorada nos valores da liberdade e autonomia, conduzindo o sujeito do conhecimento à emancipação.

É certo que o desenvolvimento do ser humano não cessa, não é finito. Possibilidades se multiplicam no surgimento de relações intersubjetivas e no desenrolar das tramas sociais, por isso, cremos que esse é apenas um recorte que contempla as infinitas transformações do homem e da sociedade.

Sendo assim, que venham novos desafios, que possamos realizar novas travessias!

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). **Cadernos ABESS**. Formação profissional: trajetos e desafios. São Paulo, n. 7, ed. esp. 1997. 168 p.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Reflexões a partir da Psicologia Sócio-histórica sobre a categoria consciência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 125-142, jul. 2000.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves de. **Pensar e repensar a formação profissional**: a experiência do curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – Franca. 2007. 197f. Tese (Livre-docência) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

ARANTES, Valéria Amorim. (Org.). **Afetividade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2003.

BASSO, Guilherme Mastrichi. **Notificação Recomendatória 741/2002**. Disponível em: <<http://www.prg.unicamp.br/IIIENE/notificacao7412002.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2008.

BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva. Formação. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. (Org.) **Interdisciplinaridade**: um dicionário em construção. São Paulo: Cortez, 2001.

BISNETO, José Augusto. Abordagens Psicossociais Baseadas no Marxismo: novas contribuições. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2006, Recife. **Anais** Recife: ABEPSS, 2006. v. 1. p. 1-7.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. (Org.). **Psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. et al. Sílvia Lane e o projeto do “compromisso social da psicologia”. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, n. 19, ed. esp., p. 46-56, 2007b.

BRASIL. **Decreto 2.080, de 26 de novembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/sta/indice%20estagios%20decreto%202080%2096.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2008.

_____. **Decreto 87.497, de 18 de agosto de 1982**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d87497.htm>. Acesso em: 31 jul. 2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lde.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2008.

BRASIL. **Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: 15 jan. 2009

_____. **Lei 6.494, de 7 de dezembro de 1977**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6494.htm>. Acesso em: 31 jul. 2008.

_____. **Lei 8.859, de 23 de março de 1994**. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1994/8859.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2008.

BUENO, Cléria Maria Lobo Bittar Pucci. **Aves raras na profissão** – a presença masculina na Psicologia e no Serviço Social. 2004. 202f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2004.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1995.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 2, p. 7-18, 2000.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Havia uma ética no meio do caminho?** A afirmação da necessária centralidade da ética na formação profissional dos assistentes sociais. 2006. 332f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COMISSÃO NACIONAL DE ESTÁGIO DO FORGRAD. Gestão administrativa e pedagógica do estágio. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTÁGIOS, 3., 2004, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: Unicamp, 2004. Disponível em: <<http://www.prg.unicamp.br/IIIENE>>. Acesso em: 4 ago. 2008.

COSAC, Claudia Maria Daher (Org.). **Projeto pedagógico**. Franca: Ed. UNESP-FHDSS, 2001.

CROCHIK, José Leon. Os desafios atuais do estudo da subjetividade na Psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 69-85, 1998.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, 2002.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio. **Consciência, ideologia e pobreza**: sociabilidade humana e desigualdade social. 2007. 160f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2007.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.14, n. 2, p. 3-11, 2000.

_____. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. A formação do indivíduo nas relações sociais: Contribuições teóricas de Lev Vigotski e Pierre Janet. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 21, n. 71, p. 112–131, jul., 2000.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Encontro da psicologia social brasileira com a psicologia soviética. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, n. 19, n. 2, p. 57-61, 2007.

_____. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005a.

_____. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005b.

_____. El lugar de las emociones en la constitución social de lo psíquico: el aporte de Vigotski. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 21, n. 70, p. 132–148, 2000.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JUSEVICIUS, Vanessa Cristina Cabrelon. **Subjetividade em sala de aula**: a relação professor-aluno no Ensino Superior. 2006. 128f. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2006.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. A dialética da subjetividade versus a objetividade. In: FURTADO, Odair; GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Por uma epistemologia da subjetividade**: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. **O que é psicologia social?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Psicologia social:** o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LEÃO, Inara Barbosa. Um método para investigar a consciência: do intrapsicológico ao interpsicológico. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 67-75, 2007.

LESSA, Sérgio. O reflexo como "não-ser" na ontologia de Lukács: uma polêmica de décadas. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 4, p. 89 -112, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 5-24, set./dez. 2004.

_____. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1991.

LUCCI, Marcos Antonio. A proposta de Vigotsky: a psicologia sócio-histórica. **Currículum y Formación del Profesorado**, Granada, n. 10, v. 2, p. 1-11, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. (Org.). **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras, WEPI, 1999.

MARTINS, Evandro Silva. A etimologia de alguns vocábulos referentes à educação. **Olhares e Trilhas**, Uberlândia, ano 6, n. 6, p. 31-36, 2005.

MARTINS, Rosane Aparecida de Sousa. **O processo de formação discente no curso de Serviço Social da UNIUBE:** determinações, contradições e transformações rumo à construção da identidade profissional. 2006. 315f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

_____. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** razões, princípios e programas. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

MOLON, Suzana Inês. Cultura – a dimensão psicológica e a mudança histórica e cultural. In: CONFERÊNCIA DE PESQUISA SÓCIO-CULTURAL, 3., 2000, Campinas. **Anais eletrônicos ...** Campinas: Unicamp, 2000. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/2330.doc>> . Acesso em: 4 jul. 2008.

MUNIZ, Egli. O estágio supervisionado: a experiência da Faculdade de Serviço Social de Bauru. **Construindo o Serviço Social**, Bauru, n. 2, p. 27-43, 1997.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina. **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. cap. 4.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo 1. Brasília, DF: CEAD, 1999.

OLIVA, Maria Herlinda Borges. O estágio na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 29, p. 149-160, abr. 1989.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, ano 25, n. 80, p. 59-81, nov.. 2004.

_____. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social**. 178f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

OLIVEIRA, Ivone Martins. **O sujeito que se emociona: signos e sentidos nas práticas culturais**. 2001. 154f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PACCHIONI, Margareth Maria. **Estágio e supervisão: uma reflexão sobre a aprendizagem significativa**. Lorena/SP: Stiliano, 2000.

PASTOR, Márcia. Individualidade e totalidade como elementos para a reflexão no Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 43–57, jul./dez. 1998.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Estágio e supervisão: um desafio teórico-prático do Serviço Social**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997.

_____. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

PROAC – Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos – Coordenadoria Geral de Estágios. **Políticas de Estágios**. [2008]. Disponível em: <<http://estagio.proac.uff.br>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

RAGAZZINI, Dario. Os estudos histórico-educativos e a história da educação. In: SANFELICE, José Luís, SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados / HISTEDBR, 1999.

SANTOS, Flávia Maria Teixeira dos. As emoções nas interações e a aprendizagem significativa. **Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 1 - 15, 2007.

SASSAKI, Yoshiko. **Representação de classe, identidade de gênero?** O caso das assistentes sociais. 1998. 223f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Percorrendo caminhos na educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 273-290, 2002.

_____. **Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Livros do Tatu ; Cortez, 1991.

_____. **Educação: do sendo comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez ; Autores Associados, 1984.

SAWAIA, Bader Burihan. Teoria Laneana: a univocidade radical aliada à dialética-materialista na criação da Psicologia Social Histórico-Humana. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, n. 19, p. 81-89, 2007.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIGARDO, Angel Pino. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 45-78, 2000.

_____. A corrente sócio-histórica de psicologia: fundamentos epistemológicos e perspectivas educacionais. **Em Aberto**, Brasília, DF, ano 9, n. 48, p. 61-67, out./dez. 1999.

SILVA, Ana Célia Bahia. **Projeto pedagógico: instrumento de gestão e mudança; limites e possibilidades**. Belém: UNAMA, 2000.

SILVA, Maria Dulce. O estágio na formação profissional: elementos para análise. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 45, p. 147-255, ago. 1994.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. **A formação profissional do assistente social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão**. São Paulo: Cortez, 1995.

SIQUEIRA, Mônica Maria Nunes da Trindade. **A formação do assistente social: a afetividade na supervisão de estágio.** 2006. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2006.

SOUZA, Meriti de. Fios e furos: a trama da subjetividade e a educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 119–132, 2004.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

APÊNDICES

Apêndice A - Programa de Intervenção: Pensando e Vivendo Emoções

I. PRIMEIRO ENCONTRO

1. TEMA: Estreitando Relações

2. OBJETIVO:

Esse encontro por objetivo apresentar o Programa de Intervenção “Vivendo e Pensando as Emoções”, juntamente, discorrer sobre a pesquisa de mestrado que o engloba. Espera-se aplicar o Questionário de Intervenção e realizar o contrato de trabalho com os membros do grupo; bem como estreitar as relações entre os mesmos a partir da identificação de suas expectativas em relação a este trabalho.

3. JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário o estabelecimento de um vínculo inicial, de modo que a conseqüente integração dos membros do grupo e o levantamento de suas expectativas torna-se essencial para o desenvolvimento de um trabalho sério e coeso.

4. METODOLOGIA:

4.1 Procedimentos:

- 0 – 20 min: Apresentação pessoal da pesquisadora e da proposta de trabalho.
- 20 – 50 min: Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aplicação do Questionário de Pré-Intervenção.
- 50 – 90 min: Colagem individual para apresentação dos participantes: Apresentaremos os materiais explicando ao grupo que deverão montar uma colagem que seja dividida em três partes e signifique passado, presente e futuro em suas vidas. Compete ao pesquisador observar a dinâmica do grupo durante o trabalho e as características individuais dos participantes. Ao final, cada membro deve se apresentar utilizando-se do cartaz confeccionado. Compartilhar vivências.

4.2 Materiais utilizados:

- Recortes diversos de pessoas, lugares e objetos;
- Cola;
- Caneta hidrocor;
- Cartolina.

5. DISCUSSÃO

II. SEGUNDO ENCONTRO

1. TEMA: Conhecer a si

2. OBJETIVO:

Possibilitar meios para a iniciação de um processo de autoconhecimento, levando os participantes a iniciarem uma reflexão sobre características e interesses pessoais, relacionando-as às habilidades requeridas pela profissão.

3. JUSTIFICATIVA:

Por meio do autoconhecimento, o estagiário pode formular aspirações realistas e compatíveis com suas características pessoais, interesses, potencialidades e habilidades.

4. METODOLOGIA:

4.1 Procedimentos:

- 0 – 10 min: Texto “O louco”.

O louco

No pátio de um manicômio encontrei um jovem com rosto pálido, bonito e transtornado. Sentei-me junto a ele sobre a banquetta e lhe perguntei:

- *“Por que você está aqui?”*

Olhou-me com olhar atônito e me disse:

- *“É uma pergunta pouco oportuna a tua, mas vou respondê-la”.*

Meu pai queria fazer de mim um retrato dele mesmo, e assim também meu tio. Minha mãe via em mim a imagem de seu ilustre genitor. Minha irmã me apontava o marido, marinheiro, como o modelo perfeito para ser seguido. Meu irmão pensava que eu devia ser idêntico a ele: um vitorioso atleta.

E mesmo meus mestres, o doutor em filosofia, o maestro de música e o orador, eram bem convictos:

*cada um queria que eu fosse o reflexo
de seu vulto em um espelho.
Por isso vim para cá.
Acho o ambiente mais sadio.*

- 10 – 40 min: Dinâmica de grupo “Bandeira Pessoal”: Explicar ao grupo que a bandeira geralmente representa um país e significa algo da história desse país. Nesta atividade cada um vai construir sua própria bandeira a partir de seis perguntas feitas pelo coordenador. Pedir que respondam a cada pergunta por intermédio de um desenho ou de um símbolo no papel. Os que não quiserem desenhar poderão escrever uma frase ou algumas palavras, mas o coordenador deve procurar incentivar a expressão pelo desenho. O coordenador faz as seguintes perguntas, indicando a área onde devem ser respondidas:

- Qual o seu maior sucesso individual?
- O que gostaria de mudar em você?
- Qual a pessoa que você mais admira?
- Em que atividade você se considera muito bom?
- O que mais valoriza na vida?
- Quais as dificuldades ou facilidades para se trabalhar em grupo?

- 40 – 60 min: Discussão e partilha. Solicitar que comentem o que mais chamou a atenção de cada um em sua própria bandeira e na dos companheiros. Contar o que descobriu sobre si mesmo e sobre o grupo.

4.2 Materiais utilizados:

- Texto “O Louco”
- Papel sulfite;
- Guache;
- Pincéis.

5. DISCUSSÃO

III. TERCEIRO ENCONTRO

1. TEMA: Conhecer a si mesmo por meio do grupo

2. OBJETIVO:

Oportunizar um maior conhecimento de si mesmo a partir da percepção de outras pessoas.

3. JUSTIFICATIVA:

Esta é uma atividade que ajuda a buscar a identidade pessoal, por meio da apreensão de características pessoais e pela compreensão das diferenças entre os participantes.

4. METODOLOGIA:

4.1 Procedimentos:

- 0 – 10 min: Texto “Você não é eu”. Ler o texto para a apresentação da temática.

Você não é eu

*Eu não sou você.
Você não é eu.
Mas sei muito de mim
Vivendo com você.*

E você, sabe muito de você vivendo comigo?

Eu não sou você

Você não é eu

Mas encontrei comigo e me vi

Enquanto olhava prá você

Na sua, minha, insegurança

Na sua, minha, desconfiança

Na sua, minha, competição

Na sua, minha, birra infantil

Na sua, minha, omissão

Na sua, minha, firmeza

Na sua, minha, impaciência

Na sua, minha, prepotência

Na sua, minha, fragilidade doce

Na sua, minha, mudez aterrorizada

E você se encontrou e se viu, enquanto

Olhava pra mim?

Eu não sou você

Você não é eu.

Mas foi vivendo a solidão

Que conversei com você

E você, conversou comigo na sua solidão

Ou fugiu dela, de mim e de você?

Eu não sou você

Você não é eu.

Mas sou mais eu, quando consigo

Lhe ver, porque você me reflete

No que ainda sou

No que já sou e

No que quero vir a ser...

Eu não sou você

Você não é eu.

Mas somos um grupo, enquanto

Somos capazes de, diferenciadamente,

Eu ser eu, vivendo com você e

Você ser mais você, vivendo comigo

- 10 – 40 min: Dinâmica de Grupo “Desafio das Cores”: O participante deve ler a ficha e marcar a pontuação conforme a escala (vide a seguir). Reservar a folha. Sobre uma mesa, deverá haver pequenas fichas nas cores verde, vermelho, amarelo, azul, laranja e branco que representam características de personalidade. Cada participante deverá colar nas costas dos demais colegas duas fichas que representam a personalidade deste, sem que ele veja. Ao final, cada um deve retirar

as fichas que foram coladas e verificar as cores pelas quais se representou a si mesmo e as cores pelas quais os demais participantes o representou.

| DESAFIO DAS CORES | | | | |
|--|--|--|--|---|
| Nome: | | | | |
| Marque pontos de 1 a 4 de acordo com a escala: | | | | |
| 1 – Raramente 2 - Algumas vezes 3 – Frequentemente 4 – Sempre | | | | |
| Comportamento, reações e atitudes que normalmente apresento: | | | | |
| VERDE <input type="checkbox"/> Ousadia <input type="checkbox"/> Inovação <input type="checkbox"/> Espontaneidade <input type="checkbox"/> Ludicidade <input type="checkbox"/> Criatividade <input type="checkbox"/> Flexibilidade Total: | | VERMELHO <input type="checkbox"/> Paixão <input type="checkbox"/> Emoção <input type="checkbox"/> Explosão <input type="checkbox"/> Afetividade <input type="checkbox"/> Sensibilidade <input type="checkbox"/> Carinho Total: | | AMARELO <input type="checkbox"/> Comunicação <input type="checkbox"/> Alegria <input type="checkbox"/> Positivismo <input type="checkbox"/> Otimismo <input type="checkbox"/> Animação <input type="checkbox"/> Calor Total: |
| AZUL <input type="checkbox"/> Organização <input type="checkbox"/> Minúcia <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Fidelidade <input type="checkbox"/> Equilíbrio <input type="checkbox"/> Compreensão Total: | | LARANJA <input type="checkbox"/> Cautela <input type="checkbox"/> Astúcia <input type="checkbox"/> Objetividade <input type="checkbox"/> Verdade <input type="checkbox"/> Franqueza <input type="checkbox"/> Ponderação Total: | | BRANCO <input type="checkbox"/> Tranquilidade <input type="checkbox"/> Paz <input type="checkbox"/> Imparcialidade <input type="checkbox"/> Negociação <input type="checkbox"/> Docilidade <input type="checkbox"/> Mediação Total: |
| Minha cor mais marcante (onde somei mais pontos): | | | | |
| A cor que preciso desenvolver mais (onde somei menos pontos): | | | | |

- 40 – 60 min: Discussão e partilha.

4.2 Materiais utilizados:

- Textos “Você não é eu”;
- Aparelho de CD;
- Folhas de dinâmica “Desafio das Cores”;
- Fichas coloridas;
- Fita adesiva
- Lápis e borracha.

5. DISCUSSÃO

IV. QUARTO ENCONTRO

1. TEMA: Trabalho em grupo

2. OBJETIVO:

Possibilitar a discussão sobre trabalho em equipe, observando que o resultado do trabalho grupal reflete em cada um dos participantes.

3. JUSTIFICATIVA:

O trabalho em equipe é um modelo muito valorizado em qualquer instituição profissional. Desta forma, o desenvolvimento de destrezas sociais cooperativas que tenham como resultado a habilidade de trabalhar em grupo faz-se pertinente no processo de formação profissional.

4. METODOLOGIA:

4.1 Procedimentos:




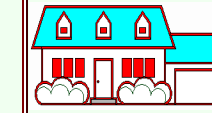

- 0 – 50 min: Dinâmica de grupo “Avenida Complicada”: A tarefa do grupo consiste em encontrar um método de trabalho que resolva com máxima rapidez o problema da "Avenida Complicada". O Pesquisador deverá formar de subgrupos com 3 a 4 membros cada, entregando a cada participante uma cópia da "Avenida

Complicada". Obedecendo às informações constantes da cópia da "Avenida Complicada", a solução final deverá apresentar cada uma das 5 casas caracterizadas quanto à cor, ao proprietário, à condução, à bebida e ao animal doméstico. Sobre a "Avenida Complicada" encontram-se cinco casas numeradas: **801, 803, 805, 807 e 809**, da esquerda para a direita. Cada casa caracteriza-se pela cor diferente, pelo proprietário que é de nacionalidade diferente, pela condução que é de marca diferente, pela bebida diferente e pelo animal doméstico diferente. Os subgrupos que, após ter transcorrido 40 minutos, não conseguirem terminar a atividade poderão reunir-se.

As informações que permitirão a solução da "Avenida Complicada" são:

- as 5 casas estão localizadas sobre a mesma avenida e no mesmo lado;
- o Mexicano mora na casa vermelha;
- o Peruano tem um carro Mercedes Benz;
- o Argentino possui um cachorro;
- o Chileno bebe coca-cola;
- os coelhos estão à mesma distância do FIAT Palio e da cerveja;
- o gato não bebe café e não mora na casa azul;
- na casa verde bebe-se uísque;
- a vaca é vizinha da casa onde se bebe coca-cola;
- a casa verde é vizinha da casa direita, cinza;
- o Peruano e o Argentino são vizinhos;
- o proprietário do Volkswagen Gol cria coelhos;
- o Chevrolet Corsa pertence à casa de cor rosa;
- bebe-se pepsicola na 3ª casa;

- o Brasileiro é vizinho da casa azul;
- o proprietário do carro Ford Fiesta bebe cerveja;
- o proprietário da vaca é vizinho do dono do FIAT Palio;
- o proprietário do carro Chevrolet Corsa é vizinho do dono do cavalo.

| | | | | |
|---|---|---|--|---|
|  |  |  |  |  |
| 801 | 803 | 805 | 807 | 809 |
| AVENIDA COMPLICADA | | | | |
| cor: | cor: | cor: | cor: | cor: |
| condução: | condução: | condução: | condução: | condução: |
| Bebida: | bebida: | bebida: | bebida: | bebida: |
| Animal: | animal: | animal: | animal: | animal: |
| proprietário: | proprietário: | proprietário: | proprietário: | proprietário: |

- 50 – 90 min: Cada subgrupo deverá fazer uma avaliação acerca da participação dos membros da equipe na tarefa grupal.

4.2 Materiais utilizados:

- Cópias para cada membro da “Avenida Complicada”;
- Lápis e borracha.

5. DISCUSSÃO

V. QUINTO ENCONTRO

1. TEMA: Relacionamento Grupal

2. OBJETIVO:

Possibilitar a discussão sobre trabalho em equipe, formas de organização do processo de trabalho e comunicação entre os membros de um grupo.

3. JUSTIFICATIVA:

Faz-se importante considerar o relacionamento interpessoal entre membros de um grupo de trabalho, considerando a compreensão das diferenças, as características comuns e o consenso das divergências.

4. METODOLOGIA:

4.1 Procedimentos:

- 0 – 50 min: Dinâmica de grupo “Processos de Trabalho”: 1ª etapa: Solicitar que os participantes fiquem em fila indiana como numa linha de montagem. Cada um recebe sua massinha de modelar com um cartão contendo uma ordem de serviço: confecção de pés, pernas, tronco, braços, mãos, cabeça. Um desconhece a ordem do outro e, portanto, não sabe o que se formará ao final: a produção de um boneco. 2ª etapa: Solicitar que sentem em roda. Apresentar um cartão contendo uma ordem de serviço: a montagem de um boneco.
- 50 - 90 min: Discussão e partilha.

4.2 Materiais utilizados:

- Massinha de modelar.

5. DISCUSSÃO

VI. SEXTO ENCONTRO

1. TEMA: Encerramento

2. OBJETIVO:

Avaliar o Programa de Intervenção, bem como a participação de cada membro do grupo.

3. JUSTIFICATIVA:

A avaliação do programa faz-se pertinente para o conhecimento dos pontos fortes e fracos deste projeto e para propor mudanças. Já a avaliação pessoal, ganha significação na medida em que o participante identifica as possíveis transformações em si e no seu convívio com o coletivo.

4. METODOLOGIA:

4.1 Procedimentos:

- 0 – 40 min: Dinâmica de grupo “Bombardeio”: Formar um círculo. Escolher um participante. Solicitar que cada membro do grupo fale sobre o participante escolhido: características, atitudes, sentimentos, etc., que foram despertados no decorrer do Programa de Intervenção. Deve-se passar por todos os membros do grupo.
- 40 – 60 min: Discussão e partilha.
- 60 – 90 min: Aplicação do questionário de pós-intervenção

4.2 Materiais utilizados:

- Questionário de pós-intervenção.

5. DISCUSSÃO

Apêndice B - Carta de Autorização

Franca, 25 de julho de 2007.

Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca
A/C Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
MD. Supervisora do Centro Jurídico Social

Venho por meio deste solicitar autorização para o desenvolvimento do Programa de Intervenção “Pensando e Vivendo Emoções” e, concomitantemente, o desenvolvimento da Pesquisa de Pós-Graduação em Serviço Social – nível mestrado, intitulada “Formação Profissional em Serviço Social: um olhar para os aspectos da intersubjetividade – a experiência do estágio supervisionado no Centro Jurídico Social”.

Este estudo visa a conhecer a subjetividade presente no contexto de estágio supervisionado e suas implicações no processo de formação profissional em Serviço Social, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Superior.

Para o desenvolvimento de tal trabalho será necessária a realização de entrevistas, aplicação de questionários e estratégias de dinâmica de grupo com os estagiários desta instituição.

Faz-se necessário ressaltar que as informações coletadas ficarão sob minha responsabilidade, resguardando-se o seu caráter confidencial, bem como os demais procedimentos éticos. Após o término da pesquisa, coloco-me à disposição para apresentação dos resultados obtidos e esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Tatiana Machiavelli Carmo Souza
Mestranda em Serviço Social – Unesp/Franca

Apêndice C - Termo de Consentimento

Eu _____

Supervisora da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social, autorizo a realização da pesquisa desenvolvida pela psicóloga e aluna do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – nível mestrado, Tatiana Machiavelli Carmo Souza.

Declaro ter sido devidamente informada sobre objetivos e procedimentos do estudo em questão, e estou ciente que serão resguardados todos os procedimentos éticos da pesquisa.

Franca, _____ de _____ de 2007.

Assinatura da Supervisora

Apêndice D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Esta pesquisa integra a Dissertação de Mestrado em Serviço Social da psicóloga Tatiana Machiavelli Carmo Souza, aluna do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp/Franca, sob orientação da Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira e co-orientação da Profa. Dra. Cléria Maria Lôbo Bittar Pucci Bueno.

O presente estudo visa a conhecer a subjetividade presente no contexto de estágio supervisionado e suas implicações no processo de formação profissional em Serviço Social, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Superior.

Para o desenvolvimento de tal trabalho será necessária a realização de entrevistas, aplicação de questionários e estratégias de dinâmica de grupo com os estagiários desta instituição.

Vale ressaltar que sua participação é voluntária sendo resguardada a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem que seja penalizado ou que implique em qualquer tipo de prejuízo. As informações coletadas serão tratadas de forma confidencial, garantindo-se o anonimato de cada participante.

A pesquisadora se compromete ainda a prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários antes e durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como apresentar os resultados obtidos, caso haja interesse dos envolvidos.

Agradeço a sua atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Telefone para contato: (16) 3705-4238 / 9997-3344

Eu _____,

abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa desenvolvida pela psicóloga e aluna do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – nível mestrado, Tatiana Machiavelli Carmo Souza.

Estou ciente de que minha identidade será mantida em sigilo, e que minha colaboração é voluntária, sendo resguardados todos os procedimentos éticos de pesquisa. Declaro, ainda, ter sido devidamente informado (a) sobre os objetivos e procedimentos do estudo em questão, assim como me foram prestados todos os esclarecimentos necessários.

Franca, _____ de _____ de 2007.

Assinatura do (a) Participante

Apêndice E - Questionário de Pré-Intervenção**CENTRO JURÍDICO SOCIAL – UNESP/FRANCA
GRUPO “VIVENDO E PENSANDO AS EMOÇÕES”****I. Identificação**

1. Data de Nascimento: ____/____/____

2. Sexo: () Masculino () Feminino

3. Formação:

() Ensino Médio

Ano de conclusão: _____

Fez curso preparatório para o vestibular? () Sim () Não

Quanto tempo? _____

() Curso Técnico

Curso(s): _____

Ano de conclusão: _____

() Superior

Curso(s): _____

Série: _____

Estagiário aqui há quanto tempo? ____anos ____meses

4. Você possui uma atividade profissional?

() Sim () Não

Cargo: _____

Horário de trabalho: _____

II. No momento da escolha em cursar Serviço Social quais fatores mais influenciaram? Por quê?

() retorno financeiro

() realização pessoal

() status social

() outro _____

() mercado de trabalho

III. Qual a importância do seu curso em sua vida, hoje?

IV. Por que fazer estágio no Centro Jurídico Social?

IV. Você encontra dificuldades neste estágio? Quais?

VII. Outros:

Apêndice F - Questionário de Pós-Intervenção**CENTRO JURÍDICO SOCIAL – UNESP/FRANCA
GRUPO “VIVENDO E PENSANDO EMOÇÕES”**

I. A participação no grupo “Vivendo e Pensando Emoções” possibilitou algum ganho pra você? Quais?

II. Depois da participação neste grupo houve alguma mudança no seu relacionamento com os colegas de estágio? Quais?

III. Depois da participação neste grupo houve alguma mudança no seu relacionamento com os supervisores de estágio? Quais?

IV. Depois da participação neste grupo houve alguma mudança no seu desempenho acadêmico? Quais?

V. Depois da participação neste grupo houve alguma mudança na sua vida? Quais?

VI. Este é um espaço para você escrever o que quiser:

Apêndice G - Roteiro de Entrevista

I. Identificação:

- Nome
- Idade
- Curso/Período

II. O que te motivou a participar do grupo?

III. Quais fantasias e idéias você tinha antes da intervenção? Essas expectativas se efetivaram?

IV. Você percebe a aplicabilidade dessa intervenção em outras áreas de sua vida? Como?

V. O que esse momento em grupo te possibilitou na compreensão a respeito do estagiário de Direito? Como você os percebe hoje?

ANEXOS

Anexo A - Regulamento Interno do Centro Jurídico Social



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de História, Direito e Serviço Social
CENTRO JURÍDICO SOCIAL**

REGULAMENTO INTERNO DO "CENTRO JURÍDICO SOCIAL" UNIDADE AUXILIAR DE ESTRUTURA SIMPLES DA FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL DA UNESP CAMPUS DE FRANCA – SP

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E DAS FINALIDADES

Artigos 1º a 3º

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 4º

CAPÍTULO III - DA SUPERVISÃO

Artigo 5º

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigos 6º a 8º

CAPÍTULO V - DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Artigos 9º a 10º

CAPÍTULO VI - DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM JUNTO À UNIDADE AUXILIAR

Artigos 11 a 18

SEÇÃO I - DOS ESTAGIÁRIOS REGULARES E DOS VOLUNTÁRIOS

Artigos 19 a 23

CAPÍTULO VII - DA ESTRUTURA, DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL E DO REGIME DISCIPLINAR

SEÇÃO I - DA ESTRUTURA

Artigo 24

SEÇÃO II - DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

Artigos 25 a 27

SEÇÃO III - DO REGIME DISCIPLINAR

Artigo 28

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigos 29 a 32

REGULAMENTO DA UNIDADE AUXILIAR DE ESTRUTURA SIMPLES CENTRO JURÍDICO SOCIAL

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º - O Centro Jurídico Social - CJS, fundado em 1990, com sede na Rua Comandante Salgado, 1624, em Franca, criado pela Resolução UNESP nº 34 de 26/06/92, como Unidade Auxiliar integrada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP, composto por professores e funcionários da Unidade, e estagiários dos respectivos cursos de Direito e Serviço Social.

Art. 2º - O CJS presta atendimento jurídico e social às pessoas economicamente necessitadas, assim definidas por lei, não assistidas por órgãos públicos ou particulares, residentes, preferencialmente, na Comarca de Franca.

Art. 3º - O CJS tem por objetivos:

- I - Orientação aos usuários para acesso à defesa e reivindicação de direitos, no campo social e jurídico, mediante adequada apreciação individual de casos;
- II - Colaboração com entidades assistenciais, públicas ou privadas, para defesa e reivindicação de direitos dos cidadãos desassistidos;
- III - Colaboração na formação ética-técnica-profissional dos alunos da graduação e pós-graduação dos cursos de Direito e Serviço Social, selecionados para estágio e

colaboradores especiais;

- IV - Promoção de pesquisas e estudos sobre os direitos do homem, cultura e cidadania, da infância e da juventude, do consumidor, da proteção do meio ambiente e do patrimônio artístico e cultural, e outras áreas relativas à assistência jurídica e social, a critério do Conselho Deliberativo do CJS, e da Equipe Técnica.
- V - Dar suporte às atividades didáticas dos Departamentos que atuam em atividades relacionadas às da Unidade Auxiliar.
- VI - Realizar seminários, simpósios, conferências e cursos e manter o intercâmbio técnico-científico e cultural com outras instituições, visando à disseminação do conhecimento gerado na Unidade Auxiliar.
- VII - Prestar serviços à comunidade sob a forma de atendimento jurídico, social, psicológico e pedagógico.
- VIII – A prestação de serviços compreende, além das orientações, a propositura de ações junto à Justiça Estadual e Federal, órgãos e entidades estatais visando à defesa e reivindicação de seus direitos, bem como assistência social.
- IX - Servir de campo a atividades de aperfeiçoamento para profissionais e estagiários relacionados à área específica da Unidade Auxiliar
- X - O C.J.S. tem como objetivo primordial o ensino, a pesquisa e a extensão. Com relação ao ensino, o CJS é parte integrante e essencial aos cursos de Serviço Social e Direito.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - São órgãos da Administração da Unidade Auxiliar

- I - Supervisão;
- II - Conselho Deliberativo.

Parágrafo 1º: O Supervisor e o Vice-Supervisor serão docentes da Unidade Universitária, pertencentes aos cursos de Direito e Serviço Social, que possuam, no mínimo, o título acadêmico de Doutor e deverão possuir sólida produção científica, comprovada liderança em pesquisa e experiência no gerenciamento de projetos na área de conhecimento da Unidade Auxiliar.

Parágrafo 2º: O processo de indicação do Supervisor e do Vice-Supervisor será definido pela Congregação da Unidade Universitária.

Parágrafo 3º: A duração do mandato, a coincidência ou não, com o mandato do Diretor da Unidade Universitária e a recondução, serão matérias definidas pela Congregação da Unidade Universitária.

Parágrafo 4º: Nos impedimentos temporários do Supervisor, a Supervisão será exercida pelo Vice-Supervisor. E, nos impedimentos simultâneos do Supervisor e do Vice-Supervisor, a Supervisão será exercida pelo docente do Conselho Deliberativo com maior titulação e tempo de docência na Unidade Universitária de Franca.

CAPÍTULO - III - DA SUPERVISÃO

Art. 5º - Ao Supervisor, além de outras atribuições que lhe forem conferidas, compete:

- I - Administrar e representar o CJS;

- II - Presidir o Conselho Deliberativo;
- III - Fixar o calendário das reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo e convocar as extraordinárias;
- IV - Convocar, com antecedência mínima de 30 dias, eleições para o representante técnico-administrativo da Unidade Auxiliar e respectivo suplente junto ao Conselho Deliberativo, segundo a legislação vigente;
- V - Propor ao Conselho Deliberativo, anualmente, a escala de férias do pessoal técnico-administrativo da Unidade Auxiliar;
- VI - Promover entendimentos com os Conselhos dos Departamentos envolvidos com a Unidade Auxiliar, para o pleno desenvolvimento de cursos e prestação de serviços à comunidade;
- VII - Solicitar, anualmente aos Conselhos dos Departamentos os nomes dos professores colaboradores à Unidade Auxiliar;
- VIII - Fiscalizar e fazer cumprir o Regulamento da Unidade Auxiliar;
- IX - Elaborar e propor ao Conselho Deliberativo o orçamento anual da Unidade Auxiliar;
- X - Formular e propor com o Conselho Deliberativo o Plano Global de Atividades da Unidade Auxiliar;
- XI - Lotar os servidores da Unidade Auxiliar nos setores e seções sob sua responsabilidade, bem como indicá-los para o exercício das funções de confiança, se houver;
- XII - Manter o Conselho Deliberativo permanentemente informado sobre o desenvolvimento das atividades e projetos da Unidade Auxiliar;
- XIII - Apresentar, anualmente, o relatório de atividades da Unidade Auxiliar à Congregação da Unidade Universitária;
- XIV - Formular e propor com o conselho Deliberativo normas técnico-administrativas para o bom funcionamento da Unidade Auxiliar.

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 6º - O Conselho Deliberativo é o órgão normativo e deliberativo que exerce a administração superior da Unidade Auxiliar e será constituído pelos seguintes membros:

- I - O Supervisor, seu presidente nato;
- II - O Vice-Supervisor;
- III - Dois representantes docentes indicados pelos Conselhos dos Departamentos envolvidos com a Unidade Auxiliar, um do curso de Direito e um do curso de Serviço Social;
- IV - Dois representantes do corpo técnico-administrativo da Unidade Auxiliar, um profissional Advogado e um profissional Assistente Social;
- V - Dois representantes do corpo discente, um do curso de Direito e um do curso de Serviço Social.

Parágrafo 1º: Os membros do Conselho têm os seguintes mandatos:

- 1 - coincidentes com o exercício das respectivas funções, no caso dos incisos I a III;
- 2 - dois anos para os representantes a que se refere o inciso IV, permitida uma recondução e,
- 3 - Um ano para o representante a que se refere o inciso V, vedado a recondução.

Art. 7º - Compete ao Conselho Deliberativo:

- I - Estabelecer diretrizes gerais de funcionamento da Unidade Auxiliar e fiscalizar sua fiel execução;
- II - Aprovar, para encaminhamento à Congregação:
 - a) a proposta orçamentária e as prestações de contas da Unidade Auxiliar, elaboradas pelo Supervisor;
 - b) a proposta do Regulamento da Unidade Auxiliar e suas alterações;

III – Elaborar o relatório anual de atividades da Unidade Auxiliar e encaminhá-lo à Congregação;

IV - Aprovar, anualmente, a escala de férias do pessoal técnico-administrativo da Unidade Auxiliar;

V- manifestar-se sobre contratos, convênios e ajustes assemelhados com entidades públicas, privadas ou do terceiro setor, que tenham por objeto a prestação de serviços, o ensino ou a pesquisa científica;

VI - Deliberar sobre:

a) criação, ampliação ou extinção de serviços ligados à Unidade Auxiliar;

b) modificação da estrutura física da Unidade Auxiliar, com anuência da Congregação da Unidade Universitária;

c) programas e campanhas sociais a serem desenvolvidas ou patrocinadas pela Unidade Auxiliar;

d) O Plano Global de Atividades da Unidade Auxiliar, apresentado pelo Supervisor;

Art. 8º - O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, com, no mínimo de 24 horas de antecedência.

Parágrafo Único: Em casos excepcionais, o Conselho poderá se auto-convocar, com a concordância de 2/3 de seus membros e com no mínimo 24 horas de antecedência.

CAPÍTULO V - DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 9º - Constituem patrimônio sob responsabilidade da UNIDADE AUXILIAR – CJS:

I - As instalações e equipamentos destinados ao seu funcionamento;

II - Os bens e direitos que forem adquiridos ou lhe forem doados, legados ou destinados.

Art. 10º - Os recursos orçamentários da UNIDADE AUXILIAR - CJS serão provenientes:

I - Da dotação da Unidade Universitária, anualmente consignada em seu orçamento;

II - Dos auxílios, subvenções, distribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas e privadas;

III - Das receitas decorrentes de contratos, convênios e ajustes assemelhados com entidades públicas e privadas;

IV - Das receitas eventuais não previstas nos incisos anteriores.

CAPÍTULO VI - DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM JUNTO À UNIDADE AUXILIAR

Art. 11 - Os profissionais do CJS deverão estar regularmente inscritos e registrados, sendo os Advogados na OAB-SP, os Assistentes Sociais no CRESS, e os Psicólogos no CRP.

Art. 12 - Os Advogados, Assistentes Sociais e Psicólogos serão admitidos mediante concurso público, nos termos da legislação vigente e normas regulamentares da UNESP.

Art. 13 - Os profissionais lotados no CJS subordinam-se imediatamente ao Supervisor da Unidade Auxiliar e mediamente à Diretoria da Faculdade.

Art. 14 - Os serviços profissionais restringem-se às atividades advocatícias, sociais, psicológicas e pedagógicas, que lhes forem cometidas, sendo-lhes vedada qualquer atividade de representação, bem como assumir compromissos ou fazer

declarações em nome do CJS, sob pena de falta grave, nos termos do Estatuto da UNESP, e responsabilidade por danos materiais ou morais.

Art. 15 - Nas ações judiciais, os honorários fixados por arbitramento e os de sucumbência pertencerão aos Advogados, em conjunto, tendo estes direito autônomo de executar a sentença, nesta parte (arts. 22 e 23 da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, Estatuto da Advocacia e OAB).

Art. 16 - Compete aos Advogados, admitidos ou colocados à disposição do CJS por entidade pública ou privada:

- I - Prestar assistência judiciária aos usuários do CJS, nos termos deste Regulamento e das diretrizes aprovadas pelo Conselho Deliberativo;
- II - Orientar e acompanhar as atividades dos Estagiários de Direito;
- III - Emitir pareceres sobre atuação e desempenho dos Estagiários, em sua área de treinamento;
- IV - Planejar e sugerir ao Conselho Deliberativo a adoção ou modificação dos programas de Estágio Profissional, na área de sua competência;
- V - Informar ao Conselho Deliberativo sobre assuntos de interesse relevante, relacionados à sua área, para estudo e deliberação;
- VI - Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores, nos limites da ética profissional e da legalidade;
- VII - Participar das reuniões a que forem convocados;
- VIII - Emitir relatórios estatísticos semestrais de suas atividades no Setor Jurídico;
- IX - Emitir relatório técnico semestral das atividades

desenvolvidas no Setor Jurídico;

- X - Participar, sempre que oportuno, de eventos promovidos pelos órgãos da Justiça, pela OAB ou patrocinadas pela Faculdade ou pelo CJS e de cursos e atividades correlatas, a fim de aprimorar seus conhecimentos específicos;
- XI - Auxiliar nos trabalhos de apoio à pesquisa e à extensão universitária;
- XII - Zelar pelo material existente e pelos equipamentos colocados à sua disposição.

Art. 17 - Compete aos Assistentes Sociais, admitidos ou colocados à disposição do CJS por entidade pública ou privada:

- I - Realizar estudo sócio-econômico para levantamento e conhecimento da situação sócio-econômica do usuário, definindo seu enquadramento nos critérios de elegibilidade definida pela unidade;
- II - Realizar atendimentos individualizados e/ou grupais, para conhecer a problemática apresentada pelo usuário, num processo de investigação da realidade, desenvolvendo estudo e reflexão acerca dessa situação apresentada, analisando as possibilidades de intervenção e propondo alternativas de ação para o enfrentamento das situações problemas;
- III - Supervisionar sistematicamente, de forma individual e grupal, estagiários de Serviço Social, na discussão e operacionalização do processo de intervenção de cada usuário e na elaboração dos

- relatórios sociais (registro da prática profissional) e de outras documentações específicas;
- IV - Fazer encaminhamentos institucionais para os recursos da comunidade, de acordo com as necessidades apresentadas pelos usuários;
 - V - Planejar suas atividades, de acordo com os recursos disponíveis, de forma a atender às necessidades apresentadas pelos usuários ou pela comunidade atendida;
 - VI - Realizar visitas domiciliares e institucionais objetivando conhecer o cotidiano do usuário e os recursos da comunidade, para a elaboração de diagnósticos ou orientações sobre assuntos de sua competência;
 - VII - Planejar, elaborar, executar e avaliar programas e projetos relativos à assistência e serviços sociais;
 - VIII - Coordenar reuniões com usuários, familiares e pessoas envolvidas nos casos em atendimento, discutindo e orientando questões de seu interesse;
 - IX - Participar dos trabalhos envolvidos no âmbito do CJS, elaborando relatórios estatísticos mensais, e técnicos semestrais;
 - X - Participar, sempre que oportuno, de encontros com entidades e profissionais especializados, intercambiando experiências e informações com a finalidade de obter novos subsídios para a elaboração de diretrizes, programa de ação social e atos normativos;
 - XI - Auxiliar nos trabalhos de apoio à pesquisa e à extensão universitária;
 - XII - Promover e divulgar medidas alternativas, preventivas e assistenciais recomendadas pelos órgãos competentes ou estabelecidas pelo CJS;

XIII - Zelar pelo material existentes e pelos equipamentos colocados à sua disposição;

Art. 18 - Compete aos Psicólogos, admitidos ou colocados à disposição do CJS por entidade pública ou privada:

- I - Colaborar com a formação ético-técnico-profissional dos estagiários, objetivando a facilitação na condução dos procedimentos e atividades cabíveis aos mesmos;
- II - Prestar assistência psicológica aos usuários do CJS, mediante solicitação dos estagiários, da equipe técnica ou pelo próprio usuário, observados os limites das Técnicas do Aconselhamento, como finalidade desse Serviço de Psicologia;
- III - Encaminhar os usuários do Serviço de Psicologia, sempre que necessário, para tratamento(s) específico(s): psicoterápicos, psiquiátricos, neurológicos, preferencialmente às Unidades prestadoras de serviços gratuitos à comunidade;
- IV - Participar da elaboração, execução e avaliação de planejamentos das atividades, programas e projetos de competência da equipe interdisciplinar do CJS;
- V - Participar, sempre que oportuno, de eventos relacionados com as atividades desenvolvidas pelo CJS, intercambiando experiências e informações objetivando obter novos subsídios para a elaboração de diretrizes, programas e atos normativos relevantes à sua área de atuação.
- VI - Emitir semestralmente ao Conselho Deliberativo, relatórios estatísticos das atividades

desenvolvidas pelo Serviço de Psicologia, para análise e apreciação dos interessados.

SEÇÃO I - DOS ESTAGIÁRIOS REGULARES E DOS VOLUNTÁRIOS

Art. 19 - Estagiários são os alunos de Direito e Serviço Social regularmente matriculados no penúltimo e no último ano dos Cursos de Direito e Serviço Social da FHDSS, selecionados pelo CJS, mediante procedimento classificatório.

Parágrafo Único - Os critérios de seleção e o número de vagas serão estabelecidos pelo Conselho Deliberativo da Unidade Auxiliar e o procedimento classificatório constará de:

- a) Prova técnica, aplicada pelos profissionais orientadores de cada setor, cuja identificação se fará após a divulgação das notas;
- b) Entrevista, com os membros da banca examinadora, composta de um membro do Conselho Deliberativo e um profissional orientador de cada setor,
- c) Outros procedimentos que a Equipe Técnica julgar necessários.

Art. 20 - Estagiários voluntários, considerados colaboradores especiais, são todos os alunos dos Cursos da Faculdade de História, Direito e Serviço Social que desejem participar nas respectivas áreas de atendimento a usuários, e nos Núcleos de Estudos previstos neste Regulamento.

Art. 21 - Os estagiários voluntários e os auxiliares submeter-se-ão igualmente a este Regulamento e às normas internas do CJS.

Art. 22 - São deveres do Estagiário:

- I - Cumprir as normas deste Regulamento, os preceitos dos Códigos de Ética Profissional dos Advogados (Artigo 33 do Estatuto da Advocacia e OAB) e dos Assistentes Sociais (Artigo 5º do CEFESS), o Regimento Interno e as normas de procedimento do CJS;
- II - Cumprir os Programas de Estágio apresentados pelos profissionais das respectivas áreas;
- III - Atender com diligência a todos os casos que lhes forem encaminhados, seguindo a orientação dos profissionais das respectivas áreas;
- IV - Não desviar causas, atendidas pela Unidade Auxiliar, para advogados estranhos à mesma, ainda que em caráter gracioso, sob pena de desligamento do estágio;
- V - Não assumir compromissos não autorizados expressamente pelo Conselho Deliberativo, que possam causar prejuízos à Unidade Auxiliar;
- VI - Manter sigilo quanto às matérias de que venha a tomar conhecimento, não prestando declarações de qualquer espécie sobre casos em andamento ou sobre qualquer atividade ou método de trabalho do CJS, salvo quando no exercício profissional, perante autoridade competente, sob pena de responsabilização legal;
- VII - Comparecer aos plantões de atendimento e orientação, nos horários que lhe couber, realizando as tarefas que lhe forem atribuídas;
- VIII - Comparecer às audiências judiciais que lhe forem atribuídas, acompanhados por Advogados, na conformidade com as disposições do Estatuto da

Advocacia e OAB (Lei 8.906, de 4.7.1994);

- IX - Zelar pelo material existente e pelos equipamentos colocados à sua disposição;
- X - Elaborar e manter em dia a documentação de seu trabalho, prestando contas e elaborando relatórios, nos momentos próprios, ou sempre que lhe forem requeridos pelos profissionais orientadores;
- XI - Comunicar por escrito ao Supervisor, 30 dias antes, sua desistência do Estágio.

Art. 23 - São direitos do Estagiário:

- I - Receber auxílio e orientação técnica específica dos Advogados e Assistentes Sociais, nos casos atendidos pelo CJS;
- II - Receber orientação psicológica, profissional e pessoal, de Psicólogos contratados pelo CJS, quanto ao atendimento de casos que a exigirem;
- III - Solicitar orientação específica aos profissionais, quando necessário;
- IV - Ter acesso aos recursos materiais e humanos disponíveis, nos termos deste Regulamento.
- V - Receber Certificado de conclusão do Estágio Prático Supervisionado, quando da permanência de, no mínimo, seis (06) meses, e Atestado nos demais casos expedido pelo CJS, constando período e carga horária cumprida;
- VI - Ser representado junto ao Conselho Deliberativo por estagiário eleito pelo seus pares.

CAPÍTULO VII - DA ESTRUTURA, DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL E DO REGIME DISCIPLINAR

SEÇÃO I - DA ESTRUTURA

Art. 24 - A estrutura administrativa e as atribuições e competências das respectivas seções administrativas serão fixadas pelos órgãos competentes da Universidade, por proposta do Supervisor do CJS, aprovada pela Congregação da Faculdade.

Parágrafo 1º - O quadro de servidores do CJS será composto por todos os servidores técnico-administrativos lotados ou que vierem a ser lotados no CJS.

Parágrafo 2º - As atribuições e competências de cada uma das funções componentes do quadro de servidores obedecerão ao perfil ocupacional de funções autárquicas, vigente na Universidade.

Parágrafo 3º - A jornada de trabalho dos profissionais do CJS obedecerá ao disposto no Estatuto dos Servidores Técnico-Administrativo da UNESP-ESUNESP.

SEÇÃO II - DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

Art. 25- O atendimento sócio-jurídico aos usuários será sempre interdisciplinar, realizado por estagiários de Direito e do Serviço Social supervisionados pelos respectivos profissionais orientadores.

Art. 26 - Em caso de urgência definida pela Equipe Interdisciplinar e realizado o estudo sócio-econômico, dar-se-á prioridade ao atendimento jurídico, procedendo-se, após, à análise social e psicológica do caso.

Art. 27 - O atendimento aos usuários, obedecerá ao disposto na Lei de Assistência Judiciária - (Lei nº 1.060, de 05.02.1950).

SEÇÃO III - DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 28 - Os membros do CJS estão sujeitos ao regime disciplinar estabelecido pelo Regulamento, Regimento, Estatuto, Portarias e demais atos administrativos da UNESP.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 - A fim de cumprir os objetivos do art. 3º, inc. V, deste Regulamento, o CJS poderá instalar Núcleos de Estudos, a critério do Conselho Deliberativo, por meio de regulamentação própria, integrados aos Conselhos dos Departamentos de Direito e Serviço Social.

Art. 30 - Para o desenvolvimento dessas atividades, os Núcleos de Estudo realizarão palestras, conferências, encontros, seminários, bem como a promoção de viagens culturais que possam acrescentar conhecimentos aos profissionais e estagiários.

Art. 31 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo do CJS.

Art. 32 - O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prof. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Supervisora do CJS

Anexo B - Regulamento Interno dos Estagiários

**REGIMENTO INTERNO DOS ESTAGIÁRIOS DA
UNIDADE AUXILIAR CENTRO JURÍDICO SOCIAL – CAMPUS DE FRANCA**

Dispõe sobre o funcionamento do Centro Jurídico Social, Direitos e Obrigações dos estagiários no exercício de suas atividades:

TÍTULO I

DA ATIVIDADE DE ESTAGIÁRIO

As atividades atribuídas aos estagiários do Centro Jurídico Social estão relacionadas neste Regimento, nos Capítulos I e II, sob orientação e supervisão dos profissionais competentes, as quais se acham assim dispostas:

CAPÍTULO I

DA MATRÍCULA DO USUÁRIO

Art. 1º - Caberá aos estagiários de Serviço Social, obrigatoriamente, registrar os casos novos, previamente agendados no livro de registro de matrículas, quando do primeiro atendimento, respeitando a divisão alfabética e a ordem numérica.

Parágrafo único - Todos os casos deverão ser, obrigatoriamente, registrados pelos estagiários de Direito e Serviço Social em seus respectivos livros de controle de atendimento e fichas de controle de processos, após cada atendimento.

Art. 2º - No ato da matrícula, os estagiários deverão verificar se a parte contrária não é usuária desta Unidade.

Parágrafo Primeiro - Em se tratando a parte contrária de usuário do CJS e estando o prontuário em aberto, fica vedado o atendimento ao solicitante, que será encaminhado para outra Instituição do gênero.

Parágrafo Segundo - Se o prontuário da parte contrária tiver sido arquivado, o atendimento do solicitante ficará condicionado ao parecer da Equipe Técnica, observando a Ética Profissional.

Art. 3º - No ato da matrícula os estagiários farão entrega ao usuário do Cartão de Identificação que conterá: nome e o número da matrícula do usuário, nomes dos estagiários de Direito e Serviço Social responsáveis pelo caso e os dias e horários de atendimento.

Parágrafo Único - Cabe aos estagiários esclarecer os usuários quanto ao uso obrigatório do Cartão de Identificação no momento dos atendimentos.

Art. 4º - Fica vedado à reabertura de prontuários já arquivados.

Parágrafo Primeiro - A cada solicitação deverá ser aberto novo prontuário com registro de nova matrícula.

Parágrafo Segundo - As matrículas e os prontuários dos usuários são pessoais e intransferíveis, ficando vedado o reaproveitamento dos mesmos por terceiros.

Art. 5º - Os arquivamentos dos prontuários serão feitos, simultaneamente, pelos estagiários de Direito e Serviço Social, com o preenchimento adequado do relatório, devidamente assinado pelos supervisores responsáveis.

Parágrafo Único - O prontuário, uma vez arquivado, passará a fazer parte do arquivo morto que é organizado por ordem numérica, em local próprio, sendo da responsabilidade dos estagiários (duplas de atendimento), de comum acordo, fazer as anotações de praxe nos livros competentes.

CAPÍTULO II

DO ATENDIMENTO

Art. 6º - O atendimento sociojurídico aos usuários será sempre interdisciplinar, realizado por estagiários de Direito e do Serviço Social, conforme duplas previamente escaladas, sob orientação e supervisão dos profissionais competentes.

Art. 7º - Os atendimentos aos usuários serão realizados em salas individuais.

Art. 8º - No primeiro atendimento, o estagiário deverá identificar-se, ressaltando os dias e horários de sua permanência no Centro Jurídico Social.

Parágrafo Primeiro - Nenhum atendimento inicial poderá ser realizado sem a presença do estagiário de Direito e do estagiário do Serviço Social.

Parágrafo Segundo - Na ausência de qualquer um dos estagiários, os supervisores deverão ser comunicados para que as providências sejam tomadas.

Art. 9º - Compreende ainda, o atendimento inicial, a realização do estudo socioeconômico, com o devido preenchimento da documentação pertinente realizada exclusivamente pelo estagiário de Serviço Social.

Parágrafo único - Em caso de dúvida referente à situação socioeconômica do usuário, os estagiários deverão consultar os supervisores sobre os critérios de elegibilidade.

Art. 10 - No primeiro atendimento, os estagiários de Serviço Social deverão providenciar o preenchimento e a

assinatura da *Declaração* que atesta a necessidade de atendimento judicial gratuito e os estagiários de Direito, o preenchimento e a assinatura do *Instrumento de Procuração*, em (1) via apenas, salvo quando houver necessidade de uso de mais de uma procuração e houver a permissão por parte dos supervisores de Direito.

Parágrafo único - Os estagiários deverão relatar, em impresso próprio, os atendimentos, e na ficha de sinóticos, resumidamente, as providências tomadas.

Art. 11 - Os estagiários deverão preparar a sala antes de chamar o usuário para o atendimento, que deve sempre aguardar na sala de espera até ser atendido. Tal preparação compreende:

- a) abrir/fechar janelas; acender/apagar luzes;
- b) providenciar quantidade adequada de cadeiras;
- c) organizar todos os impressos necessários.

Parágrafo Primeiro - Impressos utilizados no atendimento inicial, na área do SERVIÇO SOCIAL: ficha de identificação e estudo socioeconômico; declaração que ateste a necessidade de atendimento judicial gratuito; cartão de identificação do usuário e impresso próprio para as anotações necessárias.

Parágrafo Segundo - Impressos utilizados no atendimento inicial, na área do DIREITO: instrumento de procuração, impresso próprio para colheita de informações sobre o caso a ser atendido.

Parágrafo Terceiro - Os demais impressos existentes no CJS são utilizados pelos estagiários na medida de sua necessidade e pertinência.

Parágrafo Quarto - Fica vedado ao estagiário o preenchimento de impressos que não pertencem à sua área de atuação.

Art. 12 - O atendimento deverá ser feito diretamente com o usuário, ressalvadas as situações que envolvam familiares e que o atendimento dos mesmos for imprescindível para o prosseguimento do caso, devendo, para tanto, haver autorização dos supervisores.

Parágrafo Primeiro - Nas ações de Alimentos e Investigação de Paternidade, fica vedado o contato prévio com a parte adversa, exceto nos casos de homologação de acordo.

Parágrafo Segundo - Somente o usuário ou seu representante legal poderá ter acesso às informações contidas no seu prontuário, ficando vedada qualquer divulgação a terceiro.

Art. 13 - O fornecimento de orientações às pessoas que não são usuárias do CJS e o atendimento do telefone será da responsabilidade dos estagiários de plantão, conforme escala previamente elaborada.

Parágrafo Primeiro - Quando houver necessidade de qualquer informação jurídica ou social, e não estando presentes os estagiários responsáveis, serão convocados a prestá-la, os estagiários de plantão, nos termos do Artigo 13.

Parágrafo Segundo - Fica vedada qualquer orientação jurídica por telefone, em se tratando de pessoas não atendidas no Centro Jurídico Social.

Parágrafo Terceiro - Os atendimentos dos usuários serão realizados, exclusivamente, nas dependências do CJS.

Parágrafo Quarto - Em casos excepcionais e de relevante urgência, os estagiários de Serviço Social e de Direito, de comum acordo, poderão atender casos novos fora do agendamento, mediante autorização dos supervisores.

Art. 14 - Havendo desistência do atendimento por parte do usuário ou o seu não comparecimento no dia e hora marcado, será agendado outro caso para a dupla de estagiários.

Art. 15 - As ações de *Arrolamento; Inventário; Usucapião; Retificação de Área e Ações Trabalhistas*, devido as suas particularidades e considerando a existência de outros órgãos assistenciais que cuidam da matéria, não serão objetos de atendimento no CJS, devendo os interessados serem orientados e encaminhados para atendimento em outra Instituição.

Art. 16 - Quando houver necessidade de encaminhamento do usuário, em atendimento no CJS, para outros serviços da comunidade, deverá o estagiário responsável fazê-lo, por escrito, e sob a concordância do supervisor responsável.

Art. 17 - Fica vedado o atendimento de usuários por estagiários que não sejam os responsáveis pelo caso, salvo se houver autorização dos supervisores e nos períodos de plantões.

Art. 18 - Quando do não comparecimento do usuário no CJS, o estagiário deverá enviar-lhe até (3) três correspondências, no máximo, e não havendo retorno do usuário e dependendo da necessidade, caberá ao Serviço Social realizar visita domiciliar para constatação do motivo da ausência do usuário.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DOS DEVERES DO ESTAGIÁRIO

Art. 19 - São direitos do estagiário:

- I - Receber orientação/supervisão técnica específica dos profissionais do Direito, Serviço Social e Psicologia, quando houver, referente aos casos atendidos no cotidiano do CJS;
- II - O livre acesso aos recursos físicos e materiais, observando as normas de

conservação e manutenção dos mesmos;

- III - Recebimento do Certificado de Conclusão de estágio prático supervisionado ou de Declaração concedida pelo CJS, nos termos do seu Regulamento;
- IV - Recebimento de certificado ou declaração quando da participação em comissões formadas para programação e realização de eventos do CJS;
- V - Contar como carga horária de estágio, o período em que o estagiário comparecer no CJS, fora do dia e horário de estágio, para participar de: reuniões, audiências, eventos, visitas institucionais e outros;
- VI - Contar como carga horária de estágio, o período em que o estagiário comparecer em congressos para apresentar trabalhos relativos ao CJS, com a devida comprovação através de certificado;
- VII - Recebimento de declaração expedida pelo CJS, para comprovação de estágio, para fins curriculares;
- VIII - A participação nas reuniões de Diretoria, sendo (1) um representante de cada curso.

Art. 20 - São deveres do estagiário:

- I - Cada estagiário deverá cumprir uma carga horária semanal de (12) doze horas, em se tratando de estagiário voluntário ou estagiário bolsista, de acordo com escala previamente estabelecida juntamente com os supervisores, devendo, em caso de ausência ou atraso, comunicar-se antecipadamente com os profissionais, ficando o estagiário obrigado a fazer a reposição devida;
- II - Observar o horário de chegada e saída do estágio no CJS, sendo que no período da manhã, o estágio é realizado das 8h às 12h e no período da tarde das 13h às 17h, impreterivelmente;
- III - É vedada a permanência do estagiário em dias e períodos diversos do horário de estágio, ressalvados os casos autorizados pelos supervisores;
- IV - É vedada a permanência no Centro Jurídico Social de pessoas estranhas ao quadro de estagiários da Unidade Auxiliar;
- V - Não fumar nas dependências do Centro Jurídico Social, obedecida a legislação vigente que proíbe o fumo em repartições públicas;
- VI - Manter atualizado o livro-ponto, junto à Secretaria do Centro Jurídico Social;
- VII - Entregar na Secretaria do Centro Jurídico Social, até às 15h, as correspondências referentes à convocação dos usuários, mediante impresso próprio;

- VIII - Somente fazer uso do serviço de correspondência quando se tratar de assunto pertinente à esta Unidade Auxiliar e aos casos em atendimento;
- IX - Manter a ordem nas dependências do Centro Jurídico Social, evitando deixar sobre as mesas e armários, objetos de uso particular;
- X - Participação obrigatória do estagiário nas reuniões interdisciplinares, realizadas bimestralmente e reuniões mensais, específicas da cada área, conforme calendário previamente estabelecido;
- XI - A participação obrigatória do estagiário de Direito nas audiências designadas, inclusive naquelas a serem realizadas em residência ou fora da Comarca;
- XII - O uso do crachá pelo estagiário nas dependências desta Universidade é obrigatório, quando a serviço do Centro Jurídico Social;
- XIII - O uso externo do crachá far-se-á nos casos em que se exigir a identificação do estagiário;
- XIV - Quando do desligamento do CJS, o estagiário fica obrigado a devolver o seu crachá na secretaria desta Unidade Auxiliar;
- XV - Participar dos plantões, no período de férias escolares e feriados, conforme escala previamente organizada pelos supervisores;
- XVI - Cumprir rigorosamente o horário e os dias de estágio.

CAPÍTULO IV DA CONDUTA ÉTICA

Art. 21 - Caberá aos estagiários desta Unidade Auxiliar, no desempenho de suas atividades, proceder de forma que o torne merecedor de respeito e que contribua para o prestígio da classe e da sua profissão, observando:

- I - O uso de vestuário adequado no CJS e participação em audiências;
- II - A preferência pelo baixo tom de voz;
- III - O respeito total e irrestrito ao público atendido e às pessoas participantes do ambiente de trabalho;
- IV - O sigilo profissional;
- V - O não atendimento a usuário que já possui advogado constituído ou nomeado para a solução do mesmo conflito, salvo, após colheita de substabelecimento.

Art. 22 - É vedado estabelecer entendimento com a parte contrária que já tem advogado, sem a expressa anuência do mesmo.

Art. 23 - Não é permitido o fornecimento de informações ao usuário que envolver tomadas de decisões específicas de outras áreas, salvo, sob a orientação manifestada pela área interessada.

Art. 24 - Fica proibido aos estagiários, documentar em relatórios, as orientações emanadas pelos profissionais de outras áreas diferentes da sua.

CAPÍTULO V

DO USO E DA CONSERVAÇÃO DOS MATERIAIS E MAQUINÁRIO

Art. 25 - Compreende uso adequado e conservação dos materiais contidos no Centro Jurídico Social:

- I - O telefone deverá ser, tão-somente, usado para tratar de assuntos pertinentes ao Centro Jurídico Social;
- II - Ao atender o telefone, o estagiário deverá identificar o nome da unidade (Centro Jurídico Social) e o seu nome, para melhor atendimento do usuário;
- III - Registrar todas as chamadas na *Folha de Controle de Ligações Telefônicas*;
- IV - Anotar, no caso da ausência do estagiário interessado, todas as ligações que forem objeto de recado, para que o mesmo retorne a ligação, devendo endereçá-lo e fixá-lo no quadro de recados;
- V - No caso de chamada interurbana e para celulares, preencher ficha de controle e colheita de assinatura dos profissionais;
- VI - Ao utilizar as máquinas de escrever e os computadores, os estagiários deverão deixá-los livres para que outros possam utilizá-los;
- VII - Os computadores existentes na sala dos supervisores somente serão utilizados pelos estagiários, havendo necessidade do uso da Internet e na falta de outros computadores disponíveis no momento e dependerá sempre de autorização de componentes da Equipe Técnica;
- VIII - Todos os arquivos referente às petições, relatórios, pesquisas e demais documentos

- pertinentes ao Centro Jurídico Social, deverão ser gravados em disquete próprio, fornecido pela secretaria do CJS, a cada estagiário, não sendo permitido a gravação no Winchester;
- IX - O impresso referente ao controle de retirada de xerox deverá ser assinado pelos profissionais do CJS;
- X - A retirada e devolução de livros, TCCs, Monografias e documentos afins, de propriedade do CJS, será controlada pela secretária desta Unidade Auxiliar e, na sua ausência, a responsabilidade será da Equipe Técnica;
- XI - Toda documentação elaborada pelos estagiários não poderá ficar incompleta nos computadores ou sobre as mesas, principalmente, prontos para uso;
- XII - As dependências físicas e recursos materiais deverão ser utilizados pelos profissionais e estagiários, tão somente, a serviço desta Unidade Auxiliar;
- XIII - Os objetos de uso particular dos estagiários não deverão ficar sobre mesas e armários do CJS, devendo ficar no armário reservado para esse fim, até o término do expediente;
- XIV - Ao utilizar os impressos do CJS, constantes em armário específico, os estagiários deverão sempre verificar a necessidade de reposição dos impressos e solicitar junto à secretaria do CJS;
- XV - No final do expediente, cada estagiário deverá guardar o material por ele utilizado, obrigatoriamente, em seus respectivos lugares.

CAPÍTULO VI
DA ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS PRONTUÁRIOS E
MATERIAIS PERTINENTES

Art. 26 - O prontuário deverá ser organizado obedecendo a seguinte ordem seqüencial:

- I - Ficha de identificação e estudo socioeconômico;
- II - Declaração de pobreza preenchida e assinada (02 vias);
- III - Xerox do RG ou Carteira de Trabalho e CPF do usuário, quando necessários;
- IV - Instrumento de procuração preenchido e assinado pelo autor da ação (01 via);
- V - Relatórios sociais elaborados em papel timbrado do CJS e devidamente assinados pelo estagiário e supervisor;
- VI - Anotações pertinentes ao atendimento, em papel timbrado, assinado pelo estagiário de Direito;
- VII - Relatório de arquivamento elaborado pelas áreas, em impresso próprio, preenchido e assinado pelo estagiário e supervisor competente;
- VIII - Fichas de providências/sinóticos, devendo ser utilizadas pelo Direito, Serviço Social e Psicologia (quando houver), observadas as determinações dos profissionais.

Art. 27 - Fica vedada a retenção de documentos originais do usuário nesta Unidade Auxiliar, salvo se estes forem indispensáveis para produção de provas em juízo e sob anuência dos supervisores responsáveis pela área.

Art. 28 - É da inteira responsabilidade dos estagiários a organização e a manutenção dos prontuários, livro de matrículas, livros de registros, fichas de controle de processos e livro-ponto.

Art. 29 - Quando da autuação e no ato de cada juntada de documento no prontuário, o estagiário deverá observar a seqüência desses documentos, carimbando-os e numerando-os devidamente.

Parágrafo único - *O estagiário responsável pela organização do prontuário deverá encaminhá-lo a um dos técnicos para ser conferido e rubricado.*

Art. 30 - As fichas de providências/sinóticos, deverão ser anexadas no final do prontuário, para efeito de facilitação de seu manuseio, e deverá ser apenas identificado e rubricado, cabendo a numeração de folhas, no ato do seu arquivamento.

Art. 31 - Faz-se obrigatório a certidão de retirada de todo e qualquer documento do prontuário e, em caso de devolução do mesmo ao usuário, será colhida a assinatura em recibo competente.

Art. 32 - Fica expressamente proibida a retirada de prontuários e processos do Centro Jurídico Social, salvo consentimento dos profissionais e mediante carga em livro próprio, podendo o estagiário ficar, no máximo, (24) vinte e quatro horas com o mesmo.

CAPÍTULO VII

DOS ESTAGIÁRIOS-BOLSISTAS

Art. 33 - A seleção dos estagiários bolsistas será realizada pelos profissionais do Centro Jurídico Social, nos

termos da Resolução UNESP-19, de 17/02/2006 e demais disposições internas da Unidade Auxiliar.

Art. 34 - O estagiário-bolsista fica obrigado:

- a) A cumprir uma carga horária de (12) doze horas semanais;
- b) Realizar projeto de pesquisa, sob orientação dos supervisores;
- c) Intensificar colaboração quanto ao desenvolvimento do trabalho no CJS.
- d) Manter atualizado o *site* do CJS.

TÍTULO II

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES

CAPÍTULO I

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 35 - Os estagiários do CJS e os estagiários dos Projetos Auxílio Reclusão, Presídio e CRAS se comprometem a cumprir, rigorosamente, os deveres consignados neste Regimento, **sendo que a sua não observância caracteriza infração disciplinar.**

Art. 36 - As sanções disciplinares consistem em:

- a) Advertência escrita;
- b) Desligamento do estágio;

Art. 37 - O estagiário, após ser advertido, por escrito, pela terceira vez, será imediatamente desligado do estágio.

Parágrafo Primeiro - Compete aos supervisores do CJS aplicar as sanções disciplinares.

Parágrafo Segundo - Os casos omissos serão resolvidos pelos supervisores juntamente com a Diretoria desta Unidade Auxiliar.

TÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 - Este Regimento entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Franca, 13 de maio de 2008.

Documento elaborado pela equipe técnica da
Unidade Auxiliar
CENTRO JURÍDICO SOCIAL

Leliana Fritz Siqueira Veronez (Advogada)
Maria Bernadete Saldanha Lopes (Advogada)
Nayara Hakime Dutra Oliveira (Assistente Social)
Rosenete Gonçalves Rosa (Assistente Social)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)